

ECO-184

330
F983s

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO,
ATUARIAIS E CONTABILIDADE
CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS



O SOCIALISMO DAS IDEIAS E
DA PRÁTICA
A HISTÓRIA DE SUAS
CONTRADIÇÕES E ANTAGONISMOS

Anna Rosa Barbosa Dias de Carvalho

Fortaleza, Fevereiro de 1997.

MONOGRAFIA SUBMETIDA À COORDENAÇÃO DO CURSO DE CIÊNCIAS
ECONÔMICAS, COMO REQUISITO PARCIAL PARA A OBTENÇÃO DO TÍTULO DE
BACHAREL EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS.

Monografia aprovada em : Fortaleza, de Fevereiro de 1997

Nota: 9.7

Maria Isabel de Araújo Furtado
(Orientadora)

Aécio Alves de Oliveira
(Banca Examinadora)

Fábio Sobral
(Banca Examinadora)

Anna Luisa Barbosa Dias de Carvalho
(Aluna)

BSFEAS

"... Sonho que se sonha só é um sonho só
Sonho que se sonha junto é realidade ..."
(Raul Seixas)

BSFEAG

O SOCIALISMO DAS IDÉIAS E DA PÁTICA: A HISTÓRIA DE SUAS CONTRADIÇÕES E
ANTAGONISMOS

Anna Luisa Barbosa Dias de Carvalho

Professora Orientadora: Maria Isabel de Araújo Furtado

BSFEAC

ILUSTRAÇÃO E CAPA:
REGINA CELLI SARAIVA DE CARVALHO

AGRADECIMENTOS

Muitas são as pessoas às quais devo agradecer neste momento, que para mim é uma grande vitória. Deus sabe que existiram momentos em que pensei jamais conseguir terminar este trabalho. Passei por muitas dificuldades, e muitos foram os obstáculos que se colocaram diante de mim ao longo destes anos. A monografia em si parecia, para mim, um grande sonho distante, quase impossível de ser realizado.

Não foram poucas as críticas que tive de enfrentar por conta do tema que escolhi. A frase mais comum que ouvi ao longo de dois anos e meio de trabalho foi: “Nossa, mas este assunto não está ultrapassado? Você é louca de escolher um tema destes para trabalhar, é muito polêmico”! De certa forma, as pessoas que me disseram tais coisas não imaginam como era difícil para mim enfrentar o desafio de escrever sobre a teoria marxista. Tudo em Marx era novo para mim, e eu sentia uma dificuldade estúpida de entender a dialética contida em seus textos e nos demais estudos marxistas que tive de fazer. Apesar do que pensam muitas pessoas que conviveram comigo na faculdade, eu não sabia no que estava me mentendo quando escolhi estudar o socialismo. Na verdade, eu nem sequer sabia direito do que se tratava, e fui aprendendo à medida que me aprofundava na leitura.

Entretanto, à medida que fui me familiarizando com a teoria marxista, mais eu me fascinava com ela, e reafirmava a crença na importância do tema que escolhi para trabalhar. Quanto mais leituras ia fazendo, tanto mais eu me apaixonava pela corrente filosófica inaugurada por Marx e Engels, e apesar de ter ganho o rótulo de “marxista”, creio que ainda preciso estudar muito para definir se devo seguir esse caminho.

BSFEAC

Essa vitória eu devo, sobretudo, a meus pais, que sacrificaram suas vidas para me dar a oportunidade de ser uma pessoa mais realizada e feliz. Nada do que sou e do que conquistei, e esta monografia seria possível não fossem eles. Tamanho amor é difícil retribuir, mas Zé, Mãezinha, muito obrigada!!!

Gostaria de agradecer também aos meus irmãos, André, Paulo e Aninha, por terem agüentado o mau-humor nas horas de tensão e desespero. Também à minha amiga Fayga, que é para mim como uma irmã, por todo o apoio moral, paciência e força que você deu durante todos os momentos difíceis dessa jornada. Agradeço também às amigas Marília e Gisella, por todo o apoio que me deram durante esses anos que nos conhecemos.

Na faculdade, devo agradecer especialmente ao professor Fábio Bastos, um dos principais responsáveis pelo minha permanência no curso de Ciências Econômicas (e pela escolha do tema), ao me fazer descobrir e me apaixonar pela teoria marxista, e ver que a economia pode ser usada para construir um mundo mais humano. Agradeço também às professoras Ana Maria Fontenele e Maria Cristina Pereira de Melo, que também foram importantes para despertar em mim o amor à profissão de economista. Agradeço também à funcionária Tânia, sempre disponível para ajudar os alunos que precisam.

Gostaria de agradecer especialmente à professora Isabel. Ela aceitou me orientar na monografia sem mesmo me conhecer, e sempre foi receptiva quando precisei de sua orientação. Além disso, teve a paciência de esperar que eu resolvesse meus problemas pessoais, que sempre acabavam por atrasar a elaboração do trabalho. Quando muitas vezes o desânimo tomava conta de mim, era a sua paixão pelo ideal socialista me dava força para continuar meu trabalho. Valeu, Isabel!

BSFEAC

Quero agradecer também, de forma especial, ao homem que me fez descobrir o amor, e que despertou em mim os sentimentos mais nobres, puros e bonitos. Obrigada, Fernando Aranha, não só por sua força, mas por tudo o que você é, e tudo o que você tem me ensinado neste tempo em que estamos juntos. Mais do que tudo, obrigada pelo seu amor!

Finalmente, agradeço a Deus, por minha vida e por tudo o que sou, e pelas as graças e ensinamentos de minha vida.

BSFEAG

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	I
CAPÍTULO 01 - MATERIALISMO HISTÓRICO	01
1.1. O MATERIALISMO HISTÓRICO NA VERSÃO DE MARX	07
1.1.1. A COMPOSIÇÃO DA ESTRUTURA ECONÔMICA DA SOCIEDADE	07
1.1.2. AS RELAÇÕES ENTRE ECONOMIA E SOCIEDADE	19
1.1.3. O PROCESSO DE TRANSFORMAÇÃO SOCIAL	21
1.1.4. CRÍTICA AO MATERIALISMO MECANICISTA	29
CAPÍTULO 02 - DO CAPITALISMO AO SOCIALISMO: PRESSUPOSTOS NECESSÁRIOS À MUDANÇA	32
2.1. CONTRADIÇÃO BÁSICA: ENTRE O CARÁTER SOCIAL DA PRODUÇÃO X FORMA PRIVADA DE APROPRIAÇÃO CAPITALISTA	34
2.2. SEGUNDA CONTRADIÇÃO: ANTAGONISMO ENTRE A ORGANIZAÇÃO DA PRODUÇÃO DENTRO DA FÁBRICA X ANARQUIA DO MERCADO	36
2.2.1. CONSEQÜÊNCIAS DO MERCADO ANÁRQUICO	39
2.2.2. AS CONDIÇÕES DA LUTA DE CLASSES NA PASSAGEM	43
2.3. TERCEIRA CONTRADIÇÃO: ENTRE EXCESSO DE PRODUÇÃO E DEMANDA LIMITADA	45
CAPÍTULO 03 - A RÚSSIA E A REVOLUÇÃO DE OUTUBRO DE 1917	51
3.1. A RÚSSIA DO SÉCULO XIX: SERVIDÃO E QUESTÃO AGRÁRIA	53

RSFEAC

3.2. A INDUSTRIALIZAÇÃO NA RÚSSIA	64
3.2.1. O INÍCIO DA INDUSTRIALIZAÇÃO	66
3.2.2. O PRIMEIRO SURTO INDUSTRIAL	68
3.2.3 A RÚSSIA DO SÉCULO XX: REVOLUÇÃO INDUSTRIAL?	70
3.2.4. ESTAGNAÇÃO DE 1900-1908 E O NOVO SURTO INDUSTRIAL DE 1908-1914	72
3.3. A REVOLUÇÃO DE 1917: CARÁTER SOCIALISTA OU BURGUEÊS?	77
3.3.1. A REVOLUÇÃO RUSSA NA PERSPECTIVA DE MARX E ENGELS	77
3.3.2. A REVOLUÇÃO PROLETÁRIA: TESE DE LÊNIN E TROTSKY	84
CAPÍTULO 04 - O SOCIALISMO	97
4.1. INTRODUÇÃO	97
4.2. OS FUNDAMENTOS DA SOCIEDADE SOCIALISTA	100
4.2.1. ESTRUTURA SÓCIO-ECONÔMICA	100
4.2.2. SOCIALISMO: ESTRUTURA POLÍTICA	107
4.3. AS DUAS FASES DA SOCIEDADE COMUNISTA	112
CAPÍTULO 05 - SOCIALISMO REAL?	123
5.1. INTRODUÇÃO	123
5.2. A TESE DE KURZ	124
5.2.1. O TRABALHO ABSTRATO E A SOCIEDADE PRODUTORA DE MERCADORIAS	125
5.2.2. O ESTADO SOCIALISTA COMO PROMOTOR DE ESTRUTURAS SOCIALISTAS	129

BSEFEAC

5.2.3. SOCIALISMO REAL: CONCORRÊNCIA E CIRCULAÇÃO	134
5.2.4. SUBSTITUIÇÃO DA CONCORRÊNCIA PELO PLANEJAMENTO: EFEITOS ECONÔMICOS	142
5.3. A CRISE DO SOCIALISMO REAL	146
CONCLUSÃO	153
BIBLIOGRAFIA	159

BSFEAC

INTRODUÇÃO

O colapso das economias planificadas do leste europeu, a queda do muro de Berlim e a dissolução da antiga União Soviética vieram a suscitar muitos questionamentos acerca da prática socialista. Os meios de comunicação de massa apressaram-se em declarar o fim do socialismo e dos ideais marxistas, idéia também presente nos meios acadêmicos. O fato da discussão em tela ter se encerrado tão logo iniciada, e a conveniência de tais conclusões aos interesses do grande capital e da sua ideologia, provocou-nos enorme inquietação e curiosidade acerca do que realmente tinha se passado em tais países.

A maior parte das pessoas não sabe ao certo o que é o socialismo, como então afirmar que ele acabou? Na verdade nos perguntamos se de fato o socialismo existiu nos moldes idealizados por Marx e Engels em seus escritos clássicos. O que se observa é que não existe um estudo mais detalhado sobre o assunto que possa referendar a suposição do fim do socialismo, o que nos levou a questionar se tal afirmação seria realmente válida ou se não seria o melhor meio de encerrar um assunto que vem incomodando a estrutura do capitalismo há mais de cem anos, além de supor o fim de um processo de mudança que pode estar apenas começando.

No passado, o debate sobre a economia política de Marx e sua sociedade sem classes provocava polêmicas até mesmo entre os marxistas, e serviu para se avançar na teoria econômica como um todo. Por que, então, o suposto fracasso das economias do Leste Europeu não despertou um debate mais profundo e generalizado sobre suas estruturas? Entretanto, mesmo que aparentemente este seja um tópico ultrapassado, a medida que o tempo passa surgem nos meios acadêmicos, e em segmentos do meio político mais e mais trabalhos procurando entender o fato e

explicá-lo de forma mais plausível, atualizando uma discussão acerca da validade dos paradigmas marxistas. Cumpre ressaltar, no entanto, que grande parte dos trabalhos disponíveis a respeito desse tema se apresentam de forma inconclusiva e dispersa, vez que as suposições levantadas são muitas vezes contraditórias. Nos parece que estes estudos não se preocupam em manter uma consonância com a base da teoria marxista, qual seja, os escritos de Marx, Engels e Lênin sobre o socialismo e suas estruturas históricas, políticas e sócio-econômicas.

Consolidar este debate num só texto, procurando resgatar tal base teórica, a fim de se obter uma compreensão global acerca do fenômeno do socialismo pareceu-nos uma tarefa necessária, e nesta conjuntura, relevante. Afinal, o que é o socialismo? Ele realmente existiu? A prática socialista corresponde ao ideal marxista descrito ao longo de suas obras? Se não corresponde, por que não? Se existiu socialismo, por que fracassou?

O principal objetivo deste estudo, portanto, é analisar aspectos significativos da teoria marxista clássica, qual seja, os escritos de Marx, Engels e Lênin, a fim de procurar obter esse entendimento global sobre o fenômeno socialista, identificando se a existência do socialismo real, mais especificamente o caso da União Soviética, se coaduna ou não com os preceitos do ideário socialista, contidos nestes clássicos.

Este é um trabalho de pesquisa teórica, em que nos valeremos do método histórico de investigação, para tentar compreender, à luz destes textos clássicos marxistas, um pouco da prática socialista. Iremos privilegiar neste estudo uma análise mais geral, ampla e abrangente, ou seja, de menor intensidade, em contraposição a uma abordagem de profundidade, que se detenha em questões específicas e particulares, que trate as questões de forma mais minuciosa.

O ponto de partida para uma visão de totalidade sobre o socialismo científico marxista é a análise da ciência da história de Marx e Engels, o materialismo histórico. Referida teoria é básica para compreender as estruturas sócio-econômicas, políticas e ideológicas das sociedades historicamente determinadas, como também para caracterizar os fatores condicionantes que influem na evolução e transformação histórica dos modos de produção.



Tomando o materialismo histórico como base teórica, analisamos, num segundo momento, a tese de Engels sobre os fatores históricos que condicionam a passagem do capitalismo para o socialismo. O objetivo é identificar os aspectos constantes que geram contradições as quais explicam as transformações das sociedades, e que teriam necessariamente que ocorrer na evolução do modo de produção capitalista para o modo de produção socialista.

Num terceiro momento, nos detemos na análise da conjuntura sócio-econômica da Rússia a partir da segunda metade do século XIX, analisando as contradições inerentes à formação social do país, antes da Revolução de Outubro de 1917. O objetivo é verificar se o país em questão apresentava, de forma plenamente disseminada, as principais contradições e condições necessárias à mudança para o modo de produção socialista, conforme definiu Engels na análise anterior. Será que a Rússia possuía um contexto de conflito entre forças produtivas e relações de produção que conduzisse à supressão do capitalismo? A partir desta análise, questionamos se o caráter da Revolução Russa de 1917 foi de cunho socialista.

Posteriormente, procuramos caracterizar as estruturas econômicas, sociais e políticas do socialismo ideal, tal como formuladas originalmente por Marx e Engels. Nosso objetivo é identificar os fundamentos básicos à estruturação de uma sociedade socialista, e tentar responder à pergunta: afinal, o que é o socialismo? Sabe-se que não existe consenso teórico e metodológico que responda

de forma não polêmica à definição de socialismo, e de suas estruturas sócio-econômica e política. Nossa intenção é tentar explicitar tais estruturas, retomando os textos clássicos marxistas, dos referidos autores, a fim de evidenciar as diferenças entre a sociedade capitalista e a sociedade socialista, bem como levantar questões sobre que aspectos ambíguos ou polêmicos, no interior da teoria socialista, precisam ser repensados e reestruturados.

Finalmente, a partir da análise da tese de Robert Kurz¹, que debate o confronto entre o socialismo ideal e a prática socialista, procuramos analisar as estruturas econômicas da União Soviética, e baseando-nos neste autor fizemos uma comparação crítica entre essas estruturas e o ideal socialista de Marx e Engels, com o objetivo de consolidar o debate atual sobre o modo de produção socialista. Nos utilizamos desta interpretação teórica, que procura compreender o surgimento, crise e dissolução do socialismo real. Neste momento do trabalho, pretendemos realizar o confronto entre o socialismo das idéias e a *práxis* socialista, contribuindo, assim, para reviver o debate sobre o socialismo.

Toda esta análise foi feita visando um entendimento acerca de um assunto que há muito não tem sido discutido de forma satisfatória, não havendo um consenso teórico sobre o tópico, além do que, muitas vezes, os próprios conceitos são apresentados de forma a suscitar polêmicas e não o real esclarecimento das dúvidas existentes.

¹ KURZ, Robert. *O Colapso da Modernização*. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1993.

CAPÍTULO 01- MATERIALISMO HISTÓRICO

*“Um primeiro pressuposto de toda a existência humana, e portanto, de toda história, a saber, que os homens devem estar em condições de viver a fim de fazer história. Mas para viver, é necessário antes de mais nada, beber, comer, ter um teto onde se abrigar, vestir-se... O primeiro fato histórico é pois a produção dos meios que permitem satisfazer estas necessidades, a produção da própria vida material; trata-se de um fato histórico, de uma condição fundamental de toda a história, que é necessário tanto hoje, como há milhares de anos, executar dia a dia, hora a hora, a fim de manter os homens vivos”.*¹

Neste trabalho nos propomos a fazer uma comparação entre o socialismo das idéias e da prática, e para alcançarmos este objetivo de maneira mais clara é preciso nos determos na teoria materialista da história, a qual procura analisar as leis gerais que regem o desenvolvimento histórico das sociedades. Ora, mas o materialismo histórico é a aplicação dos princípios do materialismo dialético ao estudo da vida social, e para compreendermos mais profundamente esta teoria é preciso que entendamos o que é o materialismo, e como ele surge; e o que é materialismo dialético, para então nos debruçarmos sobre a doutrina materialista da história. Afinal, falar da filosofia materialista é um pressuposto metodológico para analisar o materialismo histórico.

A filosofia é constituída de dois princípios fundamentais, quais sejam, a matéria e o espírito; a natureza e a consciência; o ser e o pensamento. Fenômeno material é tudo aquilo que existe objetivamente, ou seja, tudo quanto existe fora da consciência do homem e independentemente dela. O que existe na consciência do homem constitui o domínio de sua atividade psíquica, referindo-se à esfera do ideal, do espiritual. Já que existem dois princípios que explicam o mundo, toda a história da filosofia está povoada de um debate acerca do chamado

¹MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. *A Ideologia Alemã*. Lisboa. Ed. Presença, s/d.

problema fundamental da filosofia, de determinar qual deles explica o outro; qual o mais fundamental; qual é primeiro. Este conflito se reflete na confrontação teórica que se dá até hoje entre as teses idealistas e as materialistas.

Para o idealismo, a consciência (ou seja, as idéias, o espírito) é a base de tudo o que existe, antecedendo a própria matéria. A matéria seria a idéia que dela fazemos, sendo ela própria uma idéia. Existem basicamente dois tipos de idealismo: o objetivo e o subjetivo. O idealismo objetivo parte do princípio que a realidade não passa de um reflexo do mundo ideal, em que reina a inteligência pura, que não tem necessidade do mundo material para existir. O mundo não é material, para eles, senão na aparência. O mundo seria como a encarnação da “idéia absoluta”, da “consciência”. Já o idealismo subjetivo considera o mundo material criado pela consciência de um indivíduo isolado, como se não existisse nada fora de nossas representações, de nossas idéias. O grande idealizador dessa corrente foi Berkeley, para o qual os objetos que percebemos por nossos sentidos não são outra coisa senão idéias, e sendo assim não poderiam existir fora de nosso espírito.

A concepção materialista surge para se contrapor a tais afirmações, defendendo que o mundo é, por natureza, material, e que a matéria é anterior à consciência, existindo independentemente dela, já que é uma realidade objetiva. Como a consciência depende diretamente de um órgão material humano, que é o cérebro, ela é a sua propriedade singular de refletir a realidade material², e o objeto situado fora de nós é anterior à imagem que dele fazemos. O cérebro por si só não é capaz de pensar, dependendo do meio material que rodeia o homem, o qual está indissolivelmente ligado à consciência, sendo esta um reflexo do mundo material. Ora, para o materialismo, as sensações são o ponto de partida de nossa consciência, e sua fonte está

²Engels apud POLITZER, Georges & Outros. *Princípios Fundamentais de Filosofia*. São Paulo. Editora Fulgor, 1967.

nas condições objetivas exteriores àquela, as quais se nos apresentam. Entretanto, o materialismo clássico (chamado vulgar ou mecanicista pelos marxistas), incorreu num erro grave ao considerar o homem um produto passivo da natureza, sem ter ação sobre a matéria, sem poder, sem liberdade. Não conseguem perceber que a realidade material não é apenas uma atividade humana concreta, ou apenas uma prática, mas que através do trabalho o homem modifica a realidade concreta na mesma medida em que esta o influencia, já que ele próprio é parte dela. Além disso, o materialismo mecanicista identifica a matéria com a consciência, e não percebe a concepção histórica do universo, que se revela a partir das teorias evolucionistas do século XVIII com Darwin, Lyell e Lamarck. É desta concepção histórica do universo de onde partem Marx e Engels, estendendo esta teoria a todos os fenômenos da vida material, passando a considerar a sociedade humana como derivada de um processo da história natural. Surge então o materialismo dialético, base filosófica de onde Marx, Engels e seus discípulos extraem os princípios posteriormente aplicados na Economia Política Marxista. É materialista pois concebe o universo como uma realidade material, onde o homem pode conhecê-la, e conhecendo-a, transformá-la. É dialético pois compreende a realidade como essencialmente contraditória e em permanente transformação. Além disso, a consciência, tanto do ponto de vista da história da natureza e da sociedade, quanto do ponto de vista da história do indivíduo, da personalidade de cada um, é, dentro desta teoria, um produto do desenvolvimento histórico; ela é um reflexo vivo da realidade, mutável, em constante progresso, sendo que a mudança e transformação contínuas são inerentes à natureza e à sociedade. Além disso, transformações quantitativas dão origem à mudanças qualitativas. Para o idealismo, novas idéias aparecem na consciência dos homens sem que se saiba o porquê, independente de sua existência concreta. Para o materialismo dialético, as novas idéias surgem como solução de uma contradição objetiva que se desenvolveu na sociedade, querendo assim deixar claro que a contradição é o motor das transformações. O instrumento que liga o

BSFEAC

homem com a natureza é o trabalho, o qual tem sido desde sua origem um trabalho em sociedade, sem o quê o homem não teria podido sobreviver aos perigos naturais. E sendo o trabalho a fonte de todo o pensamento, este último é, por natureza, um fenômeno social. O trabalho, ou a produção, é uma condição objetiva da existência humana, já que encerra a unidade dialética entre os homens e a natureza, e sem ele a sociedade como um todo não sobreviveria. O materialismo histórico, ou ciência da história, estende os princípios do materialismo dialético ao estudo da vida social, ao estudo da história da sociedade.

Ao longo de seus estudos acerca do desenvolvimento das sociedades, Marx afirma que o processo de transformação histórica da sociedade pressupõe, entre outras coisas, o conhecimento da maneira como se organiza a realidade, quais são suas leis de funcionamento e desenvolvimento, que forças sociais a modificam, ou seja, é de fundamental importância um conhecimento científico de tal realidade. Para Marx, é na produção de sua vida material que o homem se distingue dos outros animais, em função da sua capacidade de criar instrumentos de produção³.

Esta tese, própria da filosofia materialista marxista, baseia-se na formulação teórica que afirma estar o desenvolvimento da história humana ligado ao modo de produção dos homens e de reprodução de seu ser natural, numa relação de causalidade onde tal desenvolvimento é determinado pelas mudanças que ocorrem no modo de produção da vida material. É somente a mudança neste modo de produção da vida material dos homens que permite explicar o processo de evolução histórica que leva as sociedades a constantes transformações, com a sucessão de diferentes modos de produção. Em outras palavras, é na forma como os homens produzem os

³“O que diferencia as épocas econômicas umas das outras não é o que se faz, mas como se faz, com que instrumentos de trabalho se faz. Os instrumentos de trabalho não são apenas o barômetro indicador do desenvolvimento da força de trabalho do homem, são também o expoente das condições sociais em que se trabalha”. MARX, Karl. *El Capital*, LaHabana, Ed. Venceremos, 1965, Tomo I, pp. 143-144. Citação extraída do

meios materiais que se encontra a compreensão dos processos históricos, porque tal regime sucede a outro; porque mudam as idéias sociais, as opiniões e instituições políticas; porque se torna necessário, em dado momento, refundir todo o sistema social e político. Como afirma Engels em *“Do Socialismo Utópico ao Socialismo Científico”*⁴, o materialismo histórico busca no desenvolvimento econômico da sociedade, nas transformações dos modos de produção e de troca, na divisão da sociedade em classes distintas e na conseqüente luta entre elas, a principal causa de todos os acontecimentos históricos importantes. Nos vemos então diante de duas questões fundamentais para a compreensão do materialismo histórico. Primeiro, é preciso perceber como a sociedade se estrutura, e segundo, de que forma esta sociedade se transforma.

Como já foi dito anteriormente, a produção de bens materiais é o aspecto central da sociedade concebida por Marx e Engels, ela é que nos conduz à explicação dos demais aspectos da sociedade, sendo historicamente determinada e constituindo a base de toda a ordem social.

BSFEAC

*“A concepção materialista da História parte do princípio de que a produção, e, junto com ela, o intercâmbio de seus produtos, constituem a base de toda ordem social; que em toda sociedade que se apresenta na História, a distribuição dos produtos e, com ela, a articulação social em classes ou estamentos, se orienta pelo que se produz e pela forma como se produz, assim como pelo modo de permuta do que foi produzido. Nessas condições, as causas últimas de todas as modificações sociais e as subversões políticas não devem ser buscadas na cabeça dos homens, em sua crescente compreensão da verdade e da justiça eterna, mas nas transformações dos modos de produção e de intercâmbio, não se deve buscá-las na Filosofia mas na Economia da época de que trata.”*⁵

Engels vem se contrapor, nesta citação, à filosofia idealista de Hegel, a qual afirmava que a natureza e o desenvolvimento das sociedades humanas não eram senão o aspecto visível, a encarnação do pensamento absoluto e universal, existente por si mesmo. Ao contrário, a filosofia

livro de FIORAVANTE, Eduardo & Outros. *Conceito de Modo de Produção*. Coordenação e produção GEBRAN, Philomena. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1978, cap. 01, pag.38.

⁴ENGELS, Friedrich. *Do Socialismo Utópico ao Socialismo Científico*. Rio de Janeiro. Global Editora, 1988.

materialista marxista, aqui enunciada por Engels, parte do princípio de que o mundo, por sua natureza, é material (como já dissemos anteriormente), e que a matéria em movimento origina os diferentes fenômenos do universo, sendo o pensamento um reflexo da realidade, e onde as sociedades humanas se desenvolvem a partir da produção dos seus meios materiais de existência. Além disso, Engels vem aqui se opor aos socialistas utópicos, os quais acreditavam que as transformações do mundo ocorreriam a partir apenas da divulgação de suas idéias. Ora, o materialismo marxista não nega a importância das idéias, mas afirma que a consciência é posterior à realidade material (natureza e sociedade), sendo um reflexo do desenvolvimento objetivo da história. As novas idéias só surgem como solução de uma contradição material objetiva que se desenvolveu na sociedade, sendo a origem material das idéias que dá nascimento ao seu poder. A idéia é tanto mais poderosa quanto melhor reflita a situação objetiva do momento. Para o materialismo histórico, o modo pelo qual os homens obtêm seus meios de existência é a força principal do desenvolvimento social, cuja existência independe da vontade dos homens.

Esta produção se fundamenta sobre dois elementos que caminham juntos; o processo de trabalho, composto pela forças produtivas, que explicam a transformação da natureza em objeto útil pelo homem; e as relações de produção, as quais são reflexo de uma realidade histórica concreta, na qual se realiza o processo de trabalho.

Nunca é demais repetir que a contribuição de Marx reside justamente em enxergar o desenvolvimento do homem a partir de uma base material, em toda a sua existência, seja “natural” ou “cultural”. O materialismo histórico vai, portanto, pressupor que a base material sobre a qual ergue-se toda a superestrutura social, é o desenvolvimento das forças produtivas e a

⁵“ENGELS, Fiedrich. *Anti-Duhring*, Grijalbo, México, 1964, p.264.” Citação extraída do livro HARNECKER, Marta. *Os Conceitos Elementares do Materialismo Histórico*. São Paulo. Global Editora, 1983, pag. 31.

correspondente transformação das relações de produção, base sem a qual não nos seria possível entender o sentido do processo histórico.

Temos que o materialismo histórico seria uma teoria geral dos modos de produção, tendo por objeto todos os que surgiram e surgirão na história. O materialismo histórico, então, “estuda sua estrutura, sua constituição e as formas de transição que permitem a passagem de um modo de produção a outro”.⁶ Nos pareceu extremamente interessante uma observação feita por Theotônio dos Santos, onde ele destaca que as relações de produção podem se modificar e se reestruturar, antes mesmo que haja a superação de um determinado modo de produção. É possível que haja uma rearticulação entre forças produtivas e relações de produção, gerando uma formação social distinta, mas com o mesmo modo de produção dominante, na medida em que não modificam a essência de sua estrutura de classes.

1.1. O MATERIALISMO HISTÓRICO NA VERSÃO DE MARX

1.1.1. A COMPOSIÇÃO DA ESTRUTURA ECONÔMICA DA SOCIEDADE

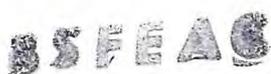
Para entendermos melhor a ciência da sociedade em Marx, é preciso compreendermos melhor o conflito motor do desenvolvimento das sociedades, qual seja, o conflito entre forças produtivas e relações de produção, sendo para isso necessário um maior detalhamento do que seriam esses dois elementos, como se compõem, além de retomarmos a questão do antagonismo entre eles como bússola condutora dos outros aspectos da sociedade.

⁶BADIOU, Alain & ALTHUSSER, Louis. *Materialismo Histórico e Materialismo Dialético*. Segunda Edição. São Paulo. Global Editora, 1986, pag. 34.

O conceito de forças produtivas de Marx abrange quatro elementos principais, quais sejam, o objeto de trabalho (sobre o qual atua a força de trabalho), os meios de trabalho (utilizados pela força de trabalho para transformar o objeto de trabalho), os elementos auxiliares (também podem ser considerados ao nível de meios de trabalho, e se constituem da energia, instalações, estradas, etc.) - estes três compoem o que chamamos de meios de produção - e finalmente a força de trabalho, que é o sujeito ativo do processo de produção. O desenvolvimento das forças produtivas compreende tanto fenômenos históricos, como modificações no processo de trabalho, como a descoberta e exploração de novas fontes de energia, e a educação e qualificação do proletariado (onde podemos também incluir experiência de produção e hábitos de trabalho). Até a própria ciência é encarada como uma força produtiva; e na realidade do mundo de hoje, não podemos deixar de levantar tal hipótese, já que nos dias atuais o poder econômico tem se concentrado nas mãos daqueles que detêm os novos conhecimentos ou estão à frente na produção tecnológica (hoje, com a computação eletrônica e a produção automatizada, o papel da informação é bem mais importante para a sobrevivência do capitalista dentro do mercado em que ele atua). Após o desenvolvimento técnico-científico do início do século vinte, a ciência é, ela mesma, capital. Sendo assim, as condições econômicas e sociais da produção vão determinar também a aquisição e a aplicação de certas descobertas científicas. Definiremos melhor cada um dos elementos que constituem as forças produtivas a seguir.

Temos primeiro de explicitar o que comporia o conjunto dos chamados objetos de trabalho. Tanto pode se tratar da natureza imediata (a terra, o rio, as matérias-primas), quanto à medida em que é mediado pelo processo produtivo se transforma em bens de utilidade, normalmente conhecido entre nós por bens intermediários ou insumos, onde um objeto que já foi transformado por um processo de trabalho anterior, se transforma num produto que vai ser objeto de trabalho em outro processo produtivo.

Os meios de trabalho têm sua manifestação mais elaborada nos instrumentos de produção, e são considerados os elementos mais importantes das forças produtivas, já que são eles que determinam a forma como se vai produzir, e, portanto, o tipo de relações técnicas⁷ que se estabelecem entre os meios de produção e a força de trabalho. Eles possibilitam uma transformação radical da capacidade do homem de apropriação da natureza. Ele é, então, o elemento determinante que nos permite definir o estado de evolução das forças produtivas, já que o seu desenvolvimento determina de maneira fundamental o das forças produtivas. Além disso, os meios de trabalho constituem a base da divisão do trabalho entre os homens, pois com o desenvolvimento dos instrumentos de produção, na medida em que o homem vai transformando a natureza e o meio em que vive, há uma transformação e um desenvolvimento simultâneo dos próprios homens; e são as necessidades da vida material que suscitam o nascimento das idéias que levam ao aperfeiçoamento dos instrumentos de produção. Estes meios de trabalho, associados aos objetos de trabalho e aos elementos auxiliares ou complementares, constituem os meios de produção.



O último, porém não menos importante, elemento constituinte das forças produtivas é a força de trabalho, a qual aparece como elemento dinâmico, o motor que faz andar o desenvolvimento das forças produtivas, já que é o único elemento capaz de por em ação os meios de produção (mesmo numa sociedade com a produção automatizada como é a de hoje, com a máquina substituindo cada vez mais o trabalho humano, é necessário que se tenha a mão humana para ligar e desligar os dispositivos que iniciam e finalizam uma produção, além da constante

⁷RELAÇÕES TÉCNICAS DE PRODUÇÃO - "formas de controle ou domínio que os agentes de produção (indivíduos que participam no processo de produção de bens materiais) exercem sobre os meios de trabalho em particular e sobre o processo de trabalho em geral."

RELAÇÕES SOCIAIS DE PRODUÇÃO - "relações que se estabelecem entre os proprietários dos meios de produção e os produtores diretos em um processo de produção determinado. Relações que dependem do tipo de relação de propriedade, posse, disposição ou usufruto que estabelecem com um meio de produção".

necessidade de assistência técnica). É por isso que Marx, quando pensava na evolução das forças produtivas, relacionava com a forma que a produtividade do trabalho humano aumenta com o uso deste ou daquele meio de produção. A divisão entre trabalho manual e trabalho intelectual, uma das manifestações da divisão do trabalho, que surgiu com o aparecimento da base social do trabalho e fundamentou as primeiras formas de divisão das classes sociais, foi de fundamental importância para a evolução da força de trabalho ao longo da história. Outra coisa, na medida em que a produção se transforma em uma série de atos sociais e não individuais, como nos primórdios da história humana, as forças produtivas vão assumindo um caráter cada vez mais social, onde os meios de produção têm uma origem cada vez mais social, e o produto, um destino também mais social. É o que chamamos de socialização das forças produtivas, onde o processo de trabalho é cada vez mais socializado, e é crescente a interdependência entre os setores da produção social. Vale destacar que, conforme observamos no processo produtivo da atualidade, a evolução histórica das forças produtivas leva a uma crescente substituição da força de trabalho diretamente produtiva, pela utilização e desenvolvimento crescentes dos meios de produção, ou seja, há um aumento da composição orgânica do capital. A força de trabalho passa a desempenhar cada vez mais um papel de elemento intelectual do processo de produção, dada a interferência da ciência e da técnica.

O que é importante destacar para finalizar esta nossa exposição acerca do que são as forças produtivas, é que seus elementos aqui enumerados não constituem um conjunto isolado, mas formam um todo organizado, onde, de acordo com Marx, as suas diferentes combinações distinguem as diversas épocas econômicas socialmente determinadas. Também é fundamental perceber que o desenvolvimento das forças produtivas, assim como o seu caráter e seu ritmo,

depende da natureza das relações de produção por elas condicionadas, já que, para o marxismo, as forças produtivas e as relações de produção se desenvolvem de forma desigual.

Nos deteremos agora na definição e detalhamento do que seriam as relações de produção. Tem-se que quaisquer que sejam as condições, a produção é sempre social (contraposição à teoria econômica burguesa que analisa o homem enquanto agente econômico isolado, individualmente). A produção, como já foi dito anteriormente, tem sempre e por toda parte um caráter social e por isso no seu interior se estabelecem certas relações entre os homens. Não podemos considerar apenas as relações dos homens com a natureza (forças produtivas), temos de considerar também as relações dos homens entre si no processo de produção.

*“Na produção, os homens agem não só sobre a natureza, mas ainda uns sobre os outros. Não podem produzir sem colaborarem de maneira determinada e sem estabelecerem um intercâmbio de atividades. Para produzir, os homens contraem vínculos e relações uns com os outros, e é através desses vínculos e relações sociais que se estabelece a sua ação sobre a natureza, que se efetua a produção”.*⁸

Tais relações são denominadas relações de produção, as quais podem ser separadas em relações técnicas de produção e relações sociais de produção⁹. Tais relações podem ser tanto relações de mútua ajuda e cooperação ou colaboração recíproca (sem qualquer tipo de exploração, onde poderia se verificar a propriedade social dos meios de produção); como podem ser relações entre exploradores e explorados¹⁰. Entretanto, para a maioria dos autores marxistas, as relações de produção são constituídas pela propriedade econômica das forças produtivas. No capitalismo, a mais fundamental dessas relações é a propriedade que a burguesia tem dos meios de produção, ao passo que o proletariado possui apenas a sua força de trabalho. A materialidade das

⁸MARX, Karl. *Trabalho Assalariado e Capital*. São Paulo. Global Editora, 1987, pag.31.

⁹Ver nota de rodapé n° 6.

¹⁰Nomenclatura retirada do livro POLITZER, Ggeorges & Outros. *Princípios Fundamentais de Filosofia*. São Paulo. Editora Fulgor, 1967.

relações de produção consiste no fato de existir independentemente da vontade e consciência dos homens. A produção é para os homens uma necessidade objetiva e ela não se pode realizar senão nos quadros da sociedade tal como existe. Além disso, a cada fase histórica do desenvolvimento das forças produtivas correspondem determinadas relações de produção. As relações de produção se subdividem em três tipos, quais sejam, as relações de trabalho, as formas de propriedade e as relações de troca, intercâmbio e distribuição. As relações de trabalho, as quais são apoiadas na divisão do trabalho, são as relações que se estabelecem no seio da produção, tanto entre os trabalhadores, isto é, da força de trabalho, quanto as que se estabelecem entre esta e a classe dominante. Entretanto, não podemos confundir estas relações com a estrutura de classes sociais, a qual considera os outros dois constituintes das relações de produção. O segundo se constitui das relações de propriedade, as quais se definem a partir da propriedade dos meios de produção, a qual pode ser coletiva, como nas sociedades primitivas, ou privada, como se processou a partir da sociedade escrava até os nossos dias. Além disso, no caso da propriedade privada dos meios de produção, é preciso ter em mente que ao longo da história existiram diferentes formas pelas quais ela se estabeleceu, com diferentes características, como o foi no regime escravista, na sociedade feudal e como o é no capitalismo, constituindo-se assim mais uma diferenciação dentro da nomenclatura marxista. Tais relações, à medida que aumenta o excedente produzido socialmente, faz elevar as formas de exploração da força de trabalho, ao mesmo tempo em que se convertem em condição necessária para a produção e reprodução de toda a estrutura produtiva. E por último temos as relações de troca, intercâmbio ou distribuição de produção¹¹, que são as relações que se estabelecem no momento da comercialização da mercadoria produzida no seio da unidade produtiva. Este intercâmbio comercial nascido da divisão do trabalho levou a

BSFEAC

¹¹Esta nomenclatura foi extraída do livro SANTOS, Theotônio dos. *Forças Produtivas e Relações de Produção*. Petrópolis. Vozes, 1984.

produção a se tornar uma atividade direcionada para a troca, o que favoreceu o desenvolvimento das forças produtivas em determinado momento da nossa história, qual seja, o feudalismo. Relações de produção são em última instância relações de classes, isto é, relações de exploração.

Devemos, pois, destacar, que todo processo de produção não só produz bens materiais, como também produz e reproduz suas condições sociais de produção, isto é, reproduz constantemente as relações de produção dentro das quais opera o processo de produção. Ora, a condição última da produção é a reprodução das condições de produção, o que é em grande parte assegurado pela superestrutura jurídico-política e ideológica, com a ação fundamental do Estado e de seus aparelhos repressivos (governo, administração, exército, polícia, tribunais, prisões), e ideológicos (religioso, escolar, familiar, político, sindical, cultural, de informação). A superestrutura seria definida pela existência do Estado e da consciência social. Refere-se também à consciência ou visão do mundo, aos sentimentos, ilusões e modos de pensar de uma determinada classe, que surgem a partir de suas bases materiais e das relações sociais que derivam destas últimas. Além disso, é preciso verificar que estes elementos superestruturais, apesar de possuírem uma certa autonomia com relação à base econômica, não aparecem por si mesmos, mas são estruturas historicamente definidas e determinadas a partir da base econômica da sociedade e das relações de classes por ela determinadas. Existe uma precedência lógica e histórica da infraestrutura sobre a superestrutura.¹² Entretanto, seria um erro vulgar considerarmos a superestrutura como um elemento passivo dentro da estrutura da sociedade, já que ela tem uma existência relativamente autônoma e suas próprias leis de funcionamento e desenvolvimento, sem quebrar com isso a determinação última da infra-estrutura. Além disso, a “produção espiritual”, a produção artística e as relações jurídicas exercem uma influência recíproca sobre a

¹²“A precedência lógica e histórica da produção material é, por conseguinte, uma premissa necessária para fundamentarmos uma ciência da sociedade e escapulirmos, deste modo, de uma metafísica do social”. SANTOS, Theotônio dos. *Forças Produtivas e Relações de Produção*. Petrópolis. Vozes, 1984, pag.71.

“produção material”.¹³ O que ocorre na verdade é que a economia é sempre determinante em última instância¹⁴, definindo que algum nível superestrutural, ou mesmo a própria base econômica (como se dá no Modo de Produção Capitalista) seja o elemento dominante¹⁵ durante um certo período. É aqui que nos reencontramos com a dialética marxista, onde os elementos interagem mutuamente, embora possa haver a supremacia de um sobre o outro. Repetimos mais uma vez que, para a teoria marxista, a infra-estrutura se revela o “fio condutor”, o qual explica os fenômenos sociais pertencentes à superestrutura. No entanto, isto não significa dizer que tudo se reduz ou é um simples reflexo da estrutura econômica. Outro elemento importante que encontramos dentro da teoria de Marx é a constatação histórica que sempre a superestrutura está a serviço dos interesses das classes que dominam a base econômica, as quais são, por isso mesmo, as classes dominantes da sociedade como um todo.

“... minha idéia de ser cada determinado modo de produção e as correspondentes relações de produção, em suma, ‘a estrutura econômica da sociedade a base real sobre o que se ergue uma superestrutura jurídica e política, e à qual correspondem determinadas formas de consciência social’; de ‘o modo de produção da vida material condicionar o processo da vida social, política e intelectual em geral’, - tudo isto seria verdadeiro no mundo hodierno, onde dominam os interesses, mas não na Idade Média, sob o reinado do catolicismo, nem em Roma ou Atenas, sob o reinado da política. De início, é estranho que alguém se compraza em pressupor o desconhecimento por outrem desses lugares-comuns sobre a Idade Média e a Antiguidade. O que está claro é que nem a Idade Média podia viver do catolicismo, nem o mundo antigo, da política. Ao contrário, é a maneira como ganhavam a vida que explica por que, numa época, desempenhavam o papel principal, a política, e, na outra, o catolicismo.”¹⁶

¹³Termos usados por Marx em *Teorias da Mais-valia*, texto citado por BOTTOMORE, Tom. *Dicionário do Pensamento Marxista*. Rio de Janeiro. Global Editora, 1988, pag. 27.

¹⁴Categoria definida por ALTHUSSER, Louis. *Materialismo Histórico e Materialismo Dialético*. São Paulo. Global Editora, 1986.

¹⁵Esta diferenciação entre “determinação” e “dominação” não está formalizada na obra de Marx, mas podemos encontrar suas indicações no trecho posteriormente citado de O CAPITAL. Quem formalizou tal diferença de conceitos foi Louis Althusser.

¹⁶MARX, Karl. *O Capital*. Rio de Janeiro. Editora Bertrand Brasil S/A, 1989, Livro I, Volume I.

O Estado, na teoria marxista, tem um caráter classista, sendo ele próprio um instrumento de dominação da classe que detém o poder econômico; é também um instrumento de repressão, que existe para assegurar o sistema de dominação. Os Aparelhos Repressivos de Estado funcionam mais pela repressão; pertencem ao domínio público; constitui-se um todo organizado e dependente; suas instituições e seus membros estão subordinados a uma unidade de comando centralizada; representam os interesses da classe dominante, sendo que sua unidade é mais facilmente assegurada. O seu papel consiste em garantir pela força, seja ela física ou não, a reprodução das relações de produção, que até agora têm sido relações de exploração. Os Aparelhos Ideológicos de Estado, ao contrário, funcionam mais pela ideologia (idéias e representações), do que pela força; eles são vários, distintos e relativamente autônomos, pertencentes ao domínio privado, além de apresentarem contradições. Os diferentes Aparelhos Ideológicos do Estado têm sua unidade assegurada pela ideologia dominante, qual seja, a da classe dominante, só que geralmente de maneira contraditória. É preciso destacarmos que tais aparelhos são a realização de uma ideologia, subordinadas à ideologia dominante, a qual possui uma existência não ideal ou espiritual, mas material.

Outro ponto fundamental é que as forças produtivas não exercem sua ação senão dentro dos limites das relações de produção, pois designa-se o modo de produção pelo caráter das relações de produção dominantes naquele momento, sendo que tal caráter acaba por se definir na propriedade dos meios de produção, ou seja, em quem os possui, e a classe social se define pelo tipo de propriedade ou pela ausência de propriedade - propriedade econômica e não-jurídica. Ora, dentro de um determinado modo de produção há uma correspondência entre forças produtivas e relações de produção, entretanto, as relações de produção são condicionadas pelas forças produtivas de uma forma mais significativa que o inverso, e tais relações determinam, em

última instância¹⁷, a superestrutura. Ou seja, as relações de produção vão condicionar todas as esferas sociais. Assim, o desenvolvimento das forças produtivas leva à contradição entre elas e as relações de produção, as quais se convertem em obstáculos ao desenvolvimento dessas forças; a intensificação dessa contradição leva a uma grave crise do modo de produção existente, inclusive de sua superestrutura, levando à sua superação.

Só para reforçar, as forças produtivas junto com as relações de produção formam a chamada infra-estrutura ou base, isto é, a estrutura econômica da sociedade. Tal conjunto vai determinar em última instância a noção de superestrutura, que é composta basicamente por dois níveis: a estrutura jurídico-política e a estrutura ideológica. Engels nos esclarece mais esta questão no texto a seguir:

DSFEAC

“...A estrutura econômica da sociedade constitui, em cada caso, o fundamento real do qual é preciso explicar, em última instância, toda a superestrutura das instituições jurídicas e políticas assim como os tipos de representação religiosa, filosófica e de outra natureza de cada período histórico.”¹⁸

Voltamos então à primeira questão fundamental para a compreensão do materialismo histórico, qual seja, a de como a sociedade ou modo de produção se estrutura. Todo modo de produção é constituído, então, por uma estrutura global, a qual é formada por três estruturas regionais, que são justamente a estrutura econômica, a estrutura jurídico-política (leis, Estado, etc.) e a estrutura ideológica (idéias, costumes, crenças, etc.); onde uma dessas estruturas regionais sempre domina as demais. A estrutura econômica é sempre determinante em última instância, como já falamos anteriormente. E mais, o que caracteriza um modo de produção é a sua contínua reprodução, por meio da reprodução de suas condições de existência, de suas relações

¹⁷Ver ALTHUSSER, Louis. *Materialismo histórico e Materialismo Dialético*. Segunda Edição. São Paulo. Global Editora, 1986.

¹⁸ENGELS, Friedrich. *Anti-Dühring*. Gijalbo, México, 1962, pag. 12. Apud HARNECKER, Marta. *Os Conceitos Elementares do Materialismo Histórico*. São Paulo. Global Editora, 1983, pag. 94.

sociais, do modo de produzir os seus bens materiais. Entenderemos melhor tais afirmações se nos remetermos ao clássico escrito de Marx, *“Prefácio à Contribuição para a Crítica da Economia Política”*, ele chegou à seguinte formulação:

“... na produção social da sua existência, os homens estabelecem relações determinadas, necessárias, independentes da sua vontade, relações de produção que correspondem a um determinado grau de desenvolvimento das forças produtivas materiais...”¹⁹

Neste trecho do *Prefácio*, podemos ressaltar alguns elementos importantes. Primeiro, a produção é para os homens uma necessidade objetiva e ela não se pode realizar senão nos quadros, não menos objetivos, da sociedade tal como ela existe, e esse processo de apropriação material e transformação da natureza tem sempre e por toda parte um caráter social, é um processo social, na medida em que vai caminhando junto com a divisão social do trabalho (distribuição das diferentes tarefas que os indivíduos desempenham na sociedade, sejam elas políticas, econômicas, ideológicas; as quais se realizam a partir da situação da estrutura social); e já que o desenvolvimento constante das forças produtivas vai transformando o processo de produção individual em um processo de produção social. A produção se transforma, de uma série de atos individuais em uma série de atos sociais, e os produtos individuais passam a ser produtos sociais, já que o homem não luta isoladamente, sob a pena de não sobreviver no seu embate contra a natureza, ou de voltar à sua condição de animal, já que foi essa mesma produção que o arrancou do “estado de natureza”. Segundo, as relações de produção são relações estabelecidas pelos homens, e que não são casuais nem resultado de uma vontade, já que são historicamente determinadas. A luta para a satisfação de interesses imediatos determina, a longo ou a curto prazo, conseqüências sociais independentes da vontade dos que iniciaram tal luta. Esses interesses

são correspondentes a uma necessidade objetiva que surge em um determinado momento histórico, daí as relações de produção serem independentes da vontade dos homens, e sua materialidade reside justamente no fato de existirem independentemente dessa vontade e da consciência humana. Elas são condicionadas pelos elementos que determinam a existência histórico-social do homem, ou seja, correspondem a um certo grau de desenvolvimento das forças produtivas, o qual constitui a base da divisão do trabalho entre os homens, sendo esta relação de correspondência entre as relações de produção e o grau de desenvolvimento das forças produtivas o segundo elemento a nos ser revelado por Marx neste texto. Esta correspondência impede o estabelecimento de uma relação em sentido único; se dá tanto pela forma como as forças produtivas condicionam a forma assumida pelas relações de produção nos diferentes modos de produção ao longo da história, como também, simultaneamente, através do condicionamento sofrido pelas forças produtivas a partir destas relações de produção (as quais NÃO são simples efeito das forças produtivas). Isto é, embora as relações de produção sejam condicionadas pelas forças produtivas, também têm uma atuação sobre elas, e a correspondência entre as duas se desenvolve dentro de um processo dialético, onde se confundem a luta do homem pelo domínio da natureza (forças produtivas), e a sua luta para dominar o seu semelhante (domínio do homem pelo homem - relações de produção). Ora, a sociedade se compõe do conjunto das relações que se constituíram entre os homens para lhes assegurar uma luta vitoriosa contra a natureza; tais relações são necessariamente condicionadas pelo nível das forças produtivas de que eles dispõem e às quais necessitam acomodar-se, gerando a correspondência entre relações de produção e forças produtivas.

¹⁹MARX, Karl. *Prefácio à Contribuição para a Crítica da Economia Política*. Lisboa. Estampa, 1977, pag. 24.

1.1.2. AS RELAÇÕES ENTRE ECONOMIA E SOCIEDADE

O modo de produção da vida material, ou a base material na qual se apoia a sociedade, determina toda a vida social, política e intelectual em geral. Entretanto, os homens se conscientizam dos problemas que se colocam na sua época através da luta das idéias, as quais refletem uma luta material concreta que é travada ao nível da produção. Sendo assim, o que vai determinar o nível cultural, intelectual e moral de uma sociedade é sua base econômica, a qual se sustenta na produção dos meios materiais.

“...O conjunto destas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política e a qual correspondem determinadas formas de consciência social. O modo de produção da vida material condiciona o desenvolvimento da vida social, política e intelectual em geral. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser, é o seu ser social que, inversamente, determina a sua consciência.”²⁰

Em outras palavras, é no processo de transformação da natureza pelo homem, processo de trabalho, o qual se revela na estrutura econômica da sociedade, que vai definir a maneira de pensar dos indivíduos, suas idéias, suas crenças, suas leis, suas instituições, sua moral, sua política, etc. A superestrutura social, e o seu desenvolvimento, então, vai ser condicionado pela base econômica, onde se relacionam as forças produtivas e as relações de produção, e que lhe serve de fundamento. Isto quer dizer que existe uma unidade dialética entre base e superestrutura, onde esta última se define em relação à base econômica da sociedade, não se podendo, portanto, aplicar o termo indiferentemente a qualquer idéia, teoria ou instituição

²⁰Ibid

correspondente.²¹ Entretanto, apesar da superestrutura ser precedida pela base material econômica (esta determinação é considerada uma lei do materialismo histórico, embora o modo de produção de uma época histórica determine a importância relativa das várias esferas do mundo social de determinado momento²²), ela não só modifica a chamada infra-estrutura, como também é condição necessária para a sua existência, que para Marx, a superestrutura é imprescindível para organizar e estabilizar a sociedade. Fala-se em determinação da superestrutura pela base, pois existe uma precedência lógica e histórica de um fenômeno pelo outro, onde a vida material da sociedade é um fato primário, ao que se sucede a consciência dos homens, e as instituições e aparelhos ligados a ela. A capacidade produtiva é uma pré-condição necessária para a existência de outras atividades, como já destacamos anteriormente, ou seja, para a vigência de uma superestrutura. Entretanto, para a reprodução desta capacidade produtiva se faz necessário não só a reprodução da habilidade de produzir, como também da manutenção das relações de produção que surgem a partir do processo produtivo. Tais relações são reproduzidas e mantidas não só dentro da estrutura produtiva, mas também pela superestrutura vigente. Portanto, a relação de determinação entre base e superestrutura não exclui a existência de uma interdependência entre estas duas esferas da realidade social. Assim, grande erro do marxismo mecanicista é crer que a superestrutura é totalmente passiva diante da ação da infra-estrutura, não dando a devida importância ao papel desempenhado por ela dentro do processo de desenvolvimento social. Da mesma forma que os materialistas clássicos desprezavam a essencialidade da consciência, os marxistas mais desavisados afirmam ser esta determinação da base sobre a superestrutura um movimento unilateral. Essa precedência lógica e histórica de um fenômeno sobre o outro vai se

BSFEAC

²¹ "A superestrutura engloba as idéias e instituições que refletem as relações de produção dominantes, e, por conseguinte, são elas dominantes também". POLITZER, Georges. *Princípios Fundamentais de Filosofia*. São Paulo. Editora Fulgor, 1967.

²² Ver Materialismo Histórico in BOTTOMORE, Tom. *Dicionário do Pensamento Marxista*. Rio de Janeiro. Jorge Zahar Editor, 1988.

justificar exatamente pela filosofia materialista de Marx, onde o indivíduo precisa primeiramente comer, para depois fazer política. Uma outra forma de enxergar o primado da estrutura econômica sobre a superestrutura foi feito por Louis Althusser²³, onde ele afirma ser esta última determinada em última instância pela base, o que em outras palavras é o mesmo que falar de precedência histórica. A relação dialética entre a base e a infra-estrutura, na tradição marxista, encerra três aspectos básicos. Primeiro, a já comentada interdependência entre elas. Segundo, há uma autonomia relativa da superestrutura em relação à base. E, por último, há uma ação de retorno da superestrutura sobre a base.

1.1.3. O PROCESSO DE TRANSFORMAÇÃO SOCIAL

Existe portanto, não só uma relação de correspondência dentro da estrutura econômica, mas também entre esta e a superestrutura, a qual se caracteriza por ser uma relação histórica, não é constante, estática, mas que se modifica na medida em que é reflexo de uma realidade histórica concreta, a qual se revela a nós bastante dinâmica. É por isso que estas relações de correspondência entre as forças produtivas e as relações de produção (componentes da infra-estrutura) e dessas com a superestrutura pode se transformar numa não correspondência, onde as relações de produção passam de incentivadoras do progresso das forças produtivas, a elementos de entrave ao seu desenvolvimento, e é quando estas duas categorias, forças produtivas e relações de produção entram em contradição, gerando mudanças que provocam um momento de revolução social, com transformação da base econômica e uma conseqüente mudança da superestrutura jurídica e política. Marx assim o coloca no seu texto:

²³BADIOU, Alain & ALTHUSSER, Louis. *Materialismo Histórico e Materialismo Dialético*. Segunda Edição. São Paulo. Global Editora, 1986.

“...Em certo estágio de desenvolvimento, as forças produtivas materiais da sociedade entram em contradição com as relações de produção existentes ou, o que é a sua expressão jurídica, com as relações de propriedade no seio das quais se tinham movido até então. De formas de desenvolvimento das forças produtivas, estas relações transformam-se no seu entrave. Surge então uma época de revolução social. A transformação da base econômica altera mais ou menos rapidamente, toda a imensa superestrutura. Ao considerar tais alterações é necessário sempre distinguir entre a alteração material - que se pode comprovar de maneira cientificamente rigorosa - das condições econômicas de produção, e as formas jurídicas, políticas, religiosas, artísticas ou filosóficas, em resumo, as formas ideológicas pelas quais os homens tomam consciência deste conflito, levando-o às últimas conseqüências. Assim como não se julga um indivíduo pela idéia que ele faz de si próprio, não se poderá julgar uma tal época de transformação pela mesma consciência de si; é preciso, pelo contrário, explicar esta consciência pelas contradições da vida material, pelo conflito que existe entre as forças produtivas sociais e as relações de produção...”²⁴

Um outro aspecto que não ressaltamos, mas que está implícito nos dois últimos trechos do *Prefácio*, é que a correspondência entre forças produtivas e relações de produção pode ser observada, dentro de um mesmo modo de produção, em três fases distintas, as quais Theotônio dos Santos²⁵ chama de etapas clássicas da correspondência. A primeira delas corresponde à etapa onde observamos mudanças evolutivas, um período de reformas e ajustes que permitem o pleno desenvolvimento das forças produtivas, a fim de obrigar as relações de produção e a superestrutura a estabelecerem uma correspondência. A segunda etapa corresponde àquela em que as forças produtivas já alcançaram um certo estágio de desenvolvimento, o qual permite um equilíbrio aparente entre estas, as relações de produção e a superestrutura. Entretanto, o contínuo desenvolvimento das forças produtivas vai quebrar a ilusão do equilíbrio, na medida em que acentua os antagonismos entre as relações de produção vigentes, as

²⁴MARX, Karl. *Prefácio à Contribuição para a Crítica da Economia Política*. Lisboa. Estampa, 1977, pag. 25.

²⁵“Desta forma, a lei de correspondência necessária entre as forças produtivas e as relações de produção e destas com as superestruturas, apesar de relativa, somente se materializa num estado de correspondência efetiva em períodos históricos bem determinados. Porém, esta lei terá vigor ao longo de três períodos já assinalados: no primeiro, ao obrigar as relações de produção e as superestruturas a estabelecerem uma correspondência - ainda que em processo de constituição - com as forças produtivas já em desenvolvimento; no segundo, ao produzir um equilíbrio relativo entre as forças de produção, as relações produtivas e as superestruturas, equilíbrio somente rompido pela incapacidade em resolver os problemas relativos ao domínio do homem sobre a natureza e os antagonismos de classe inerentes às diferentes formações históricas concretas; no terceiro, ao exigir - através de um novo modo de produção - uma solução para a nova situação de não-correspondência gerada pelo avanço das

superestruturas (jurídico-políticas, ideológicas, etc.), e estas forças produtivas, gerando um período que exige a mudança do modo de produção como única maneira de resolver a nova situação de não-correspondência, já que as relações de produção passam a bloquear o desenvolvimento das forças produtivas. Mas essa constante evolução das forças produtivas é uma exigência material da humanidade, já que correspondem ao desenvolvimento das necessidades dos homens, e o seu entrave acaba por gerar um estado de paralisia técnica e científica. Por exemplo, temos a passagem da sociedade escravista para a sociedade feudal. Com o desenvolvimento de novas forças produtivas com o aperfeiçoamento do trabalho de fundição, do tratamento do ferro, progresso da agricultura, entre outros, tais técnicas novas entram em contradição com o sistema escravista de trabalho: o escravo não tem nenhum interesse pelo trabalho, ele não demonstra nem iniciativa nem gosto pelo trabalho. As novas forças produtivas, por outro lado, exigem do trabalhador que ele mostre certo interesse pelo trabalho, pois senão elas serão desperdiçadas. Tomando consciência disso, em vistas às constantes revoltas dos escravos também facilitadas por técnicas como a fabricação de armas e a navegação, o proprietário dos meios de produção renuncia ao escravo, de produtividade muito fraca, e prefere manter um servo, o qual tem um certo interesse pelo trabalho, pois possui sua própria exploração, seus instrumentos de produção, ainda que esteja ligado à terra senhorial. Desta maneira, o desenvolvimento das novas forças produtivas, no seio das relações escravistas de produção, suscitou o nascimento de novas relações de produção: as relações feudais. Da mesma forma se deu a passagem do feudalismo para o capitalismo inicial. A burguesia utilizou, contra o feudalismo, a lei de correspondência necessária entre as relações de produção e o caráter das forças produtivas, derrubou as relações feudais de produção, criou as novas relações burguesas e as fez compatíveis com o caráter das forças

forças produtivas, verificado durante o período de equilíbrio relativo". SANTOS, Theotônio dos. Forças Produtivas e Relações de Produção. Petrópolis. Vozes, 1984, pag.31.

produtivas, que haviam se desenvolvido no seio do regime feudal. Vale ressaltar que não foram as faculdades particulares da burguesia que tornaram possível esta passagem, mas os seus interesses, e os senhores feudais não se opunham ao capitalismo senão pelo interesse de impedir que as relações de propriedade se modificassem em detrimento deles.

Então, quando as relações de produção já não mais correspondem ao progresso das forças produtivas, elas passam a desempenhar um papel de entrave para estas forças. Desta maneira, o surgimento de novas forças produtivas não-correspondentes ao caráter das relações de produção, suscita o nascimento de novas relações, como o exemplo da sociedade escravista e da sociedade feudal, que suscita o nascimento das relações feudais de produção a partir do momento em que a estrutura de sociedade baseada no trabalho escravo emperra o avanço da produção.

Ora, isto vai nos mostrar que as mudanças ocorridas na estrutura econômica modificam a fisionomia de toda sociedade; falando de uma outra forma, Marx queria dizer que para explicar as modificações de uma sociedade é preciso nos remetermos às mudanças que estão ocorrendo no cerne da produção, sendo que as modificações sofridas pelos modos de produção no decorrer da história têm como motor principal a contradição interna entre o caráter das relações de produção existentes e as forças produtivas. O seu desenvolvimento constante se contrapõe à lenta evolução das relações de produção, isto dito pois as forças produtivas são as que primeiro se modificam, sendo que as relações de produção se modificam num segundo momento, o que acaba por produzir a não-correspondência à qual nos referimos anteriormente, fazendo com que as relações de produção passem a ser inadequadas para a expansão das forças produtivas, quando começam a frear seu desenvolvimento e a criar obstáculos à sua evolução. E na medida que isso gera uma modificação na estrutura econômica da sociedade, vai gerar também uma modificação na superestrutura, à qual, como já vimos, é precedida, na teoria marxista, pela chamada infra-estrutura ou estrutura econômica, que se nos revela no conflito entre o grau de

desenvolvimento das forças produtivas e as relações de produção. Embora exista uma mútua determinação entre forças produtivas e relações de produção, é justamente porque existe uma precedência lógica e histórica da primeira sobre a segunda é que se pode definir porque as diferentes formações sociais surgem em determinado momento da história e não em outro.

Em outras palavras, não se pode tentar entender e explicar as transformações de um modo de produção a partir de sua superestrutura, mas é necessário que se busque estas explicações na evolução que ocorre na estrutura econômica, que pode ser empiricamente comprovada, e à qual determina em última instância as conseqüentes alterações na ideologia, na política, na filosofia, etc. de uma determinada formação social. São as contradições da vida material que engendram a maneira que uma sociedade encara a si mesma. Então, não se pode esperar que a mudança de um modo de produção à outro se dê ao nível das idéias, mas é necessário que existam as condições históricas reveladas no conflito entre forças produtivas e relações de produção, e entre estas e a superestrutura, para que haja a superação de uma formação social a outra. Não é a ideologia, nem a ciência política, nem a teoria econômica e nem mesmo a vontade dos homens que vai modificar uma sociedade, mas ela se modifica na medida em que já contém os elementos para sua superação, onde cada formação social definirá as possibilidades históricas de isso ocorrer. É preciso que a sociedade tenha atingido um certo grau de maturidade dentro de sua estrutura econômica que desencadeie uma necessidade de modificação no modo de produção, e uma vez que a estrutura econômica vai modificando, vamos repetir, leva com ela a superestrutura, e não o contrário. Por exemplo, no caso da passagem da sociedade feudal para a sociedade capitalista, não foram as teorias, nem muito menos a religião ou o Estado feudal que propiciou tal mudança, mas o surgimento de forças produtivas desenvolvidas, principalmente após a invenção da máquina-ferramenta, que exigiam novas relações de produção que não àquelas baseadas na propriedade feudal e no trabalho servil, e sim na propriedade dos

meios de produção pelo burguês e no trabalho assalariado, para que se desse a passagem do modo de produção feudal para o modo de produção capitalista. Foi uma modificação na estrutura econômica, e mais diretamente na forma de produzir os bens materiais, que ocasionou a superação de uma formação social²⁶ à outra.



Questiona-se a proposição que considera as forças produtivas como os principais motores da história, já que dentro da teoria marxista, as forças produtivas se constituem no elemento mais móvel, no primeiro elemento que se modifica (sobretudo os meios de produção). Elas sempre se aperfeiçoam, precedendo e arrastando a vontade do homem, ao mesmo tempo em que suas necessidades se desenvolvem. As relações de produção se modificariam em função das modificações sobrevindas das forças produtivas. Então, o modo de produção encerra a unidade dialética das forças produtivas e das relações de produção, e destas com a superestrutura: nesta contradição interna, cada um dos contrários age sobre o outro. As forças produtivas, portanto, NÃO são independentes das relações de produção, cujo desenvolvimento depende das forças produtivas, onde no início tais relações de produção agem no sentido de serem a força principal determinante do seu desenvolvimento; mas tão logo cessem de corresponder a seu progresso, elas o entram. Isso ocorre, como já foi dito, porque o desenvolvimento das forças produtivas é contínuo e mais rápido que a evolução nas relações de produção, o que vai gerar a não-correspondência responsável pelos movimentos revolucionários de superação de uma sociedade por outra. Quando se desenvolvem, as forças produtivas entram em conflito com as relações de produção existentes, que passam em determinado momento a dificultar seu crescimento, mas o conflito se resolve em favor das forças produtivas, e surgem relações de produção novas e

²⁶É preciso uma pequena diferenciação conceitual entre formação social e modo de produção. O modo de produção refere-se “a um objeto abstrato, a uma totalidade social pura, ‘ideal’, na qual a produção de bens materiais é efetuada de forma homogênea”. Já a formação social refere-se a uma totalidade social concreta, historicamente determinada; “uma realidade concreta, estruturada a partir da forma em que se combinam as diferentes relações de

superiores, que como Marx apregoava no *Prefácio*²⁷, já tinham amadurecidas as condições materiais prévias no seio da antiga sociedade. Isso porque o retardamento das relações de produção sobre o progresso das forças produtivas não poderia durar indefinidamente, pois o desenvolvimento destas forças, o desenvolvimento da produção é uma exigência natural da humanidade. É preciso que as relações de produção caducas cedam seu lugar. Nos vemos então diante de como a sociedade se modifica, que vem a ser a segunda questão fundamental para a compreensão do materialismo histórico.

Dentro dessas formulações teóricas marxistas, surgiram alguns questionamentos que achamos importantes para uma melhor análise do desenvolvimento histórico da sociedade. Em primeiro lugar, é o que diz respeito à proposição de que as diferentes organizações sócio-econômicas da produção surgem ou desaparecem segundo venham a favorecer ou impedir a expansão da capacidade produtiva. Ora, nos dias atuais observa-se que as forças produtivas se transformam numa velocidade impressionante, e ao entrarem em conflito com as relações de produção não geram um desaparecimento da organização sócio-econômica, mas sim uma reformulação dessa organização. Embora já tenhamos nos referido a essa questão anteriormente, nunca é demais repetir que é possível que ocorram mudanças nas relações de produção sem que ocorra a superação daquela sociedade, já que esta se compõe de um conjunto de modos de produção que em conjunto formam uma formação social específica, onde um deles domina os demais, sendo possível que ocorram mudanças dentro desta formação social sem que se modifique a forma predominante da base econômica. Levanta-se também a questão de que o desenvolvimento das forças produtivas leva à destruição da propriedade privada dos meios de produção no estágio do capitalismo, quando nos dias de hoje o desenvolvimento acelerado

produção que coexistem ao nível da estrutura econômica”. Estes conceitos foram extraídos do livro HARNECKER, Marta. *O Capital: Conceitos Fundamentais*. São Paulo. Global Editora, 1978, pag. 16-18.

²⁷MARX, Karl. *Prefácio à Contribuição Para a Crítica da Economia Política*. Lisboa. Estampa, 1977.

dessas forças produtivas tem vindo para assegurar de forma mais marcante tal propriedade privada. No caso do capitalismo moderno, ele não tem tentado freiar o desenvolvimento das forças produtivas, pelo contrário, ele o tem estimulado e participado de forma mais ativa nesse desenvolvimento, haja visto os investimentos maciços em P&D, além da adoção de novas formas de organização da produção que tem levado não só a uma contínua supressão da força de trabalho em detrimento de capital fixo, como também tem organizado a produção de forma a camuflar mais e mais a exploração, fazendo com que o operário se sinta também ele como proprietário da sua produção. O que podemos dizer a este respeito é que tais atitudes, como a substituição constante dos trabalhadores por máquinas e computadores, tem um limite, e mesmo nos países onde a filosofia dominante quer fazer acreditar que o operário é ele próprio proprietário da fábrica, verificamos conflitos pesados, como os que se verificam entre os estudantes e a polícia na Coréia do Sul. Resumindo, a dificuldade básica para compreender a relação entre forças produtivas e relações de produção no capitalismo está em que, embora elas sejam vistas como necessariamente compatíveis entre si dentro de um modo de produção, as forças produtivas devem desenvolver-se de uma maneira que favorece o amadurecimento da contradição ou incompatibilidade entre elas e as relações de produção em questão. Embora o socialismo não tenha ainda superado o modo de produção capitalista, não podemos julgá-lo falido, já que nós estamos vivendo um momento em que as forças produtivas ainda se compatibilizam com as relações de produção, embora se observe a presença do conflito, já que o capitalismo moderno possui um desenvolvimento que tem propiciado a ele uma flexibilidade no sentido de que ele muda suas faces, oculta contradições, mas permanece firme com todas as suas formas de exploração.

1.1.4. CRÍTICA AO MATERIALISMO MECANICISTA

Continuando no *Prefácio*:

“...Uma organização social nunca desaparece antes que se desenvolvam todas as forças produtivas que ela é capaz de conter; nunca relações de produção novas e superiores se lhes substituem antes que as condições materiais de existência destas relações se produzam no próprio seio da velha sociedade. É por isto que a humanidade só levanta os problemas que é capaz de resolver e assim, numa observação atenta, descobrir-se-á que o próprio problema só surgiu quando as condições materiais para o resolver já existiam ou estavam, pelo menos, em vias de aparecer.”²⁸

Aqui Marx vem se repetir, afirmando mais uma vez os argumentos expostos acima, ratificando que não é através de idéias e vontade que se faz surgir uma nova sociedade, mas é preciso que exista dentro da sociedade em crise as bases necessárias para o surgimento da nova. Ora, se uma organização social entra em crise, isto significa que existem contradições dentro dela que não foram resolvidas. Mas a contradição não passa de uma luta entre o antigo e o novo. Se ela aparece, isto significa portanto que o novo já está aí, mesmo que apenas parcialmente. As novas idéias surgem como solução de uma contradição objetiva que se desenvolveu na sociedade. Por isso Marx destaca que uma sociedade só desaparecerá quando todas as forças produtivas se desenvolverem plenamente. Embora seja necessário a existência da vontade revolucionária²⁹, elemento superestrutural, não se tem um novo modo de produção antes que os conflitos do velho estejam suficientemente maduros. Portanto, vale destacar aqui dois erros importantes em que

²⁸MARX, Karl. *Prefácio à Contribuição para a Crítica da Economia Política*. Lisboa. Estampa, 1977, pag. 25.

²⁹“A revolução aparece como um resultado direto da luta de classes, particularmente, da consciência e da vontade da classe revolucionária (na ausência de qualquer limitação econômica que impeça ou mediatize tal consciência, obrigando-a a recuos e correções táticas e estratégicas”. SANTOS, Theotônio dos. *Forças Produtivas e Relações de Produção*. Petrópolis. Vozes, 1984, pag. 41.

freqüentemente caem os marxistas, principalmente quando se trata da passagem do modo de produção capitalista para a sociedade socialista, os quais queremos evitar neste trabalho.

Primeiro, acreditar, como os marxistas mecanicistas, que sendo as leis econômicas a base do desenvolvimento histórico, a ação dos homens é inoperante na história e na mudança da base econômica das sociedades, devendo-se esperar que isso ocorra espontaneamente. A concretização de um processo revolucionário pressupõe também a atuação de outros fatores não diretamente ligados à estrutura econômica; fatores subjetivos, organizacionais, ideológicos, etc. Como já o dissemos anteriormente, os homens tomam consciência dos problemas de seu tempo através da luta de idéias, sejam elas políticas, religiosas, morais, etc. E justamente nesta luta de idéias se reflete o controle da classe dominante sobre as cabeças dos explorados. Existe uma hegemonia ideológica da classe dominante, já que ela domina o Estado e com ele seus aparelhos repressivo e ideológico, incluindo aí as escolas, a justiça, a política, a imprensa, a cultura e até a própria família. Como conceber a superação de uma organização social por outra sem pensar numa atuação da superestrutura nesta mudança? Uma luta revolucionária pressupõe uma luta política, e uma luta política inclui necessariamente uma luta ideológica.

O segundo erro, também muito comum diz respeito ao que já destacamos muito neste trabalho, onde se menospreza os limites mínimos necessários, no que diz respeito ao desenvolvimento das forças produtivas, para que se estabeleçam novas relações de produção. Mesmo autores marxistas como Lênin e Trotsky, em suas obras acerca da revolução proletária na Rússia, mesmo sabendo que o socialismo pressupõe, além de uma classe proletária consciente de seus interesses e forte o suficiente para iniciar a luta pelo poder, um dado nível de desenvolvimento das forças produtivas; e sabendo que a Rússia não preenchia a segunda condição, eles enfatizam que um proletariado forte e consciente pode tomar o poder e desencadear uma superação do modo de produção rumo ao socialismo.

Entretanto, não é uma decisão política que possibilita a transformação de uma formação social em outra mais avançada, mas é preciso um nível de maturidade histórica concreta, que se observa ao nível da estrutura econômica. Além disso, dentro de determinada formação social em crise ainda existem recursos que a permitem inovar as forças produtivas sem mudar o caráter das relações de produção, gerando dentro de um processo de lutas contínuas, a sobrevivência do conflituoso modo de produção vigente. Podemos observar este fenômeno na sociedade capitalista de nossos dias, onde a revolução tecnológica muda as faces do capitalismo de maneira a camuflar os reais conflitos existentes dentro deste modo de produção, o que permite a sua sobrevivência mesmo dentro de uma conjuntura de lutas sociais, políticas e econômicas constantes. Deste modo, fica mais claro que os vínculos existentes entre as forças produtivas, as relações de produção e a superestrutura nos servem de fio condutor para explicar a evolução do homem e das sociedades em que ele vive.

BSFEAC

CAPÍTULO 02 - DO CAPITALISMO AO SOCIALISMO: PRESSUPOSTOS NECESSÁRIOS À MUDANÇA

“Com efeito, a abolição das classes sociais pressupõe um grau histórico de desenvolvimento tal que a existência, já não desta ou daquela classe dominante concreta, mas de uma classe dominante qualquer que ela seja e, portanto, as próprias diferenças de classe, representa um anacronismo”,¹

A análise da ciência da história de Marx que foi feita no capítulo anterior suscitou uma questão fundamental dentro de nosso objeto de estudo, relativa às condições objetivas e necessárias para que se verifique a mudança do modo de produção capitalista para uma sociedade de cunho socialista. Baseando-nos no texto clássico de Engels *“Do Socialismo Utópico ao Socialismo Científico”*², nos propomos neste capítulo a analisar como, para a teoria marxista, se materializam as contradições entre as forças produtivas do capitalismo e suas relações sociais de produção, bem como o antagonismo entre essa base econômica e sua superestrutura política, jurídica e ideológica, a fim de localizarmos o momento em que tais conflitos ensejem o nível de amadurecimento necessário para que ocorra a superação do capitalismo rumo ao socialismo.

Para o materialismo histórico, a base da ordem social é a produção e a troca de produtos; o que a sociedade produz, como produz e distribui bens e serviços condiciona a divisão social entre os homens. Assim, as causas das transformações sociais e das revoluções políticas que produzem transformações estruturais nas ordens sociais, devem ser procuradas nas mudanças operadas nos modos de produção de bens materiais e de troca, e não na filosofia ou no pensamento dos homens. Assim, para o materialismo histórico as mudanças nas idéias pressupõem mudanças na base material da sociedade. São as mudanças na produção e na

¹ENGELS, Friedrich. *Do Socialismo Utópico ao Socialismo Científico*. Rio de Janeiro. Global Editora, 1988, pag.74.

distribuição as causas das transformações, uma vez que estas mudanças - como por exemplo a passagem do modo de produção feudal para o modo de produção capitalista - geram relações de produção extremamente antagônicas e despidas de qualquer forma de coerção extra-econômica. Na realidade, os marxistas estão, nesta abordagem, contrapondo o materialismo histórico a todas as filosofias idealistas, e ao próprio socialismo utópico, que defendia mudanças estruturais para uma sociedade mais justa, a partir da simples divulgação das idéias socialistas e da tomada de consciência dos indivíduos, que os despertaria para a necessidade da mudança. Entretanto, são os fatores materiais, concretos, acima citados - que entram em conflito com a ordem social vigente - os quais induzirão a tomada de consciência de que as instituições sociais vigentes são injustas. Conseqüentemente, as novas relações de produção capitalistas já contêm os meios necessários para a superação dos “males descobertos”.

“A humanidade não se propõe senão problemas que ela pode resolver, pois, examinando-se a coisa de perto, ver-se-á que o problema não surge senão onde as condições materiais para o resolver já existem ou, pelo menos, estão em vias de existir”³.

Como vimos no primeiro capítulo, é dessa forma que se desenvolve a história, onde a medida que se desenvolvem as forças produtivas, surge um conflito entre elas e as relações de produção, que passam de instrumentos alavancadores do desenvolvimento dessas forças produtivas a entrave desse desenvolvimento, passando a se opor a elas. Então, da mesma forma que o artesanato e a manufatura se opunham aos entraves feudais das corporações, a grande indústria ao se desenvolver, gera novas forças produtivas que entram em conflito com esse modo

² ENGELS, Friedrich. *Op.cit.*

³MARX, Karl & ENGELS, Friedrich apud POLITZER, Georges & outros. *Princípios Fundamentais de Filosofia*. São Paulo. Editora Fulgor, 1967, pag.181. Segundo o próprio Politzer: “*que é a contradição senão uma luta entre o antigo e o novo? Se, portanto, uma contradição aparece, é porque o novo já está aí, seja em germe, seja parcialmente*”.

de produção e esse conflito tem suas raízes na realidade objetiva, independente da vontade dos homens. Coerentemente com a dialética e o materialismo histórico, essas transformações serão, portanto, fruto de contradições materiais. No caso do capitalismo, são três as principais contradições que, segundo Engels, suscitariam um processo de transformação social o qual resultaria na passagem para o modo de produção socialista, as quais analisaremos mais detalhadamente nos itens que se seguem. A primeira contradição se dá entre o caráter social da produção e a forma privada de apropriação capitalista, considerada a contradição básica do modo de produção capitalista, e da qual resultam as outras. A segunda contradição encerra o antagonismo entre a organização da produção dentro da fábrica e a anarquia da produção no seio de toda a sociedade. Por fim, temos a contradição entre excesso de produção e demanda limitada.

2.1. CONTRADIÇÃO BÁSICA: Entre o Caráter Social da Produção X Forma Privada de Apropriação Capitalista

Na idade média, antes do capitalismo, predominava a pequena produção individual, baseada na propriedade privada do trabalhador sobre os seus meios de produção que, com o seu trabalho criam mercadorias que lhes pertencem. Os meios de trabalho eram individuais - geralmente pertenciam ao próprio produtor e eram dispersos e limitados. Na produção individual o camponês vendia seu produto no mercado a fim de obter produtos dos artesãos, já que se apropriavam dos resultados de seu próprio trabalho. Os produtores eram independentes, e não havia o problema de discutir a quem pertenceriam os produtos do trabalho, pois tais produtos eram produzidos por ele mesmo (ou por sua família) e com seus próprios meios de trabalho, e os frutos desta produção eram apropriados pelo próprio produtor. A propriedade dos produtos baseava-se no trabalho pessoal.

*“Na produção de mercadorias, tal como se havia desenvolvido na Idade Média, não podia surgir o problema de a quem pertenciam os produtos do trabalho. O produtor individual criava-os, geralmente, com matérias-primas da sua propriedade, produzidas não raro por ele mesmo, com os seus próprios meios de trabalho e elaborados com o seu próprio trabalho manual ou da sua família. Não necessitava, portanto, de se apropriar deles, pois já eram seus pelo simples fato de produzi-los. A propriedade dos produtos baseava-se, pois, no trabalho pessoal”.*⁴

A burguesia impulsionou ilimitadamente o desenvolvimento das forças produtivas, e transformou os meios individuais de produção em meios sociais, que só são viáveis diante da coletividade. Com os novos meios de produção, transforma-se a própria produção - produtos individuais passam a ser produtos sociais (nesta análise Engels contrapõe a produção individual de produtores independentes, à produção social capitalista). Com a produção capitalista, essa divisão desordenada do trabalho deu lugar a uma divisão planejada do trabalho dentro da fábrica. Surge a produção social, que por ser mais organizada vai pouco a pouco “engolindo” a produção individual, revolucionando assim o modo de produção.

Com a concentração dos meios de produção nas manufaturas, eles se concentram nas mãos da classe capitalista e adquirem seu caráter social. Os capitalistas reúnem num mesmo local de trabalho vários operários, onde a divisão do trabalho faz com que eles realizem etapas parceladas na produção das mercadorias. Surge, assim, a produção coletiva, resultante de vários trabalhadores parcelados, a qual engendra uma produtividade maior, e conseqüentemente o barateamento das mercadorias, ocasionando a destruição da produção individual, a qual é eliminada pela concorrência da produção dos capitalistas, que produzem mais, melhor e por um preço menor como conseqüência da divisão do trabalho e da produção coletiva. O proprietário continua apoderando-se do produto, só que agora ele é fruto do trabalho alheio. Os produtos criados socialmente são apropriados pelo capitalista, pois ele detém a propriedade privada dos

⁴ ENGELS, Friedrich. *Do Socialismo Utópico ao Socialismo Científico*. Rio de Janeiro. Global Editora, 1988, pág.58.

meios de produção, e não por quem realmente os produziu. E é justamente aí que se concentra o germe dos conflitos da sociedade capitalista, segundo Engels⁵.

BSFEAC

*“Sobrevem a concentração dos meios de produção em grandes oficinas e manufaturas, a sua transformação em meios de produção realmente sociais. Entretanto, esses meios de produção e seus produtos sociais foram considerados como se continuassem a ser o que eram antes: meios de produção e produtos individuais. E se até aqui o proprietário dos meios de trabalho se apropriara dos produtos, porque eram, geralmente, produtos seus (...), agora o proprietário continuava apoderando-se do produto, embora já não fosse um produto seu, mas fruto exclusivo do trabalho alheio. Deste modo, os produtos, criados agora socialmente, não passavam a ser propriedade daqueles que haviam posto realmente em marcha os meios de produção e eram realmente os seus criadores, mas do capitalista. (...) Nesta contradição, que imprime ao novo modo de produção seu caráter capitalista, encerra-se em germe todo o conflito dos tempos atuais”.*⁶

O antagonismo maior desta sociedade é a apropriação de um produto alheio pelos proprietários dos meios de produção, em outras palavras, a produção é social e a apropriação é individual, beneficiando exclusivamente o capitalista, e reveste a forma de antagonismo entre o proletariado e a burguesia. Esta se constitui na primeira contradição encontrada no modo de produção capitalista, entre o caráter social da produção versus a forma privada de apropriação do capital. Surge daí a segunda contradição, que se manifesta como o antagonismo entre a organização da produção dentro de cada fábrica e a anarquia da produção no seio de toda a sociedade, já que, no contexto capitalista, a anarquia impera na produção social.

2.2. SEGUNDA CONTRADIÇÃO: Antagonismo Entre a Organização da Produção Dentro da Fábrica X a Anarquia do Mercado

Na sociedade feudal, embora já tivesse surgido a produção de mercadorias, e esta fosse direcionada para a troca no mercado, o principal objetivo dos indivíduos era a satisfação das

⁵ENGELS, Friedrich. *Do Socialismo Utópico ao Socialismo Científico*. Rio de Janeiro. Global Editora, 1988.

⁶ ENGELS, Friedrich. *Op.cit.* pág. 58-59.

suas necessidades e da sua família. Ou seja, o produtor não se dirigia ao mercado buscando o lucro, mas para obter o máximo de valores de uso quanto pudesse com a sua produção. Ao longo da história, expande-se o capitalismo, e este modo de produção tende a generalizar a mercadoria, isto é, a maioria absoluta da produção, dos serviços e das relações sociais são permeadas pela lógica do mercado.

Isto significa que o capitalista não mais produz para satisfazer necessidades, mas para obter lucro. Quando Engels faz esta análise, ele se refere à economia de mercado competitivo dos séculos XVIII e XIX, no qual a ideologia dominante é a liberal, que se resume na “lei da oferta e da procura”, onde um mercado livre sempre se ajustaria automaticamente, atingindo sempre um equilíbrio, onde todos os recursos estariam em plena utilização, determinando o preço dos produtos, o qual se elevaria caso a oferta caísse (ou a demanda se elevasse), ou esse preço tenderia a cair se o contrário acontecesse. Tudo seria permeado pela competição entre os produtores, a qual seria a responsável última pelo equilíbrio do mercado. O mais famoso defensor da chamada Lei dos Mercados foi Jean-Baptiste Say⁷, o qual enunciava que *uma oferta cria uma procura da mesma magnitude*. Ou seja, na busca do lucro, cada capitalista produzia o mais e melhor que pudesse; mas ele produz para si, em busca da realização do seu lucro, sem pensar na produção dos demais capitalistas que figuram na mesma área produtiva, e muito menos se existe demanda suficiente para que todos os seus produtos sejam vendidos. Ao contrário do que teorizava Say, a oferta não cria sua própria demanda, o que torna o mercado competitivo capitalista extremamente anárquico. As unidades independentes de produção só se relacionam no mercado, gerando o conflito oferta versus demanda, não existindo um planejamento da produção da sociedade como um todo. Em outras palavras, é este mercado competitivo que gera a anarquia da produção social.

*“Mas toda a sociedade baseada na produção de mercadorias apresenta a particularidade de que nela os produtores perdem o comando sobre as suas próprias relações sociais. Cada qual produz para si, com os meios de produção de que consegue dispor, e para as necessidades do seu intercâmbio privado. Ninguém sabe qual a quantidade de artigos do mesmo tipo que os demais lançam no mercado, nem da quantidade que o mercado necessita; ninguém sabe se o seu produto individual corresponde a uma procura efetiva, nem se poderá cobrir os gastos, nem sequer, em geral, se poderá vendê-lo. A anarquia impera na produção social”.*⁸

O resultado dessa anarquia do mercado é que o capitalista não consegue manter uma taxa de lucro estável. A fim de que sua unidade produtiva se torne competitiva no mercado, e assim mantenha a sua taxa de lucro, o capitalista precisa elevar de forma crescente a sua produtividade. É dessa imposição do mercado que decorre a organização da produção dentro da fábrica. Há o controle do capital sobre os meios de produção e sobre a força de trabalho, com um planejamento daquela fábrica de forma a aumentar sucessivamente a produção. Podemos extrair dessa lógica de desenvolvimento histórico a seguinte seqüência: produção artesanal - manufatura - grande indústria capitalista. Gostaríamos de destacar que a organização social na fábrica pressupõe o aumento na composição orgânica do capital⁹, isto é, uma proporção cada vez maior de capital constante sobre uma proporção cada vez menor de capital variável (pois é assim que sua produtividade se eleva efetivamente), que se traduz num investimento cada vez maior em tecnologia. Na medida em que se instala a organização da produção na fábrica, vão-se instalando tecnologias novas, acirra-se a divisão do trabalho, e surgem novas formas de organização do trabalho e de gerência que ensejam uma maior eficiência, eliminando velhos métodos de trabalho

⁷ Ver HUNT, E.K. *História do Pensamento Econômico*. Rio de Janeiro. Editora Campus, 1989, pág.155.

⁸ ENGELS, Friedrich. *Op.cit.*, pág. 61.

⁹“A composição do capital tem de ser apreciada sob dois aspectos. Do ponto de vista do valor, é determinada pela proporção em que o capital se divide em constante, o valor dos meios de produção, e variável, o valor da força de trabalho, a soma global dos salários. Do ponto de vista da matéria que funciona no processo de produção, todo capital se decompõe em meios de produção e força de trabalho viva; essa composição é determinada pela relação entre a massa dos meios de produção empregados e a quantidade de trabalho necessária para eles serem empregados. Chamo a primeira composição de composição segundo o valor, e a segunda composição técnica. Há estreita correlação entre ambas. Para expressá-la, chamo a composição do capital segundo o valor, na medida em que é determinada pela composição técnica e reflete as modificações desta, de composição orgânica do capital”. MARX, Karl. *O Capital*. Rio de Janeiro. Editora Bertrand Brasil,

menos eficientes. Tudo isto leva a uma aumento generalizado na produção e torna o capitalista mais competitivo no mercado. Isto faz com que os capitais mais frágeis (em geral os menores) não suportem a concorrência inter-capitalista, fazendo antigos proprietários dos meios de produção se tornem proletários.

*“A anarquia da produção social vem à luz e aguça-se cada vez mais. Mas o instrumento com que o modo de produção capitalista fomenta essa anarquia na produção social, é precisamente o inverso da anarquia: a crescente organização da produção com caráter social dentro de cada estabelecimento de produção. (...) Tanto entre os capitalistas individuais como entre industriais e países inteiros, a primazia das condições - natural ou artificialmente criadas - da produção decide a luta pela existência. O que sucumbe é esmagado sem piedade. É a luta darwinista da existência individual transplantada com redobrada fúria, da natureza para a sociedade. As condições naturais de vida da besta convertem-se no ponto culminante do desenvolvimento humano. A contradição entre a produção social e a apropriação capitalista manifesta-se agora como antagonismo entre a organização da produção dentro de cada fábrica e a anarquia da produção no seio de toda a sociedade”.*¹⁰

2.2.1. Conseqüências do Mercado Anárquico

Uma das conseqüências também desse crescimento da anarquia social da produção é a conversão da imensa maioria dos homens em proletários, que segundo Engels levarão ao fim desse modo de produção. Uma outra conseqüência é a necessidade de constante aperfeiçoamento das máquinas pelos capitalistas, ou seja, um desenvolvimento tecnológico imposto pela concorrência, sob o risco de perecer no mercado, como já comentamos acima.

“E a maquinaria, o recurso mais poderoso que se pode criar para reduzir a jornada de trabalho, converte-se no mais infalível recurso para converter a vida inteira do operário e de sua família numa grande jornada disponível para a valorização do capital; ocorre, assim, que o excesso de trabalho de uns é a condição determinante da carência de trabalho de outros, e que a grande indústria, lançando-se pelo mundo inteiro, em desabalada correria, à conquista de novos consumidores,

1989. Livro I, Volume II, pág. 713.

¹⁰ ENGELS, Friedrich. *Op.cit.* pág. 62-63

*reduz na sua própria casa o consumo das massas, a um mínimo de fome e mina com isso o seu próprio mercado interno”.*¹¹

Ora, se melhorar a maquinaria equivale a uma maior produtividade, por outro lado, vai tornando a massa de trabalho humano supérfluo, fazendo do operário um mero apêndice da máquina, e o trabalhador acaba por perder o interesse pelo seu trabalho, que se torna uma mera fonte de subsistência. O aperfeiçoamento da maquinaria leva a eliminação de um número cada vez maior de operários, gerando uma massa de trabalhadores disponíveis que ultrapassa a necessidade do mercado, o chamado “exército industrial de reserva”. Podemos comparar essa categoria marxista com o tão falado “desemprego estrutural”, que tem sido um dos principais problemas para os países desenvolvidos nos dias de hoje, e que resultou da revolução tecnológica sem precedentes que somos testemunhas neste fim de século, o que nos desperta para a atualidade desse texto de Engels, que contraditoriamente foi escrito no século passado.

Como mencionamos acima, o desenvolvimento tecnológico vai tornando os processos produtivos cada vez mais intensivos em capital, ou seja, eleva-se a composição orgânica do capital, o que desemprega um grande contingente de força de trabalho, também aumentando o exército industrial de reserva. A evolução da maquinaria e da tecnologia, se converte assim na mais poderosa arma do capital contra a classe trabalhadora, a qual tem o seu consumo reduzido com isso ao mínimo, restringido quase exclusivamente aos meios de subsistência necessários à sua manutenção e reprodução (algumas vezes nem a isso). O crescimento acelerado dessa massa de indivíduos desempregados gera uma queda vertiginosa nos níveis salariais e conseqüentemente no padrão de vida do proletariado, que passa a sujeitar-se docilmente a todas as imposições dos capitalistas para manter sua subsistência. Em outras

¹¹ENGELS, Friedrich. *Do Socialismo Utópico ao Socialismo Científico*. Rio de Janeiro. Global Editora, 1988, pag.64.

palavras, há um controle da força de trabalho, que se traduz como uma consequência política da segunda contradição inerente ao capitalismo. Esse processo de proletarização e pauperização crescente acirra a já considerável luta de classes, simplificando-a. A produção capitalista não poderia, então, expandir-se dentro destes limites, sendo iminente a sua superação. Além disso, a acumulação de capital vai corresponder a uma acumulação igual de miséria (para comprovar isto, basta observar o modelo de acumulação brasileiro hoje).

*“(...)quando Marx escrevia o seu O Capital, a livre concorrência aparecia à imensa maioria dos economistas como uma ‘lei da natureza’. A ciência oficial tentou aniquilar, pela conspiração do silêncio, a obra de Marx, a qual demonstrava, através de uma análise teórica e histórica do capitalismo, que a livre concorrência gera a concentração da produção, a qual, atingindo um certo grau de desenvolvimento, conduz ao monopólio”.*¹²

A competição gerada pela anarquia da produção, ao chegar a um determinado nível, leva inevitavelmente a uma concentração da produção, e a um processo de monopolização do mercado, de onde surgem os trustes, os cartéis, as sociedades anônimas, os quais estabelecem acordos, fixando preços, dividindo mercados, a fim de manter uma certa margem de lucro estável, já que em mercados monopolizados ou oligopolizados há a administração de preços por parte dos capitalistas. Na verdade a dinâmica do mercado é determinada pelos capitais concentrados, e não mais pelo mercado. É por isso que a Lei de Say está equivocada. Vale destacar que essa concentração da produção vai cada vez mais ocasionando a quebra dos pequenos capitais, que deslocam uma parcela da burguesia à classe proletária, incrementando ainda mais o exército industrial de reserva. A produção vai se tornando cada vez mais concentrada, a fim de dominar mercados, o que torna mais fácil a sua planificação. Essa economia com alto teor de concentração e com um caráter planificado é uma pré-condição para o surgimento da sociedade socialista.

¹² LÊNIN, V.I. *Imperialismo, Fase Superior do Capitalismo*. São Paulo. Global Editora. 1987, pág.20.

*“(...)os grandes produtores nacionais de um ramo industrial unem-se para formar um truste, um consórcio destinado a regular a produção; determinam a quantidade total que deve ser produzida, dividem-se entre eles e impõem, desse modo, um preço de venda de antemão fixado. Como, porém, esses trustes se desmoronam ao sobrevirem os primeiros ventos maus nos negócios, conduzem com isso a uma socialização ainda mais concentrada; todo o ramo industrial se converte numa única grande sociedade anônima, e a concorrência interna dá lugar ao monopólio interno dessa sociedade única. (...)Nos trustes, a livre concorrência transforma-se em monopólio e a produção sem plano da sociedade capitalista capitula ante a produção planificada e organizada da nascente sociedade socialista. É claro que, no momento, em proveito e benefício dos capitalistas. Mas aqui a exploração torna-se tão patente que tem forçosamente de ser derrubada. Nenhum povo toleraria uma produção dirigida pelos trustes, uma exploração tão descarada da coletividade por uma pequena quadrilha de cortadores de cupões”.*¹³



O Estado capitalista, com a concentração da produção, passa a atuar diretamente no mercado, e a ter o controle de alguns setores produtivos dentro do mercado; ou seja, uma parcela das forças produtivas se convertem em propriedade do Estado. Entretanto, o Estado moderno é na sua essência capitalista e sua função é proteger os interesses do capital, daí observa-se que ao passarem à propriedade do Estado, as forças produtivas não perdem seu caráter de capital. O Estado tem, assim, um papel decisivo para a defesa de um modo de produção que já se tornou ultrapassado. Ele passa de instrumento de dominação da classe economicamente mais poderosa, a instrumento de manutenção desse poder econômico, já que as contradições geradas pelo próprio modo de produção começam a ameaçá-lo. Contraditoriamente já enseja elementos para a superação desse modo de produção, já que a economia planificada e controlada em parte pelo Estado é uma pré-condição para o nascimento do socialismo.

“Mas as forças produtivas não perdem a sua condição de capital ao converter-se em propriedade das sociedades anônimas e dos trustes ou em propriedade do Estado. (...) Pelo seu lado, o Estado moderno não é nem mais que uma organização criada pela sociedade burguesa para defender as condições exteriores gerais do modo de produção capitalista contra os atentados, tanto dos operários como dos capitalistas isolados. (...) A relação capitalista, longe de ser abolida com essas medidas, aguça-se. Mas, ao chegar ao cume, esboroa-se. A propriedade do Estado

¹³ ENGELS, Friedrich. *Do Socialismo Utópico ao Socialismo Científico*. Rio de Janeiro. Global Editora, 1988, pág.68.

*sobre as forças produtivas não é a solução do conflito, mas abriga já no seu seio o meio formal, o instrumento para chegar à solução”.*¹⁴

Com o advento do capitalismo monopolista, se constituíram as sociedades anônimas, onde o seu capital é aberto ao mercado e do qual participam diversos indivíduos, sendo o capitalista apenas mais um acionista da sua empresa. Assim, não é mais a burguesia que detém a administração gerencial da empresa, que passa para as mãos de administradores profissionais, que são os grandes executivos, os quais são contratados pelos capitalistas para a gerência de suas empresas. Não há mais a necessidade da burguesia para o bom desempenho da empresa, mas somente dos técnicos por ela contratados, o que evidencia não só a incapacidade da burguesia de dirigir as forças produtivas, como que ela não é indispensável à própria produção, já que suas funções sociais estão cada vez mais nas mãos de empregados assalariados.

*“Além da incapacidade da burguesia para continuar a dirigir as forças produtivas modernas que as crises revelam, a transformação das grandes empresas de produção e transporte em sociedades anônimas, trustes e em propriedade do Estado demonstra que a burguesia já não é indispensável para o desempenho dessas funções. Hoje, as funções sociais do capitalista estão todas a cargo de empregados assalariados, e toda a atividade social do capitalista se reduz a cobrar as suas rendas, cortar seus cupões e jogar na Bolsa, onde os capitalistas de toda espécie arrebataam, uns aos outros, os seus capitais”.*¹⁵

2.2.2. As Condições da Luta de Classes na Passagem

Mas é preciso ter em mente que o desenvolvimento da indústria e do capitalismo não apenas aumenta o número de pessoas na condição de proletários, mas também concentra-os e aproxima as suas condições de existência e os seus interesses, na medida em que a máquina vai

¹⁴ ENGELS, Friedrich. *Do Socialismo Utópico ao Socialismo Científico*. Rio de Janeiro. Global Editora, 1988, pág. 70

¹⁵ ENGELS, Friedrich. *Op.cit.*, pág. 70.

eliminando as distinções do trabalho, e tornando os salários gradativamente mais instáveis e dando ao operário padrões de vida cada vez mais baixos (relativamente ao desenvolvimento capitalista). O processo econômico conduz por si a uma radicalização da dicotomia de classes, uma simplificação e elevação dos conflitos entre os burguesia e proletariado. Tais confrontos assumem mais e mais a característica de uma luta direta entre as classes, e começam a se formar associações para a defesa dos interesses do proletariado e da burguesia. Observa-se a eclosão de revoltas constantes, onde o êxito do proletariado consiste em se aproximar mais, e a centralizar a sua luta, tornando-a assumidamente uma luta de classes. Mas a existência do exército industrial de reserva encerra no seio do proletariado uma disputa pelo trabalho, mas que, segundo Marx e Engels, não consegue abalar a organização do proletariado como classe. Temos, então, que o antagonismo entre a organização da produção dentro da fábrica e a anarquia da produção no seio de toda a sociedade, se revelam como a segunda contradição inerente ao capitalismo que o conduz à sua superação, a qual também se revela na contradição entre proletariado e burguesia.

*“Em geral, as colisões da velha sociedade favorecem de diversas maneiras o desenvolvimento do proletariado. A burguesia vive em luta contínua: no início contra a aristocracia; depois, contra as partes da própria burguesia cujos interesses entram em conflito com os progressos da indústria; e sempre contra a burguesia dos países estrangeiros. Em todas essas lutas, vê-se obrigada a apelar para o proletariado, a solicitar seu auxílio e a arrastá-lo para o movimento político. A burguesia mesma, portanto, fornece ao proletariado os elementos de sua própria educação, isto é, armas contra si mesma”.*¹⁶

Quando falamos da organização dos proletários em classe, e da centralização de sua luta em prol de melhores condições de vida, e posteriormente na busca de uma sociedade sem classes, estamos diante de uma condição subjetiva para a mudança do modo de produção. Para que haja a supressão do capitalismo e o estabelecimento de condições socialistas de produção,

¹⁶MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. *O Manifesto do Partido Comunista*. Petrópolis. Editora Vozes, 1993,

pressupõe-se a existência de uma classe operária numerosa, consciente de seus interesses objetivos, que esteja suficientemente fortalecida para se propor à conquista do poder. Ou seja, o proletariado precisa ter um certo grau de consciência e de organização de suas massas. Isso se traduz na luta política dos trabalhadores e na sua organização num partido de classe que organize as massas populares, defenda e estenda as liberdades democráticas.

Mas nós poderíamos nos perguntar porque a teoria marxista considera o proletariado como a única classe revolucionária, na história das lutas de classes. Em primeiro lugar, os trabalhadores assalariados compõem historicamente a primeira classe dominada desprovida dos meios de produção e sobrevivência. Além disso, a dominação da classe capitalista sobre o proletariado envolve apenas a coerção econômica, onde as relações de classe são impessoais e formais, revestindo-se do antagonismo entre capital e trabalho. Nos outros modos de produção, existia sobre as classes dominadas uma coerção extra-econômica, o que não criava um distanciamento entre exploradores e explorados. No caso do modo de produção escravista, existia uma coerção política; no feudalismo essa coerção era ideológica, onde as relações assumiam um caráter patrimonialista. Além disso, o proletariado é uma classe eminentemente urbano-industrial, e o meio urbano facilita a organização política de classe, na medida em que as comunicações dentro da sociedade se tornam mais fáceis, o que acaba por permitir a internacionalização do operariado e de sua organização. Pela primeira vez na história há uma simplificação dos antagonismos de classes, tornando-os cada vez maiores; e o proletariado é uma classe dominada que tem uma ideologia própria e por isso é uma classe que tem um projeto político capaz.

2.3. TERCEIRA CONTRADIÇÃO: Entre Excesso de Produção e Demanda Limitada

Como já vimos, a organização da produção dentro da fábrica levou a uma maior produtividade, através da mecanização e de novos métodos de gerência. Isso acabou por agravar o caráter anárquico do mercado, cuja consequência imediata foi a elevação do exército industrial de reserva e a concentração da produção.

Assim, com o crescimento do exército industrial de reserva há ao mesmo tempo uma elevação do desemprego e uma diminuição dos salários da classe trabalhadora, bem como do seu poder de barganha. Associado a isso, a concentração da produção acarreta a quebra dos pequenos capitalistas que passam a integrar o operariado. Isso gera uma diminuição do poder de compra da grande maioria da classe trabalhadora, que se constitui na maioria dos indivíduos, revelando uma demanda bastante restrita e limitada.



Por outro lado, revela-se, conforme já pudemos constatar, como uma necessidade imperativa ao capitalista, expandir cada vez mais sua produção, a fim de se manter no mercado e fazer frente ao processo de concentração que passa por cima daqueles pequenos capitais. Há um nível de produção crescente e bastante elevado.

Entretanto, surge daí uma nova contradição, já que a expansão dos mercados que a grande indústria necessita não pode desenvolver-se com a mesma intensidade que a expansão da sua produção, gerando assim crises periódicas de realização, em outras palavras, as crises capitalistas, onde um excesso de produção se confronta com uma demanda limitada. Essas crises de demanda (ou oferta) são um bloqueio ao desenvolvimento das forças produtivas, pois quando surge a superprodução como consequência dessa incompatibilidade entre oferta e demanda sociais, temos uma queda vertiginosa dos preços no mercado e, por tabela, a destruição de mercadorias e paralização da produção.

“Nas crises estoura em explosões violentas a contradição entre a produção social e a apropriação capitalista. A circulação da mercadoria fica, por um momento paralisada. O meio de circulação, o dinheiro, converte-se num obstáculo para a circulação; todas as leis da produção e da circulação das mercadorias se viram ao contrário. O conflito econômico atinge seu ponto culminante: o modo de produção rebela-se contra o modo de distribuição”¹⁷

Durante tais crises é que se evidencia de forma violenta a contradição entre a produção social e a apropriação capitalista. Paralisa-se a circulação de mercadorias, o modo de produção se contrapõe ao modo de distribuição. Os próprios capitalistas começam, então, a perceber a incompatibilidade entre a organização social da produção dentro das fábricas e a anarquia da produção social, o que os leva a concentrar mais ainda seus capitais, a se organizar sob a forma de monopólios e mais atualmente de oligopólios. O modo de produção fracassaria, ainda segundo Engels¹⁸, devido ao esgotamento das forças produtivas desenvolvidas por ele mesmo: há excesso de força de trabalho, excesso de meios de produção, excesso de capital - tudo inativo - a abundância converte-se em miséria. Revela-se a incapacidade do capitalismo para dirigir as suas forças produtivas. Um exemplo evidente de crise de realização capitalista é a Grande Depressão gerada pela quebra da Bolsa de Valores de Nova York em 1929, considerada até hoje a maior crise enfrentada pelo capitalismo moderno, quando o mundo passou por um período de colapso quase total da produção. Essa crise foi superada quando houve uma mudança no modo de intervenção estatal na economia, onde o Estado aparece para amortecer a contradição básica do capitalismo provocada pelo sistema de mercado liberal, que é acirrador de contradições, permitindo que o capital se reproduza mesmo depois dessas crises cíclicas. Sustentado na teoria keynesiana, a qual defende que o Estado deve elevar os seus gastos para manter o nível de renda, e assim garantir a demanda, surge o conceito de Estado do bem-estar

¹⁷ENGELS. Friedrich. *Do Socialismo Utópico ao Socialismo Científico*. Rio de Janeiro. Global editora, 1988, pag.66.

¹⁸Ibid

social, que nos revela o poder de adaptação do modo de produção capitalista. Em outras palavras, é o Estado que provoca essa adaptabilidade do capital às crises cíclicas, pois o Estado é o capitalista coletivo ideal.¹⁹

Na sociedade capitalista, para que os meios de produção sejam acionados, precisam primeiro converter-se em meio de exploração da força de trabalho (capital). Num quadro de crise, essa transformação fica impedida e com ela a combinação entre meios de produção e força de trabalho. Cada vez mais, segundo Engels, essas forças produtivas pressionam a fim de que essa contradição seja resolvida, elas lutam contra sua qualidade de capital em prol do seu caráter social. Isso obriga os próprios capitalistas a aceitá-los mais e mais como forças produtivas em benefício de toda a sociedade, o que quebraria as restrições de demanda. Entretanto, essa tese de Engels é altamente questionável, e historicamente podemos comprovar que a grande adaptabilidade do capitalismo a novos contextos, como já comentamos, faz com que a sua superação seja dificultada. Talvez a teoria marxista não tenha se dado conta da importância desse poder de adaptação do capital às crises, fazendo com que elas não fossem insolúveis à sua reprodução.

A separação flagrante entre a propriedade privada dos meios de produção e a livre propriedade da força de trabalho criará a condição social para a organização classista da força de trabalho, sob as formas coletivas anunciadas pelas sociedades novas, de tipo socialista, as quais destruirão a propriedade privada dos meios de produção e abrirão frente para a livre associação dos trabalhadores. Tal “socialização”²⁰ das forças produtivas é observada tanto em períodos de

¹⁹ Ver SALAMA, Pierre & MATHIAS, Gilberto. *O Estado Superdesenvolvido*. São Paulo. Editora Brasiliense, 1983, capítulo I.

²⁰É preciso que deixemos claro o que entendemos por socialização das forças produtivas. Como destacamos no capítulo anterior, a produção é um processo social, na medida em caminha junto com a divisão do trabalho, e já que o desenvolvimento constante das forças produtivas transforma o processo de produção individual em um processo de produção social, onde uma série de atos individuais se converte em uma série de atos sociais, onde os produtos individuais passam a ser sociais. Isso faz com que as forças produtivas vão assumindo um caráter cada

expansão como em períodos de crise. Essa “socialização” das massas de meios de produção acaba por converter-se, em última instância, em concentração de capitais sob a forma de oligopólios e monopólios, com alto poder de manipulação dos mercados. A anarquia da produção social capitalista dá lugar a produção planejada em benefício dos próprios capitalistas. É importante ressaltar mais uma vez que Engels via nesse momento uma sinalização rumo a uma economia socialista nascente. Isso porque, segundo ele, há uma simplificação da luta de classes, e a exploração fica tão evidente que nenhum povo a suportaria. Entretanto, o contexto atual demonstra que não ocorreu o acirramento da dicotomia entre burguesia e proletariado; pelo contrário, existe uma classe média forte que tem um peso crescente na estrutura social, e a qual abraça por vezes a ideologia da classe dominante, por vezes os interesses dos trabalhadores. Ora, para Engels, o nível de exploração capitalista se tornaria tão intenso e tão evidente com a concentração da produção, que nenhum povo se conformaria com tal situação, o que acabaria por resultar num processo revolucionário socialista. Entretanto, o que observamos nos dias de hoje é um grau de exploração e concentração capitalista de dimensões gigantescas, totalmente explícito. Só para citar um exemplo, no Brasil, milionários convivem em suas mansões e apartamentos de luxo lado a lado com indivíduos que vivem em condições sub-humanas. Embora o nível de violência seja também imenso, não se tem notícia de um movimento organizado, com uma consciência e ideologia próprias, que se disponha a lutar pela supressão dessas diferenças. Mesmo o movimento operário nos dias de hoje se encontra bastante enfraquecido, o que dificulta a eclosão de uma revolução socialista organizada. Embora isso não invalide as teses de Engels acerca das pré-condições para a passagem do capitalismo ao socialismo, nos leva a questionar o

vez mais social, onde os meios de produção têm uma origem cada vez mais social, e o destino do produto também passa a sê-lo cada vez mais. É a isso que chamamos socialização das forças produtivas, onde o processo de trabalho se torna cada vez mais socializado e onde é crescente a interdependência entre os setores da produção social. É esse caráter de crescente socialização das forças produtivas que entra em contradição gradativamente maior com o caráter privado da apropriação dos meios de produção na sociedade capitalista.

grau de acomodação a que chegou a classe operária dos nossos tempos. Também nos perguntamos se os clássicos da teoria marxista tinham a real dimensão do poder da ideologia burguesa sobre as outras instâncias da sociedade. Seja como for, o fato é que, mesmo observando na atualidade elementos que possibilitariam a passagem para a sociedade socialista, isto não aconteceu; mesmo as tentativas de implementá-la no Leste Europeu não foram bem sucedidas.

Resumindo, em função das três grandes contradições econômicas inerentes ao modo de produção capitalista, temos as seguintes consequências políticas: crises cíclicas que acentuam ainda mais a concentração dos capitais, gerando um processo político de proletarização da sociedade e de pauperização, induzido pela quebra de pequenos capitais que incrementam o já numeroso contingente de desempregados. Segundo Engels, isso conduziria, como já vimos, a uma situação econômica e social insustentável, culminando numa revolução proletária. Entretanto, a teoria marxista não previu o impacto de uma revolução tecnológica sobre as estruturas econômicas, e sobre a superestrutura, nem tão pouco considerava a força de mutação do capitalismo diante das adversidades inerentes a ele próprio.

CAPÍTULO 3 - A RÚSSIA E A REVOLUÇÃO DE OUTUBRO DE 1917

“O atraso da Rússia não é apenas econômico, mas sobretudo político e se manifesta tanto na restrição generalizada às liberdades públicas, quanto no peso esmagador dos encargos feudais.(...) Como desenvolver a luta por objetivos socialistas, numa situação em que é necessário remover os obstáculos representados pelo absolutismo e pelas relações sociais sobre as quais se apoiava o poder da nobreza feudal?”¹

O objetivo deste capítulo é confrontar as condições objetivas para a transformação do capitalismo ao socialismo, na teoria marxista, com as condições históricas na Rússia do início do século, anterior à revolução. Para isto, foi feita uma análise do processo de desenvolvimento econômico russo a partir da supressão dos servos, considerada como o marco da superação do feudalismo na Rússia.

No caso dos países desenvolvidos do Ocidente, a passagem do modo de produção feudal para o capitalista, no processo histórico clássico, é feita por meio de dois processos. Economicamente através da acumulação primitiva de capital, que se inicia por volta do século XIV, e vai até a segunda metade do século XVIII, caracterizada pela política mercantilista. Politicamente, através da atuação do Estado absolutista, que se caracterizava por ser um Estado de transição.

Na Rússia, contraditoriamente ao processo clássico da passagem do modo de produção feudal ao modo de produção capitalista, que historicamente se caracterizou pela supressão do latifúndio, o capitalismo suprimiu o feudalismo apoiando-se na grande propriedade. Ora, o latifúndio é uma estrutura eminentemente feudal, que emperra o desenvolvimento capitalista, e se mantém

¹ABRAMOVAY, Ricardo. *Paradigmas do Capitalismo Agrário em Questão*. Rio de Janeiro. ANPOCS, 1992, pag.40.

apenas em contextos onde o capitalismo é atrasado (como o caso do Brasil, país onde o capital se desenvolve de forma limitada também por causa do setor agrícola, que se baseia nas grandes propriedades). Isto acabou por tornar muito lenta a transformação da economia feudal russa numa economia plenamente burguesa. A maior parte dos camponeses foi submetida à miséria e à pobreza, dada a forma como foi realizada a supressão do sistema servil, seguindo, neste caso, os mesmos passos do exemplo clássico do capitalismo no mundo Ocidental.



Antes da emancipação dos servos em 1861, predominava a existência de fazendas com poucas relações com o mundo externo, atreladas ao regime de servidão, as quais produziam para subsistência, o que dificultava o processo de divisão social do trabalho, o que conseqüentemente entravou a mercantilização da economia e a formação de um mercado interno. Por outro lado, o fato do trabalhador estar preso à terra, pressuposto da economia feudal, dificultou a formação de um mercado de trabalho. A servidão, portanto, bloqueava na Rússia a expansão do capitalismo, formação social que pressupõe a existência do trabalho assalariado (que compõe o mercado de trabalho), que torna os indivíduos consumidores em potencial (que compõem, junto com os produtores, o mercado interno), principalmente no período de sua formação, sendo o modo de produção capitalista um modo de produção basicamente urbano-industrial. Para que a sociedade capitalista se desenvolva, se faz necessária a destruição da base econômica feudal, que é o regime servil, e o instrumento desta destruição é a acumulação primitiva de capital. Ora, mas o servo não se caracteriza como trabalhador assalariado, e nem como consumidor, rompendo, assim, a base de estruturação do próprio capital. Isto coibiu a transformação dos meios de produção em capital constante e da força de trabalho em capital variável. Além disso, o rudimentar estágio atingido pela técnica inviabilizava o crescimento da produção agrícola e dificultava uma divisão mais acentuada entre a indústria e a agricultura.

3.1. A RÚSSIA DO SÉCULO XIX: SERVIDÃO E QUESTÃO AGRÁRIA

A abolição dos servos é considerada um marco divisório entre dois períodos da história econômica russa, quais sejam, feudalismo e capitalismo, e provoca transformações nas relações sociais e na organização do trabalho, sendo considerado o primeiro grande passo rumo à industrialização. Entretanto, essa reforma deve ser vista como um ato essencialmente político por duas razões: em primeiro lugar, para prevenir contra a eclosão de uma revolução entre os servos, o que teria efeitos bastante negativos para o regime do país; segundo, ao se deparar com a sua inferioridade militar na Guerra da Criméia, e reconhecendo que a industrialização elevaria o poderio militar do país, o governo russo decidiu deliberadamente abolir a servidão a fim de criar uma estrutura sócio-econômica onde as novas oportunidades econômicas e tecnológicas seriam mais plenamente aproveitadas, ou seja, onde forças produtivas e relações de produção pudessem se desenvolver melhor.

Com o Ato de Emancipação dos Servos de 1861 foram abolidos todos os direitos dos donos de terras sobre os camponeses servos. O servo se converteu, pelo menos do ponto de vista legal, no proprietário de sua terra (*nadial²*), estando, entretanto, sob a autoridade da comunidade de vizinhos (*mir³*), responsável pela distribuição das terras e das responsabilidades que cabiam a cada um.

A distribuição das terras foi feita de forma bastante confusa e não uniforme, onde a melhor parte das terras continuava nas mãos dos antigos senhores, cabendo ao campesinato as terras

² Camponeses que recebiam o direito de propriedade sobre uma pequena extensão de terra.

³ Comunidade administrativa de cada vila ou conjunto de vilas, onde as decisões eram tomadas pelo voto, com a aprovação da maioria.

menos férteis ou de mais difícil acesso. Isto explica a proliferação do minifúndio, tão improdutivo quanto o próprio latifúndio.

*“Os latifundiários ficaram com a parte maior e melhor das terras; com os camponeses permaneceu apenas o suficiente - com frequência nem sequer o bastante - para poder alimentar-se. Ademais, os bosques foram entregues aos nobres; e os camponeses viram-se obrigados a comprar a linha e a madeira - que antes nada lhes custava - para seus implementos e para a construção”.*⁴

O fim da servidão feudal na Rússia se fez preservando os interesses dos senhores feudais, o que não caracteriza uma ruptura com o antigo modo de produção, mas antes, uma convivência política. Os servos, mesmo liberados da servidão, se viam obrigados a pagar, durante o período de 49 anos, aos seus antigos senhores, pelos serviços dos quais eles haviam sido “liberados”, o que assegurava à aristocracia agrária o recebimento da renda feudal⁵. Além disso, foram determinadas taxas de obrigação em pagamento pela terra, os chamados *quitrents*⁶, os quais poderiam ser reavaliados após vinte anos. Os *quitrents* (obrigação de pagamento pela terra em moeda) entraram em vigor após dois anos da emancipação, durante os quais os servos ainda continuavam trabalhando para seus senhores como forma de pagar pela terra. Após esse período de transição, os camponeses recebiam o direito de converter serviços de trabalho na terra por pagamentos em moeda sem o

⁴ENGELS, Friedrich. Acerca das Relações Sociais na Rússia. In MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. *Obras Escolhidas*. São Paulo. Editora Alfa-Ômega, 1980, Volume dois, pag.244.

⁵ A renda feudal equivale, na teoria marxista, à mais-valia, que inclui a relação entre trabalho necessário - que para o servo equivale ao tempo de trabalho que ele desempenha na sua própria terra, e para ele próprio - e trabalho excedente - que equivale ao o tempo de trabalho que o servo desempenha para o senhor feudal. Ela poderia ser paga em serviços (corvéia), em espécie (pagamento com o produto da terra) ou poderia assumir a forma de uma renda monetária, em dinheiro, que só acontece, historicamente, no final do feudalismo.

⁶Pagamentos em moeda feitos pelos camponeses aos seus antigos senhores pela posse da terra. Graças ao Estatuto de Redenção, que foi elaborado alguns anos após a emancipação, a maior parte da terra distribuída aos camponeses tornou-se sua propriedade, encerrando os pagamentos dos *quitrents* ou transformando-os em pagamentos de redenção ao Estado, mantendo-se o período de pagamento dessa redenção por 49 anos. Esses termos foram extraídos do trabalho de GERSCHENKRON, A. Russian Agrarian Policies and Industrialization: Russia 1861-1917. In *The Cambridge Economic History of Europe*. Cambridge. Cambridge University Press, 1966. Volume VI, The Industrial Revolution and After.

consentimento dos seus antigos senhores. Na realidade o que se deu foi uma passagem da renda feudal em trabalho para uma renda feudal monetária, na qual o servo tinha que produzir para pagar a renda em dinheiro. Num determinado momento, ao invés de pagar as amortizações da dívida de emancipação aos senhores feudais, os servos passaram a pagar essa dívida ao Estado. Após a emancipação de 1861, caía sobre o camponês, entre outras taxas, um imposto individual que se assemelhava a um imposto de renda, embora não fosse assim denominado; um imposto sobre a terra; os pagamentos relativos à emancipação; as várias taxas locais da comunidade.

Entretanto, o campesinato liberado da servidão recebeu porções de terra insuficientes, tanto do ponto de vista qualitativo quanto do quantitativo, pela qual tinha de pagar um preço de compra desproporcionalmente alto, o que acabava por não garantir a sua subsistência. Não foram poucos os camponeses que se viram subitamente com uma insignificante parcela de terra para satisfazerem suas necessidades de subsistência, ou com terras de valor irrisório. Isto significa que a emancipação dos servos não foi acompanhada pela criação de um campesinato economicamente forte.

“(...)As terras dos nobres são em média duas vezes mais férteis que as dos camponeses, uma vez que pela distribuição que se seguiu ao resgate para a supressão da corvéia, o Estado tomou aos camponeses, para entregar aos nobres, não só a maior, como também a melhor parte das terras, com a particularidade de que os camponeses tiveram que pagar aos nobres a pior terra pelo preço da melhor(...). Em consequência do resgate, os camponeses em massa vêem-se numa situação de extraordinária miséria e absolutamente insuportável. Não só foram despojados da parte maior e melhor de suas terras, como nas regiões mais férteis do império as parcelas camponesas são demasiadas reduzidas para que - nas condições da agricultura russa - possam tirar delas seu sustento. Aos camponeses não apenas foi imposto por esta terra um preço extraordinariamente elevado - que o Estado havia adiantado por eles e que agora têm que reintegrar paulatinamente, acrescido dos juros -; sobre os camponeses não apenas foi descarregado quase todo o peso do imposto sobre a terra, do qual os nobres ficaram quase isentos, e que absorve e inclusive ultrapassa o valor da renda da terra dos camponeses, de modo que todos os demais pagamentos que o camponês deve fazer (...) já são uma dedução direta da parte de suas receitas que representa seu salário, mas também: ao imposto sobre a terra,

*à amortização das somas adiantadas pelo Estado e ao pagamento dos juros destas, juntaram-se, desde que foi introduzida a administração local, os encargos fiscais impostos pelas autoridades das províncias e dos distritos”.*⁷

Além disso, o processo de troca da renda feudal em trabalho para a renda feudal monetária não se reduzia à agricultura. Mesmo os servos que ganhavam a vida (o sustento) na cidade, tinham obrigação de pagar por sua “liberdade” regularmente. Ora, para os que trabalhavam na indústria ainda nascente, o nível salarial era mínimo, e o peso da dívida com os donos de terra, e posteriormente com o governo, sobre a renda dos assalariados significaria ou que os capitalistas industriais teriam de elevar os salários, ou que a pressão sobre o padrão de vida dos trabalhadores, antes servos, levaria a uma queda de sua produtividade. Em qualquer desses casos, esses pagamentos pela emancipação acabavam por se constituir num entrave à industrialização, podendo-se dizer que se tratava de uma renda feudal disfarçada. Ora, o Estado utiliza seu aparelho burocrático e repressivo para assegurar a renda feudal, servindo como mediador e centralizador de um processo de exploração que tendia à decadência. Na realidade o Estado russo assume o papel de garantir - agora em outros moldes - a renda feudal e a reprodução do feudalismo, já em processo de degradação. Isto tem um efeito negativo para o capital, já que a indústria acaba por financiar a manutenção do sistema feudal - o ex-servo, agora assalariado, não constitui-se um consumidor, o que é um bloqueio ao desenvolvimento capitalista. A renda do servo, ao invés de se dirigir ao mercado capitalista, não, vai parar nas mãos de seus antigos senhores, continuando a reproduzir as relações feudais. A dinâmica do desenvolvimento capitalista na Rússia era determinada, assim, pela estrutura fundiária, o que é uma contradição.

⁷ENGELS, Friedrich. *Acerca das Relações Sociais na Rússia*. In MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. *Obras Escolhidas*. São Paulo. Editora Alfa-ômega, 1980, Volume Dois, pag.239.

Obviamente, a resistência dos camponeses contra essas medidas, as quais foram ditadas no interesse dos *Pomeshchiki*⁸, foi considerável. Além disso, a reforma tendeu a preservar, se não acentuar, o tradicionalismo e a ineficiência da agricultura camponesa. Mesmo nas *Obshchina*⁹ (comunidades agrícolas) houve essa tendência, já que o governo ergueu barreiras para a dissolução dos laços individuais com a comuna (série de obrigações, impostas pelo governo, que cada indivíduo tinha para com a comunidade que fazia parte). Na verdade, alguns dos elementos centrais da estrutura criada pela reforma tenderam a fortalecer as “cooperativas” agrícolas. E a unidade administrativa estabelecida pela reforma foi o *Mir*¹⁰. Para deixar o *Mir* (comuna), o camponês deveria pagar todos os impostos do ano à comuna, além de perder todos os direitos sobre a terra e de precisar da permissão dos parentes para sair da vila. Tinha também que pagar metade de sua dívida com a emancipação, tudo antecipadamente. Estas obrigações constituíam os laços individuais com a comuna, o que só foi flexibilizado quando o objetivo do governo mudou, e passou a ser o de beneficiar a rápida industrialização. Entretanto, apesar do governo facilitar os pagamentos das obrigações dos camponeses em prol do desenvolvimento da indústria, ele o faz sempre mantendo o vínculo entre o trabalhador urbano e o *Mir*. O governo, portanto, dificultou durante muito tempo a saída dos camponeses da comuna, pois a considerava um elemento importante para sua política. O Estado russo poderia ser identificado neste contexto como um Estado de transição, que não é nem feudal nem capitalista. Ele, como todo Estado de transição, deslocava-se entre os interesses da

⁸Classe dos proprietários de terras pertencentes à antiga nobreza feudal.

⁹Espécie de cooperativa agrícola, ou propriedade comunal, onde se pressupunha responsabilidade comum juntamente com o trabalho cooperado. Esse tipo de associação agrícola existia mesmo antes do Ato de Emancipação de 1861; e para o governo era a base sobre a qual se ergueria a estabilidade política do Império. Ao garantir a todo camponês um pedaço de terra, parecia uma forte barreira contra possíveis revoltas.

¹⁰O *Mir* foi o instrumento usado pelo governo para disseminar a propriedade comunal tanto nas regiões onde já existiam as *Obshchina*, como nas que ainda não conheciam essa espécie de organização da agricultura. A diferença

burguesia, ao beneficiar a industrialização para dinamizar a economia, e os interesses das oligarquias feudais, ao manter a cobrança da renda feudal e a reprodução do feudalismo, mesmo que de forma indireta. O Estado russo, neste período, assume, desta forma, as características clássicas do Estado absolutista, principalmente na maneira de intervir econômica e politicamente.

O Ato de Emancipação dos Servos de 1861 não conduziu a uma elevação da base alimentar do país, nem da oferta de trabalho para atividades não agrícolas da economia¹¹. As conseqüências dessa medida do governo foram a fraqueza da economia camponesa como fonte de demanda por produtos industrializados e a escassez na oferta de trabalho para a indústria, o que acabou por influenciar os rumos da industrialização do país. Houve uma infeliz tendência em identificar essa “reforma agrária” com a abolição do feudalismo e portanto como uma condição necessária para um moderno desenvolvimento industrial. Entretanto, ao contrário do que se esperava, a abolição dos servos não foi acompanhada imediatamente por um surto industrial; tais movimentos estiveram separados por pelo menos vinte e cinco anos. É preciso observar também que a carga de pagamentos e impostos colocada sobre os camponeses era, sem dúvida alguma, deveras impopular, e a qual gerava atrasos crescentes nos vencimentos e acumulação de dívidas e juros por parte dos camponeses. A partir de 1883, foram sendo concedidas reduções das dívidas dos camponeses com carga de impostos e atrasos ao governo. Entretanto, isso não modificou a situação dos camponeses pós-emancipação, a qual foi agravada após o início do surto de industrialização da década de 1890. O

entre as duas é que o *Mir* se constituía numa espécie de comuna administrativa de cada vila ou conjunto de vilas, onde as decisões eram tomadas pelo voto, com a aprovação da maioria.

¹¹ “*The insufficiency of the land allotments and the heavy financial obligation imposed upon the peasantry did not create a steep gradient for the flow of labour; this was so mainly because of the preservation and strengthening of the role of the village commune. The later, oriented, as it inevitably was, upon traditional methods of cultivation effectively prevented increases in the productivity of labour*”. GERSCHENKRON, A. Russian Agrarian Policies and Industrialization: Russia 1861-1917. In *The Cambridge Economic History of Europe*. Cambridge. Cambridge University Press, 1966. Volume VI, The Industrial Revolution and After, pag. 755.

crescimento cada vez maior das dívidas camponesas em atraso dos pagamentos pela redenção fizeram o governo consecutivamente baixar medidas de amortização, ou para facilitar o pagamento. O fato do governo não ter acabado com os *redemption payments*, ao invés de ficar o tempo todo inventando esquemas para aliviar o seu pagamento, se deve, sem a menor sombra de dúvida, a que sua interrupção teria quebrado os laços legais que mantinham a comuna coesa.

Cabe neste momento esclarecer que existem três teorias acerca da natureza do Estado absolutista. A primeira delas é uma tese de Perry Anderson, o qual afirma ser o Estado absolutista um Estado feudal. Por quê? Pois sua função é a manutenção da estrutura feudal no campo. Com as revoltas camponesas e com a existência de um mercado nos centros urbanos, a aristocracia feudal estava perdendo poder diante dos servos. É então que surge uma estrutura política inchada, que é o Estado absolutista, que vai utilizar o seu aparelho burocrático e repressivo para manter as relações de produção feudais. A segunda tese é a de Marx e Engels, que afirma ser o Estado absolutista um Estado capitalista, que surge num período de transição, e que por isso não possui hegemonia em sua estrutura política. Entretanto, as estruturas do Estado absolutista, para Marx e Engels, existiam para beneficiar a economia capitalista, através da acumulação primitiva de capital - economia mercantilista. A terceira tese sobre o Estado absolutista é que ele é um Estado de transição, caracterizado por não ser nem um Estado feudal, nem capitalista, embora tenha características do feudalismo e do capitalismo. Diante disto, podemos perceber claramente que o Estado russo exerceu, neste período, como já dissemos, funções de um Estado absolutista de transição.

No final do século XIX, a situação econômica do campesinato russo continuava deteriorando, apesar da legislação tentar manter o seu *status quo* institucional. Os preços dos produtos agrícolas começaram a cair a partir de 1880, enquanto a população rural continuava

crescendo. A renda *per capita* do campesinato diminuiu consideravelmente, pois possuíam as piores terras. Os camponeses não tinham condições de melhorar sua produção pela introdução de inovações tecnológicas, dada a escassez de capital e a deficiência de formas apropriadas de crédito. Além, é claro, da ignorância e indolência (não têm a lógica do lucro, pensando apenas em sua sobrevivência imediata, sem ambição de elevar esse padrão) dos membros da comuna. Enquanto os preços dos produtos agrícolas estavam se deteriorando, os preços dos produtos industriais estavam crescendo, período em que ocorreu um grande surto industrial iniciado na década de 1890, guardados por medidas protecionistas. As melhorias na agricultura se davam, na grande maioria das vezes nas terras dos antigos senhores. O que podemos observar, portanto, é que a política agrária do governo do final do século se guiava em preservar a *Obshchina* (comuna), até a quitação dos débitos da redenção; em prolongar o período de amortização para prolongar a sobrevivência da comuna, e ao mesmo tempo, manter o campesinato no vício da taxaçoão cumulativa. Em outras palavras, modernização da indústria e preservação de uma estrutura arcaica na agricultura. Foi apenas depois da passagem do século que o Ministério das Finanças, levado pelo atraso do país, começou a plantar a idéia da abolição dos pagamentos da redenção e da responsabilidade comum (alicerce da *Obshchina*).



Os fatos descritos acima mais uma vez reforçam a constatação de que o Estado russo se caracterizava como um Estado absolutista de transição. Ao mesmo tempo em que está cumprindo a manutenção da estrutura agrária, ele está induzindo o processo de acumulação primitiva de capital. Essa acumulação primitiva de capital é um processo histórico, anterior à acumulação capitalista, que se dá através de toda política mercantilista (exploração colonial, protecionismo, intervenção estatal), onde se criam as relações de produção do capitalismo - criar, por um lado, o trabalho assalariado, e por outro, a burguesia. O trabalho assalariado surge quando se transfere os indivíduos, antes servos,

para o trabalho das indústrias nascentes. O papel do Estado neste processo é fundamental: historicamente ele promove o esfacelamento das relações feudais no campo, que acabou com os pequenos produtores rurais e os conduziu ao mercado das cidades, em busca de sua subsistência. Na Rússia, a servidão é abolida através de um decreto governamental, e vem acompanhada de uma série de medidas que embora mantenham o pagamento da renda feudal, conduzem os antigos servos ao trabalho nas indústrias das cidades, como visto anteriormente, contribuindo para a formação do trabalho assalariado.

A partir do início do século XX, o pagamento da carga de impostos dos camponeses chegava ao seu limite, o que deve ser considerado um importante fator na quebra do ritmo de industrialização, juntamente com a depressão do ano de 1900, que culminou com uma crise de superprodução e num *crash* financeiro. Observa-se um crescimento gradativo, em todos os sentidos, dos atos de violência e desobediência por parte dos camponeses. A violência dos camponeses era contida geralmente por um destacamento do exército, enviado pelo governo às vilas rebeldes, o que só funcionou quando os levantes eram poucos e dispersos. Quando se tornou um fenômeno generalizado, quando o exército estava ocupado com a guerra no Leste, e para completar, quando a rebelião camponesa coincidiu com o movimento de greve geral nos transportes, comunicação e manufatura, sinalizava-se para uma revolução, a qual atingiu seu ápice em dezembro de 1905. Engels previu que isso poderia acontecer, dadas as condições de vida em que se encontravam os camponeses russos. Diz ele, em obra já citada:

“É evidente que a partir da abolição da servidão a situação dos camponeses russos tornou-se insuportável e não pode continuar assim por muito tempo; que, por esta

*causa apenas, na Rússia avizinha-se uma revolução. Mas, permanece de pé a interrogação: qual pode ser, qual será o resultado desta revolução?*¹²

A partir do final de dezembro de 1905, o governo foi gradualmente recuperando o controle da situação, e por volta do outono de 1906 a ordem já estava em grande parte restabelecida e mantida, embora através de uma combinação de brutalidade física e jurídica sem precedentes na história do país, até este momento.

Entretanto, uma série de mudanças sucederam nesse intervalo, o que afetou profundamente as condições da agricultura camponesa. O governo tomou várias medidas, sendo que foram quatro as mais importantes. Primeiro, houve a abolição da responsabilidade comunal, ou seja, daqueles laços individuais que analisamos anteriormente. Em seguida, o governo concedeu anistia dos pagamentos atrasados de taxas e aboliu as punições corpóreas aos camponeses (açoitamento). Em novembro de 1905, decretava a redução de 50% para o próximo ano dos *redemption payments*, os quais foram definitivamente abolidos em 1907. Além disso, o camponês recebeu o direito de ir e vir segundo a sua vontade, podendo sair livremente da comuna, sem precisar da autorização de ninguém e muito menos sem que isso significasse a perda dos seus direitos sobre sua terra, o que acontecia antes.

Embora ainda não houvesse igualdade na organização jurídica e administrativa como entre campo e cidade, os aspectos mais escandalosos, acima citados, da discriminação contra o campesinato foram abolidos, o poder jurídico da comuna sobre o camponês foi quebrado e as barreiras legais para livre mobilidade foram removidas, sendo que tudo isto reduziu o poder da

¹²ENGELS, Friedrich. *Acerca das Relações Sociais na Rússia*. In MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. *Obras Escolhidas*. São Paulo. Editora Alfa-Ômega, 1980, Volume II, pag.240.

Obshchina (comuna). Isto já denota uma ruptura com a estrutura agrária feudal, o que ocorre já no início do século XX.

Em novembro de 1906, o governo elabora um decreto de emergência, no qual os camponeses adquiriram o direito de livre saída da *Obshchina*. Assim, a comuna teve seu papel reduzido dentro da estrutura agrária do país, mas não foi levada, como se poderia pensar, a uma rápida extinção. Vale ressaltar que as principais medidas baixadas no Ato de 1906, foram, posteriormente, elaboradas e codificadas com mais cuidado numa lei de 1910. Embora os atos de emancipação (1861, 1906, 1910) tivessem realmente estabelecido a fazenda familiar camponesa na Rússia, esta não aparecia como uma instituição econômica forte e próspera. Gostaríamos de destacar que, com a liberdade de sair da comuna, houve uma elevação substancial do movimento migratório dos camponeses rumo às cidades, o que contribuiu para o fortalecimento de um mercado de trabalho para a indústria.

Às vésperas da Primeira Guerra Mundial, encontramos a agricultura russa num estágio muito atrasado, já que todo o curso das políticas agrárias desde o Ato de Emancipação de 1861 revelaram uma grande falta de interesse no progresso dessa agricultura. O resultado disso é que o mercado interno por bens industriais era fraco, e a indústria russa não se sustentava sobre uma demanda crescente por bens de consumo pela agricultura, mas sobre a demanda por bens de investimento, a qual era sustentada basicamente pelo governo. Mais uma vez o Estado russo aparece favorecendo o processo de acumulação primitiva de capital, embora não tenha sido suficiente para de fato promover toda a acumulação necessária ao pleno desenvolvimento capitalista.

3.2. A INDUSTRIALIZAÇÃO DA RÚSSIA

Ao considerarmos o desenvolvimento industrial russo como um todo, durante o período Tzarista, observa-se que ele foi irregular e desigual, interrompido por crises, as quais tinham, sem dúvida nenhuma, características próprias, derivadas das condições gerais de vida no país, vida esta baseada sobretudo na agricultura.

O desenvolvimento da indústria na Rússia foi mais atrasado que na Europa Ocidental, e na verdade não foi um processo de industrialização endógeno, como na Inglaterra, mas um processo que conta com o apoio decisivo do Estado para a sua implementação e com o papel crucial do capital estrangeiro, cuja entrada nos setores estratégicos da economia apressa as inovações técnicas e a constituição da grande indústria na Rússia. Grande parte do triunfo da industrialização russa foi graças à demanda do Estado por equipamento militar e seu trabalho direto como produtor, já que o mercado interno era deficiente. Embora não se deva negligenciar o papel do Estado russo na industrialização, ele se auto-proclamava liberal.

É preciso ter em mente que inexistia um mercado de trabalho que possibilitasse a produção capitalista. Era necessária uma fase de transição em que ocorresse a expropriação definitiva da maioria camponesa e esta fosse lançada no mercado de trabalho, transformando a força de trabalho em mercadoria. Como já vinha sendo assinalado, a Rússia está, neste momento, numa fase de acumulação primitiva de capital, que equivale, em outras palavras, à criação da sociedade burguesa, que é anterior ao capitalismo. Ora, uma das grandes dificuldades geradas por um mercado irregular foi a de mecanização da indústria russa, o que, contraditoriamente, era um complicador para esse processo de acumulação primitiva, já tardio. Isso desincentivava um espírito empreendedor; as

máquinas tinham, na sua maioria, de ser importadas, o que deixava o país à mercê das políticas alfandegárias e de câmbio de outros países, em particular da Inglaterra. Portanto, a formação de um mercado interno para o capitalismo, na Rússia, encontra-se em relação direta com a ruína dos camponeses, que lentamente vêm-se despojados de seus próprios meios de produção e de subsistência e não encontram outra saída a não ser vender sua força de trabalho.

As estradas de ferro tiveram um papel fundamental de estímulo econômico, ao acabar com o isolamento econômico de muitas regiões do Império, mas também ao trazer um súbito crescimento na produção de metais e mineração de carvão. Assim, a construção de ferrovias ao aumentar a demanda por bens de capital, levou ao desenvolvimento da indústria siderúrgica e de processamento de metais.

Em meados do século XIX, a Rússia mal havia emergido do estágio de economia artesã; ainda era um país onde o capitalismo comercial estava precariamente desenvolvido; o sistema de crédito era fraco e o sistema bancário era praticamente inexistente. A riqueza dos senhores da nobreza se concentrava na terra, nos recursos naturais e nos homens, mais que em capital disponível.

Embora o governo possuísse algumas fábricas (a maioria metalúrgica), e emprestasse dinheiro para a construção de novas fábricas, e fosse um consumidor regular em material militar (inclusive roupas), não havia uma verdadeira política industrial. Acreditava-se que primeiro deveria haver um desenvolvimento agrícola, e só então deveria-se voltar os olhos para a indústria, seguindo o que a aristocracia feudal acreditava ser o “curso natural” para o desenvolvimento do país. Eles encaravam a industrialização como uma ameaça à ordem social vigente, daí a terem retardado. Tanto que mesmo a primeira política industrial consistia apenas na aplicação de tarifas alfandegárias

protecionistas. Em 1841, o governo russo ainda não via necessidade de uma atividade industrial como um elemento indispensável de poder político e independência nacional.

3.2.1. O INÍCIO DA INDUSTRIALIZAÇÃO



O Ato de Emancipação dos servos de 1861 criou novas condições para o desenvolvimento industrial, mas com conseqüências limitadas antes do surto industrial dos anos 1890. Esse decreto alterou profundamente o caráter do recrutamento da força de trabalho e acelerou a formação de um mercado nacional. Ao abolir a servidão, o estatuto deu liberdade de movimento a um grande número de camponeses, que se tornariam mais facilmente força de trabalho para a indústria. No contexto tradicional do desenvolvimento capitalista, a fase de acumulação primitiva de capital correspondia à manufatura, e, neste caso, o camponês não compunha tecnicamente o exército industrial de reserva. No caso da economia russa, já existe mecanização, o que caracteriza uma técnica da indústria desenvolvida, e, portanto, o camponês já é tecnicamente parte integrante desse exército industrial de reserva.

A construção das ferrovias foi a condição essencial para o desenvolvimento industrial russo, pois o montante de capital envolvido nesse projeto das estradas de ferro trouxe os estabelecimentos bancários à vida, e tornou possível a organização de um sistema de crédito que acabou facilitando o financiamento de empréstimos industriais. Ora, mas num país onde o capitalismo comercial tinha um papel bem mais reduzido que no Ocidente, e onde havia escassez de capital, não se tinha outra opção a não ser recorrer a empréstimos de fora, envolvendo a ação do Estado e uma política financeira adequada. De 1862 a 1888, a política financeira e comercial do governo na Rússia

foi determinada pelas compras e empréstimos de material externo (máquinas, tratores, trilhos); pela necessidade de encontrar aceitação e inspirar confiança no capital internacional; e pelo problema de equipar as ferrovias do país.

Embora a natureza da expansão industrial antes da década de 1890 tenha sido modesta, já que o governo se preocupava mais em equilibrar o orçamento, esse desenvolvimento industrial trouxe ao poder um número cada vez maior de indústrias, empresários, e homens de negócios preocupados com a comercialização dos produtos industrializados. Foram eles que guiaram o governo pelos caminhos do protecionismo, ainda mais num momento onde as preocupações financeiras do governo fizeram a idéia de elevação das tarifas alfandegárias mais aceitável. Mais uma vez comprova-se que a Rússia estava vivenciando um período de acumulação primitiva de capital. Além disso, os esforços de industrialização se intensificaram quando se tornou evidente a inferioridade militar russa na guerra da Criméia, como já falamos em seção anterior, e desde então o elemento industrial não podia mais ser negligenciado nos planos de defesa nacional.

Em 1870 a Rússia é assolada por uma crise geral e mais profunda, que caracterizou-se como uma crise de superprodução. Houve uma quebra desse processo quando o país entrou em guerra com a Turquia, o que reaqueceu a economia ao elevar a produção industrial. Essa depressão, no entanto, não se esvai, e prolonga-se a crise de superprodução, que já atingia o setor têxtil, e o arrefecimento na construção de ferrovias atinge o setor de metalurgia. Apesar de toda essa crise, houve uma rápida evolução em pontos isolados da atividade industrial na Rússia antes do surto industrial dos anos 1890.

3.2.2. O PRIMEIRO SURTO INDUSTRIAL (1890 - 1900)

Na década de 1890, as políticas governamentais foram inspiradas por um nacionalismo industrial influenciadas por Frederic List, não só através de medidas financeiras e tarifárias indiretas, mas também por incentivo direto, o que criou condições extremamente favoráveis ao desenvolvimento industrial. Em 1891, a Tarifa Mendelejev estabelecia impostos pesados para a importação de matéria-prima e produtos manufaturados. Além disso, a indústria russa como um todo lucrou com a generosa injeção de capital estrangeiro, especialmente da França e da Bélgica, sem a qual o desenvolvimento industrial teria sido bem mais lento. O investimento desse capital vindo de fora, associado a uma lenta acumulação de capital russa, levou ao desenvolvimento de um sistema de crédito. Entretanto, a situação econômica miserável da maioria do campesinato e o sistema fiscal desorganizado conduziu o capital sobretudo a empréstimos hipotecários, ao invés de para os negócios industriais, descaracterizando um mercado interno sólido, o que tornou a ação do Estado indispensável e fundamental no avanço do desenvolvimento das indústrias.

Como podemos observar na tabela 01, é somente a partir dos anos de 1890 que se dá um grande salto na produção industrial, principalmente no setor metalúrgico, e na mineração de carvão.

Durante este período o mercado de bens de consumo cresce, e se mantém elevado o consumo por equipamentos, insumos e matérias-primas para a indústria. Cresce também a estrutura de transportes, com a ampliação do sistema ferroviário (ver tabela 01). Eleva-se a importância do fenômeno da urbanização, o qual cria um mercado para a indústria.

TABELA 01
INDICADORES DE CRESCIMENTO DA ECONOMIA RUSSA
1860 - 1890

Anos	População (Milhões) ¹³	Produção de Ferro (1.000 t.)	Extração de Carvão (1.000 t.)	Consumo de Algodão (1.000 t.)	Produção de Açúcar (1.000 t.)	Construção de Ferrovias (Km)
1860 - 1864	73,9	296,8	357,5	29,5	-	456
1865 - 1869	79,9	310,0	465,8	44,3	82,0	910
1870 - 1874	86,6	375,6	1.244,8	60,7	113,2	2.410
1875 - 1879	92,2	425,7	2.156,6	91,8	170,6	890
1880 - 1884	102,4	477,2	3.696,6	127,9	257,5	465
1885 - 1889	113,1	616,6	4.961,0	150,9	387,0	985
1890 - 1894	120,2	1.097,2	7.122,5	165,6	467,4	1.054
1895 - 1899	126,4	2.048,4	11.042,1	229,6	636,3	2935

Fonte: VILLELA, Aníbal. The Industrial Development of Russia - 1869-1913. In *Revista Brasileira de Economia*. Rio de Janeiro, 1970, pág.61.

Apesar disto, é difícil dizer se esses avanços se refletiram plenamente na melhora dos padrões de vida da população ou contribuíram para isso. Embora tenha havido um crescimento populacional considerável, proporcionando novos consumidores para a indústria, e mesmo com uma certa elevação no poder de compra, o mercado permaneceu restrito, já que não era estimulado pelo consumo de equipamentos. Além disso, os produtos da indústria russa não possuíam competitividade na indústria no exterior, ou seja, não existe um mercado interno sólido, e nem um mercado externo. Em outras palavras, o progresso foi fraco. As cidades, na sua maioria, eram construídas em madeira, e a sua expansão estava mais para o artesanato que para a indústria moderna, e a maioria destas cidades mantinha características predominantemente rurais.

¹³A população é uma média anual do período, que é de cinco anos.

3.2.3. A RÚSSIA NO INÍCIO DO SÉCULO XX: REVOLUÇÃO INDUSTRIAL?

A séria crise que abalou a economia russa depois de 1901, e retardou seu progresso até o próximo avanço nos anos que antecederam a guerra significa que os efeitos da industrialização podem ser tomados pelo que aconteceu até 1900. O termo 'revolução industrial', muitas vezes utilizado para explicar surtos industriais irregulares e superficiais, tem sido mal empregado; não é mais que uma maneira de denotar uma série de mudanças, técnicas, sócio-econômicas e até psicológicas, que transformam a estrutura de um país, e modificam profundamente suas características.

Do ponto de vista qualitativo, era óbvio que a Rússia estava na mesma estrada tomada anteriormente pelas grandes potências industriais. Mecanização na indústria têxtil, progresso técnico na indústria metalúrgica, verdadeiros progressos foram feitos; e em algumas áreas, como na Polônia, São Petersburgo, Ucrânia e nas instalações petrolíferas de Baku, nada deixavam a desejar às modernas fábricas do oeste europeu capitalista desenvolvido. A sobrevivência de processos artesanais não impediu a Rússia de atingir transformações significativas a nível técnico no final do século XIX; houve mesmo uma rápida evolução na organização financeira e bancária do país, o que alterou as condições nas quais se desenvolviam os empreendimentos industriais, e, na ausência de capital comercial adequado, se manteve no capital estrangeiro.

Mas se olharmos sob o ponto de vista quantitativo, o contexto modifica-se, já que só podemos conceber uma revolução industrial em termos das massas, isto é quando ela se generaliza para a totalidade da sociedade. E os efeitos da industrialização russa na produção variaram muito de setor para setor, sendo que apenas a atividade metalúrgica parece ter-se beneficiado com um rápido

desenvolvimento. Na área de engenharia mecânica, onde se “testa” o nível de desenvolvimento industrial, foram feitos alguns progressos, mas a dependência de maquinaria e equipamentos importados era ainda muito grande, o que barrava o progresso industrial. Além disso, embora o número de trabalhadores industriais contratados tenha aumentado substancialmente, se comparado ao tamanho da população era substancialmente baixo, o que nos leva a concluir que no início do século a indústria na Rússia ainda não tinha criado um proletariado numeroso, nem muito menos transformado significativamente a estrutura da sociedade. Isso adquire maior significação se tivermos em mente que a evolução da indústria russa limitava-se a algumas regiões, a Ucrânia, a região Central (ao redor de Moscow), Baku dentre outras. A evolução industrial do país era ainda irregular e caótica.

TABELA 2
RÚSSIA - IMPORTAÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS
(Médias de cinco anos em milhões de rublos)

Período	1861-1865	1866-1870	1871-1875	1876-1880	1881-1885	1886-1890	1891-1895	1896-1900
Média	7.4	18.1	29.4	49.9	22.4	18.5	33.7	59.8

Fonte: VILLELA, Aníbal. The Industrial Development of Russia. In *Revista Brasileira de Economia*. Rio de Janeiro, 1970, pag.61.

Um outro fator que demonstra uma insignificante expansão industrial é que, na Rússia do início do século, existia, em meio a um grande avanço industrial, uma classe artesã muito poderosa que ainda provia as necessidades básicas da população. Embora alguns setores da atividade artesanal tenham sido forçados a declinar pela competição dos grandes empreendimentos, ou absorvidos por eles, a indústria artesanal como um todo (com sua grande variedade de produtos), foi beneficiada até o final do século XIX pelo lento crescimento dos padrões de vida, pelo crescimento populacional e pelas facilidades de um sistema de transportes melhor. Com o desenvolvimento do comércio, os

artesãos ficaram presos à dependência dos intermediários, que impunham preços e iam tornando os ganhos cada vez menores. Entretanto, tem-se notícia que na época da Primeira Guerra Mundial, apesar de todas as dificuldades, a indústria artesanal ainda era uma atividade essencial na economia russa.

O desenvolvimento industrial neste período teve resultados sociais limitados. A sua influência sobre a estrutura do campesinato foi pequena, onde o crescimento da população rural se contrapunha a uma absorção de mão-de-obra pela indústria bastante limitada. Isto em função de uma industrialização intensiva em capital, pois isto é uma característica da indústria, cujo crescimento é muito grande. Os surtos industriais irregulares não modificaram as estruturas básicas da sociedade russa. Nos centros industriais predominava um estilo de vida e uma mentalidade campesina, o que é uma contradição. O emergente proletariado, nascido da indústria, não conseguia firmar-se enquanto classe social, nem mesmo no contexto urbano.

3.2.4. A ESTAGNAÇÃO DE 1900-1908 E O NOVO SURTO INDUSTRIAL DE 1908-1914

De 1900 até 1908, mais ou menos, a Rússia passou por um longo período de estagnação. A economia do país enfrentou uma séria crise entre 1901 e 1903, devido primeiramente ao excesso de máquinas e equipamentos nas fábricas, que levava a uma grande produtividade e conseqüentemente a uma produção excessiva; e a uma situação desfavorável nos mercados internacionais de dinheiro e seguros, caracterizando uma crise de superprodução, onde o excesso de produção se contrapõe a uma demanda limitada, já que tanto o mercado interno quanto o externo não eram suficientes para absorver a produção. Isto mostrou também a fragilidade financeira russa frente

às potências capitalistas do Ocidente. Essa crise resultou numa concentração industrial e na quebra de indústrias artesanais e semi-artesanais. Tudo isso foi agravado pela crise social que culminou com a Revolução de 1905, o que causou um colapso temporário na produção. Seguiu-se a isso pequenos períodos de recuperação logo abafados por novas fases de depressão.

Em 1909, a Rússia emergiu de um longo período de distúrbios e tensões, provocados pela Revolução de 1905, que emperraram a industrialização do país. Os três ou quatro anos que antecederam a Primeira Guerra Mundial se caracterizaram como uma fase de grande expansão econômica. A produção respondeu às necessidades de um mercado diferente, e a indústria assumiu novas formas, estruturando-se como cartéis sustentados por grandes bancos. Na verdade, a diferenciação do mercado deve-se ao fato de que não era mais a demanda do Estado o carro chefe na aceleração do desenvolvimento industrial, nem a construção de ferrovias. Era o mercado consumidor de massas, formado em parte pelo campesinato e em parte pelos centros urbanos, que começava a atrair os olhos da industrialização.

Apesar de ser um país rico em matérias-primas e ter muita mão-de-obra disponível, as indústrias russas do período 1909-1914 não conseguiam suprir a demanda. Primeiro porque havia pouca mão-de-obra especializada, assim como escolas e institutos técnicos, deixando uma lacuna para a indústria que necessitava de tecnologia moderna. Segundo, nos setores tradicionais, as grandes distâncias entre as fábricas e as fontes de matéria-prima acentuaram os problemas de um sistema de transportes insuficiente, gerando aumento nos custos de produção, o que pesava muito para as fábricas. Além do que, a maior parte do Império tinha “escapado” à industrialização, continuando com uma estrutura basicamente agrária e atrasada. Isto demonstra o caráter localizado e parcial do desenvolvimento econômico e industrial russo.

Em 1914 a Rússia dispunha de um sistema bancário bem desenvolvido, atraindo não só capital russo, mas sobretudo estrangeiro, e desempenhando um papel fundamental na economia. Mesmo assim, a peculiaridade do desenvolvimento econômico russo era que numa época de pleno avanço do capitalismo, este ainda estava longe de dominar toda a economia, e permitia a sobrevivência de velhas formas de organização econômica na forma de uma produção artesanal bem ativa; e ao mesmo tempo, nos setores mais importantes (mineração, metalurgia, petróleo), o capitalismo já chegava à sua forma mais avançada, qual seja, a subordinação do setor industrial aos bancos, e a progressiva formação de monopólios industriais e financeiros que tornariam-se trustes. É preciso destacar que esta forma avançada de desenvolvimento capitalista encontrava-se subordinada à produção artesanal arcaica, que predominava no conjunto da economia.

O avanço industrial antes da Primeira Guerra Mundial teve lugar dentro da velha estrutura geográfica. Fora das regiões tradicionalmente industriais, as empresas eram espalhadas e escassas, em grupos modestos ao longo das linhas de comunicação perto dos rios ou estradas.

De fato, não houve uma adequação entre estrutura do mercado interno e o nível da produtividade industrial para satisfazer as demandas e necessidades deste mercado consumidor. Certamente, neste ponto, a indústria russa falhou, ao não corresponder, seja na dimensão da produção, ou no tamanho da força de trabalho, às possibilidades e necessidades do país. O cálculo do número de operários é cheio de dificuldades, mais especialmente quando o conceito de fábrica moderna desenvolveu-se ao mesmo tempo que as estatísticas tornaram-se mais exatas. Um grande número de pequenas firmas incluídas nos registros oficiais de fábricas podem ou não estar compreendidas dentro desse conceito. E, acima de tudo, as estimativas tendem a considerar apenas os principais ramos de atividade, quais sejam, mineração, metalurgia e têxtil, sem levar em conta

satisfatoriamente a variedade de empreendimentos e de setores nos quais a indústria artesanal e semi-artesanal existia lado a lado com as mais evoluídas formas de desenvolvimento industrial. Por essa avaliação, o número de operários mal ultrapassava os três milhões de pessoas¹⁴, correspondendo a cerca de 9% do total da população, o que colocado contra uma população de 170 milhões de pessoas revela que o número de trabalhadores industriais russos era baixo, principalmente se tivermos em mente que 75% da população estava empregada na agricultura e atividades afins. Então, se compararmos à sua disponibilidade de recursos naturais e de população, não resta dúvida acerca do baixo nível de industrialização na Rússia, em 1914. O grande atraso industrial russo era um fato incontestável.¹⁵

Por outro lado, os estrangeiros tiveram um papel muito importante no avanço industrial, contribuindo não só com capital, sem o qual o desenvolvimento da indústria na Rússia teria sido mais lento, mas também com conhecimento. Entretanto, a insuficiência do mercado rapidamente estabeleceu um limite ao desenvolvimento da produção, em todas as atividades industriais, sustentadas ou não por estrangeiros. Dentro de uma estrutura econômica liberal, as áreas à margem não poderiam providenciar suporte sobre o qual se poderia erigir indústrias sem medidas centralizadas e autoritárias por parte do governo. E assim se deu. Este modelo de desenvolvimento revelava, portanto, a existência de duas economias russas: uma predominante, arcaica, tradicional e baseada na produção artesanal e na agricultura; outra insignificante, urbano-industrial, que entretanto aparecia concentrada apenas em algumas áreas.

¹⁴ Todos os dados estatísticos contidos neste parágrafo foram extraídos da fonte: PORTAL, Roger. *The Industrialization of Russia*. In *The Cambridge Economic History of Europe*. Cambridge. Cambridge University Press, 1966. Volume VI, *The Industrial Revolutions and After*.

¹⁵ "That Russia was industrially very backward is an incontestable fact". PORTAL, Roger. *The Industrialization of Russia*. In *The Cambridge Economic History of Europe*. Cambridge. Cambridge University Press, 1966. Volume VI, *The Industrial Revolutions and After*, pag. 862.

De 1914 a 1917 a indústria russa sofreu um tipo de estrangulamento progressivo. Com o início da guerra, o processo de desenvolvimento industrial se viu bruscamente interrompido para dar lugar a uma economia de guerra. As condições da indústria russa permaneceram, no período em questão, as mesmas de 1914, quando não, houve até um certo retardamento na estrutura industrial.

A Primeira Guerra revelou as deficiências da indústria russa ocultas em uma bela fachada. Escassez de carvão e ferro em muitas fábricas, as quais tiveram necessariamente de reduzir sua atividade, não era somente devido à desorganização do sistema de transportes, o qual estava obstruído com tropas e equipamentos. A indústria não tinha condições de suprir a demanda de guerra. A produção de petróleo continuava a cair, e a de carvão, ferro fundido e aço não correspondia às necessidades militares. A principal causa da subprodução era a constante insuficiência das comunicações e dos transportes, mais que a capacidade de produção.

A mobilização para a guerra, a qual atingiu tanto as fábricas quanto o setor rural, mostrou rapidamente que a força de trabalho para a indústria não poderia ser facilmente suprida atraindo-se a reserva de trabalho camponês. E o grande massacre do exército russo no início da guerra significou que não era mais possível, depois disto, formar um corpo de trabalhadores suficientemente qualificados. A intervenção do Estado veio atrasada, e de nada adiantou. Seguiram-se diversos levantes populares, os quais culminaram com a Revolução de Outubro de 1917, que estabeleceu uma quebra com o passado.

BSFEAC

3.3. A REVOLUÇÃO DE 1917: CARÁTER SOCIALISTA OU BURGUESES?

Nesta seção nos utilizamos de alguns argumentos usados por Fernando Haddad em seu trabalho *O Sistema Soviético - Relato de Uma Polêmica*¹⁶, nos fazendo valer de algumas das hipóteses levantadas por ele neste trabalho, já que elas sedimentam os objetivos da presente monografia.

3.3.1. A REVOLUÇÃO RUSSA NA PERSPECTIVA DE MARX E ENGELS

Para Marx e Engels, o socialismo é fruto do desenvolvimento histórico da sociedade, teoricamente só podendo ser implantado num período em que o desenvolvimento das forças produtivas capitalistas atinge um grau o mais elevado possível. Para estes dois autores, de acordo com Fernando Haddad¹⁷, a Rússia do final do século passado se caracterizava como uma sociedade semi-asiática, já que tinham o poder político centralizado resultante da necessidade de defender a população contra invasões de nações vizinhas. Mesmo que a proximidade com as potências capitalistas do Ocidente tenha promovido as formas de propriedade ocidentais, empresa privada e governos locais, o controle estatal totalitário emperrava o desenvolvimento da indústria e de uma economia moderna, mesmo porque o Estado russo insistiu durante muito tempo em manter formas arcaicas de produção agrícola e industrial como forma de manter a “ordem” social vigente. Mesmo quando percebeu a necessidade do desenvolvimento industrial, o governo czarista o fez quando seu poderio militar mostrou-se claramente inferior, e a industrialização, ao invés de se processar espontaneamente a partir da gradual transformação da produção artesanal, foi imposta pelo czarismo.

¹⁶ HADDAD, Fernando. *O Sistema Soviético, Relato de uma Polêmica*. São Paulo. Global Editora, 1992.

A atividade econômica industrial na Rússia foi, portanto, imposta pelo Estado para garantir a reprodução do próprio Estado. Mais uma vez identificamos uma característica do Estado absolutista, que intervém na economia para se beneficiar politicamente. Isto contraria a tese clássica do desenvolvimento do capitalismo, onde a industrialização capitalista é posta pela burguesia, posteriormente à fase de acumulação primitiva de capital.

Retomando o exposto no capítulo anterior, a ruína capitalista depende da existência, no seio de toda a sociedade em questão, de três contradições básicas: entre o caráter social da produção e a forma privada de apropriação capitalista; entre a organização da produção dentro da fábrica e a anarquia da produção no seio de toda a sociedade; e entre o excesso de produção e uma demanda limitada.

A primeira grande contradição, que se dá entre a produção social e a apropriação privada, no socialismo ideal implica a generalização do trabalho assalariado, que em sua forma clássica é urbano e industrial. A produção social certamente não existe num contexto da produção artesanal, onde não existe divisão do trabalho, e as relações são familiares e informais, o que não se coaduna com a visão clássica do assalariamento capitalista, o qual pressupõe relações de classe, formais e impessoais, determinadas fundamentalmente pelas necessidades do mercado. Não há necessidade de coerção extra-econômica para que essas relações se mantenham e reproduzam.

Entretanto, a Rússia, que serviu de palco para a primeira revolução dita socialista, se caracterizava como um país indubitavelmente atrasado. A primeira experiência histórica de implantação do socialismo real não se deu a partir das condições teóricas e práticas previstas pela abordagem de Engels para a passagem ao socialismo ideal. Toda a análise anterior sobre a história

¹⁷ HADDAD, Fernando. *Op.cit.*

econômica russa nos pareceu necessária para demonstrar que no momento da Revolução de Outubro de 1917, intitulada de revolução proletária, a Rússia aparecia como um país basicamente agrário, com uma indústria heterogênea e dispersa, além de ser muito dependente do capital externo. O proletariado não representava a maioria da população, apenas um pouco mais de 10%, sendo a maioria da população restante ocupada na agricultura e atividades afins (cerca de 75%, como visto anteriormente), o que se contrapõe ao caráter urbano do trabalho assalariado e à necessidade de sua generalização para caracterizar a produção social, e conseqüentemente, a primeira contradição básica para a passagem do capitalismo ao modo de produção socialista, tal como na teoria marxista clássica. Como se não bastasse isso, a Rússia dispunha de um sistema de transportes deficitário, o que era agravado pelas grandes dimensões do país, e isso dificultava a total integração do Império numa economia predominantemente capitalista. Isto demonstra que a primeira pré-condição para a implantação do socialismo ideal não era satisfeita pela conjuntura russa anterior à 1917.

A segunda contradição, entre a organização da produção na fábrica e a anarquia do mercado também não era atendida pela Rússia na época da Revolução de Outubro de 1917, primeiro porque a industrialização era incipiente, e portanto, não havia organização da produção na fábrica, a não ser em poucos setores. Por outro lado, o mercado não era anárquico, como o previsto por Marx, dada a grande intervenção do Estado na economia. Além disto, a Rússia ainda estava concluindo seu processo de acumulação primitiva de capital, como constatamos em análises anteriores. A mecanização e a concentração da produção também estavam restritas aos setores de ponta da economia. Apesar de existir desemprego, e portanto, uma das características que constituem o mercado anárquico, que é o processo de proletarianização, este desemprego havia sido desencadeado pela expropriação dos camponeses do campo, o que ainda caracteriza o processo inicial de

sedimentação do trabalho assalariado, e conseqüentemente do modo de produção capitalista, e não poderia ser um elemento que neste momento conduziria o capitalismo russo, ainda nascente, à sua extinção. Além disso, o processo de pauperização se dava muito mais num contexto servil, do que decorrente das contradições do mercado. Não havia também a generalização de um mercado monopolista, já que a concentração da produção, como dissemos acima, não se constituía uma prática generalizada. Por outro lado, a burguesia estava longe de ser a classe dominante da Rússia no período em questão, pois ainda dividia o poder com a oligarquia agrária, como então teria se tornado supérflua? Portanto, a economia russa também não engendrava a segunda contradição, pressuposto indispensável à implementação do socialismo, segundo a teoria marxista.

Quanto à terceira contradição, entre o excesso de produção e demanda limitada, observamos que na Rússia pré-revolucionária o mercado era limitado e havia excesso de produção por outros fatores estruturais, como a pobreza do campesinato e a falta de planejamento empresarial, não caracterizando a contradição básica contida na teoria marxista clássica, mais especificamente nos escritos de Engels¹⁸.

Além disso, a teoria marxista aponta o proletariado como sujeito do processo de mudança do modo de produção capitalista rumo à sociedade socialista, num momento em que a classe operária é desprovida de qualquer riqueza, sendo obrigada a vender sua força de trabalho pelo preço de sua subsistência; quando o proletário despossuído é consciente e numericamente fortalecido, e a ele não restasse outra opção senão a de promover uma revolução para transformar completamente as relações de produção capitalistas, abolindo a sociedade de classes. A sociedade em questão deveria atingir um nível tal de riqueza material e cultural, que não fosse mais possível conter

¹⁸ ENGELS, Friedrich. *Do Socialismo Utópico ao Socialismo Científico*. Rio de Janeiro. Global Editora, 1988.

o conflito entre um mundo de riqueza, e a realidade de miséria do operariado, detonando o processo de socialização.

*“Na ausência deste pressuposto, a revolução não poderia fazer mais do que socializar a miséria”.*¹⁹

Pela situação sócio-econômica da Rússia no final do século XIX, Engels²⁰ chegou à conclusão que, no final do século passado, a Rússia se encontrava às vésperas de uma revolução, percebendo que a emancipação dos servos resultou numa total desorganização da produção agrícola, e que o conflito entre a burguesia capitalista e o poder totalitário do Tzar, que mudava de política como mudava de humor, chegava ao seu limite. Mas Engels não define que o caráter dessa revolução seria socialista, pelo contrário, ele coloca a responsabilidade de seu desenvolvimento nas mãos dos camponeses, que na teoria marxista dos modos de produção nunca teve um papel de destaque como sujeito de uma revolução socialista, pelo contrário, Marx e Engels nunca definiram claramente o papel do campesinato dentro do processo de superação do capitalismo, dando margem a controvérsias sobre o assunto. No máximo definiram que ou o camponês se tornaria proletário pela expropriação de sua terra, ou integraria a burguesia do campo, aí se integrando em uma das duas classes que protagonizam a revolução. Mas definir o papel do campesinato enquanto pequeno proprietário, isso não.

“É indubitável que a Rússia encontra-se às vésperas de uma revolução.(...) A produção agrícola - a mais importante da Rússia - acha-se completamente desorganizada

¹⁹ HADDAD, Fernando. *O Sistema Soviético, Relato de uma Polêmica*. São Paulo. Scritta Editorial, 1992, pag.18.

²⁰ ENGELS, Friedrich. *Acerca das Relações Sociais na Rússia*. In MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. *Obras Escolhidas*. São Paulo. Editora Alfa-Ômega, 1980, Volume II.

*devido à abolição da servidão, em 1861; falta mão-de-obra aos grandes latifúndios; aos camponeses falta terra; os impostos mantêm-nos oprimidos e os usurários tiram-lhes o couro; a agricultura rende menos a cada ano. Toda esta situação é mantida de pé com grande trabalho e só aparentemente por um despotismo oriental cuja arbitrariedade não temos idéia no Ocidente; um despotismo que não só se encontra cada dia em mais flagrante contradição com as idéias das classes ilustradas, em particular com as da burguesia da capital - burguesia em rápido desenvolvimento - mas também que na pessoa do seu presente portador perdeu a cabeça: hoje faz concessões ao liberalismo, amanhã, apavorado, anula-se, e assim aumenta seu descrédito.(...) Aqui existem todas as condições para uma revolução; esta revolução será iniciada pelas classes superiores da capital, inclusive, talvez, o próprio governo, mas os camponeses a desenvolverão...*²¹

É preciso destacar que a agricultura russa não cresceu economicamente como se poderia esperar, pela forma desigual e arbitrária como se deu a emancipação dos servos, mesmo tendo estabelecido a propriedade familiar e fortalecido a propriedade agrícola cooperativa (estruturas que não são capitalistas e descaracterizam a tese do socialismo real). Mesmo depois de decretos que aliviaram o montante de pagamentos feitos pelos camponeses ao governo, a fazenda familiar na Rússia não se tornou uma instituição econômica forte e próspera, pelo contrário, houve um grande movimento migratório para as cidades, fornecendo mão-de-obra para a indústria, mesmo que ainda insuficiente.



Diante do exposto, fica claro que a Rússia não se encontrava num grau de desenvolvimento das forças produtivas capitalistas que tornasse iminente uma revolução socialista, cuja principal conseqüência seria a superação da sociedade de classes. Mas a conjuntura econômica e social do final do século trouxe à tona o questionamento da possibilidade da Rússia passar diretamente do estágio pré-capitalista em que se encontrava, para a fase socialista, tudo isto sustentado nas constantes revoltas camponesas e na parca penetração da propriedade privada no país. Para Marx e Engels, quando analisam inicialmente a comuna rural russa, havia essa possibilidade,

²¹ENGELS, Friedrich. Acerca da Relações Sociais na Rússia. In MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. *Obras*

desde que a revolução russa fosse seguida por uma revolução proletária no Ocidente mais desenvolvido, o que não aconteceu.

*“A única resposta que hoje se pode dar a essa questão é a seguinte: se a revolução russa tornar-se o sinal para a revolução proletária no Ocidente, de modo que uma complemente a outra, a atual propriedade em comum da terra na Rússia poderá servir de ponto de partida para uma evolução comunista”.*²²

Isso levou Engels a concluir, ao analisar novamente o *Mir*, em 1893, tomando a ciência da história como referencial teórico, que não restava outra saída à Rússia senão escolher o desenvolvimento capitalista, já que o outro caminho, de desenvolver a comunidade camponesa, lhe parecia inviável.

*“À Rússia, portanto, só restavam dois caminhos: ou desenvolver a comunidade camponesa, a fim de convertê-la numa forma de produção de que estava separada por várias etapas históricas, e para cuja instauração nem sequer no Ocidente haviam amadurecido ainda as condições necessárias - o que constituía, evidentemente uma tarefa impossível; ou escolher o caminho do desenvolvimento capitalista. E o que poderia fazer senão escolher este último?”*²³

Ora, ao observar as duas citações acima, percebemos que Engels, num primeiro momento, ao elaborar o Manifesto Comunista, defende a possibilidade da revolução russa se tornar uma revolução socialista. Entretanto, contraditoriamente, afirma num trabalho posterior, quando analisa a sociedade russa²⁴, a inviabilidade da eclosão de uma revolução proletária na Rússia. O que nos parece é que Engels, ao elaborar o Manifesto juntamente com Marx, estava imbuído muito mais

Escolhidas. São Paulo. Editora Alfa-Ômega, 1980, Volume II, pag.247.

²² ENGELS, Friedrich & MARX, Karl. *Manifesto do Partido Comunista*. Petrópolis. Editora Vozes, 1993, pag. 44.

²³ ENGELS, Friedrich & MARX, Karl. *Obras Escolhidas*. São Paulo. Editora Alfa-Ômega, 1980, Volume III, pag.297.

²⁴ ENGELS, Friedrich & MARX, Karl. *Op.cit.*

de um desejo político de transformação da sociedade, negando, de certa forma, o materialismo histórico, teoria que só seria formalmente desenvolvida em trabalhos posteriores destes dois autores. Na verdade, Engels quando afirma que o único caminho para a sociedade russa é o desenvolvimento capitalista, ele observa que o desenvolvimento das condições históricas necessárias à consolidação do capitalismo como modo de produção predominante ainda está dando seus primeiros passos, já em 1893.

Haddad questiona, então, como seria possível para os bolcheviques investirem numa revolução socialista tão pouco tempo depois de Engels indicar o capitalismo como único caminho para a sociedade russa.

*“Se em 1893 tudo levava Engels a crer na impossibilidade de outro caminho para a Rússia que não o capitalista, o que fez os bolcheviques acreditarem no sucesso do socialismo a partir de lá e tão pouco tempo depois? Como veremos, serão Lênin e Trotsky os principais teóricos que procuraram justificar e explicar a ruptura para o socialismo”.*²⁵

3.3.2. A REVOLUÇÃO PROLETÁRIA: TESE DE LÊNIN E TROTSKY

Ora, a revolução socialista na Rússia é teorizada e defendida basicamente por Lênin e Trotsky, os quais desenvolveram toda uma argumentação para fundamentar a viabilidade do socialismo num país economicamente atrasado. Na realidade, com as teorias de Lênin e Trotsky, se evidenciam as contradições entre teoria e prática no pensamento socialista.

²⁵ HADDAD, Fernando. *O Sistema Soviético*. São Paulo. Scritta Editorial, 1992, pág.21.

Para entendermos a argumentação de Lênin sobre a iminência da revolução proletária na Rússia, é preciso entendermos a sua teoria sobre o imperialismo, dentro da qual estão inseridos elementos que esclareceriam essa questão.

*“Os elevados lucros que os capitalistas de um entre muitos ramos da indústria de um, entre muitos outros países, etc. ..., obtêm do monopólio, dão-lhes a possibilidade econômica de corromperem certas camadas de operários e até, momentaneamente, uma minoria operária bastante importante, atraindo-a para a causa da burguesia que pertence ao respectivo ramo industrial ou à nação considerada e jogando-as umas contra as outras”.*²⁶

Segundo ele, as crises sucessivas do sistema anárquico de produção e a proliferação da sociedade por ações foram os dois principais fatores que influenciaram a concentração capitalista, a qual atinge um certo estágio que permite a cartelização de diversos setores, inclusive o bancário. Lênin afirmava que tal fato, ao invés de estabilizar a economia, reduzindo as crises, acabou por agravá-las, afetando sobremaneira as relações capitalistas, isto é, acirrando a concorrência. Também o proletariado é afetado, já que os lucros extras dos cartéis permite que se “compre” parte do proletariado, fenômeno descrito por Lênin como processo de aburguesamento do proletariado (desenvolvido por ele a partir de uma análise de Marx e Engels sobre a Inglaterra²⁷), sendo este o primeiro elemento que ajudaria a explicar o advento da revolução num país atrasado. Lênin achava que o imperialismo iria desagregar o proletariado, por isso, segundo ele, era preciso fazer logo a

²⁶ LÊNIN, V.I. *Imperialismo, Fase Superior do Capitalismo*. São Paulo. Global Editora, 1991, pag.124.

²⁷ “Note-se que, na Inglaterra, a tendência do imperialismo para dividir os operários, para reforçar entre eles o oportunismo, para provocar o fracionamento momentâneo do movimento operário surgiu muito antes do fim do séc. XIX e princípios do séc. XX. (...) Durante dezenas de anos, metodicamente, Marx e Engels observaram de perto, no movimento operário, esta ligação do oportunismo com as particularidades imperialismo inglês. Assim, Engels escrevia a Marx em 7 de Outubro de 1858: “Na realidade o proletariado inglês emburguesa-se cada vez mais e bem parece que esta nação, burguesa entre as demais, quer possuir, ao lado da sua burguesia, uma aristocracia burguesa

revolução. Em outras palavras, com o desenvolvimento da economia capitalista, e o conseqüente surgimento dos cartéis, das sociedades anônimas, quem na verdade dirige, gerencia a economia capitalista, seja a nível das empresas multinacionais e grandes conglomerados econômicos, seja a nível das instituições públicas são os grandes executivos (gerentes, administradores, técnicos especializados), que constituem a camada mais privilegiada do proletariado²⁸, e Lênin teme que com isso haja um aburguesamento do proletariado, invertendo a tese da proletarização. Esta é uma grande contradição dentro da teoria socialista, pois Lênin, com tais constatações, nega as condições objetivas necessárias à passagem ao socialismo, compostas por Engels. Na verdade, Lênin temia que o processo de aburguesamento do proletariado provocasse um esvaecimento das condições propícias à eclosão de uma revolução operária, pois consegue perceber que este processo esvazia o movimento operário, na medida em que parte do proletariado se rende, ideologicamente, à burguesia. E uma das condições imprescindíveis (mas não suficientes) para a supressão do capitalismo, como vimos, é a existência de uma classe proletária consciente, numerosa e organizada enquanto classe para a luta com a burguesia.

Com a exportação de capital, o grande capital dos países mais avançados encontra bons retornos aos investimentos feitos nos países atrasados, graças a escassez de capital e ao baixo preço da terra, das matérias-primas e da mão de obra. O desenvolvimento capitalista nos países atrasados gera dependência e escoamento de riquezas destes para as potências capitalistas, fenômeno que pode ser observado na economia russa, que às vésperas da revolução de Outubro de 1917, encontrava-se

e um proletariado burguês”. LÊNIN, V.I. *Imperialismo, Fase Superior do Capitalismo*. São Paulo. Global Editora, 1991, pág.106.

²⁸ “O imperialismo tende também a criar entre os operários categorias privilegiadas e a separá-los da grande massa do operariado”. LÊNIN, V.I. *Imperialismo, Fase Superior do Capitalismo*. São Paulo. Global Editora, 1991, pag.124.

bastante dependente do capital externo e da tecnologia²⁹. Esta “invasão” dos capitais estrangeiros gera uma elevação das contradições, já que traz para os países mais atrasados as novas relações de produção capitalistas. Isto provoca uma certa resistência dos povos, despertando neles a necessidade de um Estado forte, com identidade econômica e cultural própria, o que acaba por ameaçar o domínio do grande capital, na época, o da Europa.

*“O capitalismo importado (...) intensifica as contradições e provoca contra os intrusos uma crescente resistência dos povos, cuja consciência nacional desperta. (...) Revolucionam-se completamente as velhas relações sociais, destrói-se o isolamento agrário milenário das “nações à margem da história” que s vêem arrastadas para o torvelinho capitalista. O próprio capitalismo proporciona pouco a pouco, aos submetidos, meios e processos adequados de emancipação. E as referidas nações formulam o objetivo que noutros tempos foi o mais elevado entre as nações européias: a criação de um Estado nacional único como instrumento de liberdade econômica e cultural”.*³⁰

As relações entre as potências capitalistas também são conflituosas, dado que seu desenvolvimento é desigual, gerando constantes brigas em torno do mercado internacional. Isso vem a demonstrar que o imperialismo não gera paz entre as nações, e sim guerras periódicas.

Todos esses elementos que são inerentes ao imperialismo teorizado por Lênin, servem para sedimentar o advento da revolução socialista na Rússia, para os marxistas soviéticos. Entretanto, é preciso não só levar em conta esses elementos conjuntamente, como também avaliar o impacto da inserção rápida de relações capitalistas de produção bem desenvolvidas, num contexto de classes onde ainda era de significante importância a existência de relações pré-capitalistas de produção.

²⁹Em 1914, os investimentos estrangeiros representavam um terço do capital investido nas mais ou menos 2000 companhias existentes; na mineração esse capital de fora representava 90% dos investimentos; 40% na metalurgia; 50% nas indústrias químicas e 42,6% nos bancos. Essas informações têm como fonte PORTAL, Roger. *The Industrialization of Russia*. In *The Cambridge Economic History of Europe*. Cambridge. Cambridge University Press, 1966. Volume VI, *The Industrial Revolutions and After*, pag. 851.

³⁰LÊNIN, V.I. *Obras Escolhidas*. São Paulo. Editora Alfa-Ômega, 1980, Volume 1, pag.660.

Apesar de vislumbrar que o processo de aburguesamento do proletariado poderia esvaziar ideologicamente o movimento operário, Lênin subestima as condições objetivas necessárias à passagem do capitalismo ao socialismo, desenvolvidas por Engels, e o fracasso da experiência do socialismo real na Rússia demonstra que, de fato, existem etapas do desenvolvimento histórico que foram suprimidas.



Economicamente, a situação da Rússia no período que antecedeu a revolução, como pudemos observar na seção anterior, ensejava um fraco desenvolvimento capitalista ao mesmo tempo em que apresentava um alto nível de concentração industrial e cartelização bancária, onde o setor produtivo estava num nível de dependência do setor bancário bastante elevado. Quando passamos à estrutura política e ideológica, constatamos uma situação bastante peculiar, apesar do capital estar ampliando o seu domínio na esfera econômica gradativamente, isto não significava que fosse hegemônico, e nem garantia o poder político para a burguesia, ao mesmo tempo em que persistia um estilo de vida e uma mentalidade herdadas do campo, tanto no seio do proletariado, como entre os capitalistas, cuja influência política e econômica estava longe de ser dominante.

Baseado em quê, então, Lênin defendia o caráter socialista da revolução que estava por acontecer? Apesar de a princípio perceber o caráter burguês da revolução³¹, como ressalta Haddad (1992), Lênin se apoia na análise feita por Marx acerca da Revolução Alemã de 1848. Neste trabalho, Marx conclama o Partido Comunista e todo o operariado alemão a apoiar e impulsionar a revolução burguesa que se aproximava, sem perder de vista o seu conflito com a burguesia, e percebendo que

³¹“(…) não estamos amadurecidos (…) para o socialismo, é cedo para introduzir socialismo, a nossa revolução é burguesa (…) não compreendem (se se consideram as bases teóricas de suas concepções) o que é o imperialismo, o que são os monopólios capitalistas, o que é o Estado, o que é a democracia revolucionária. Pois compreendendo isto, não se pode deixar de reconhecer que é impossível avançar sem ir para o socialismo”. LÊNIN, V.I. *Obras Escolhidas*. São Paulo. Editora Alfa-Ômega, 1980, Volume II, pág.194.

essa revolução criaria condições políticas mais favoráveis à eclosão de um processo revolucionário comunista. Entretanto, apesar de mencionar as condições mais avançadas da economia Alemã, Marx dá um enorme destaque à questão política. Ele observa que isso só é possível dado o avanço do proletariado alemão naquela época, e a ele caberia o papel de reverter as condições sócio-políticas e econômicas criadas pelo regime burguês numa arma contra a própria burguesia, fazendo da revolução burguesa um prenúncio da revolução proletária de cunho socialista. É preciso ter em mente que quando Marx falava isso, ele não queria dizer que uma se seguiria imediatamente à outra, com a Revolução Alemã de 1848, mas como ele mesmo diz, na hora certa.

*”Na Alemanha, o Partido Comunista luta de acordo com a burguesia, todas as vezes que esta age revolucionariamente contra a monarquia absoluta, a propriedade rural feudal e a pequena burguesia. Mas nunca, em nenhum momento, esse Partido se descuida de despertar nos operários uma consciência clara e nítida do violento antagonismo que existe entre a burguesia e o proletariado, para que, NA HORA PRECISA, os operários alemães saibam converter as condições sociais e políticas, criadas pelo regime burguês, em outras tantas armas contra a burguesia, a fim de que, uma vez destituídas as classes reacionárias da Alemanha, possa ser travada a luta contra a própria burguesia”.*³²

Entretanto, nada disso aconteceu. A burguesia da Alemanha, percebendo a ameaça representada por uma classe operária bem desenvolvida e consciente, tratou de arrefecer o processo revolucionário ao se unir novamente à velha sociedade, o que representou um retrocesso na evolução econômica alemã segundo a lógica da dialética materialista.

Ora, Lênin faz uma análise pontual de um trabalho de Marx, o qual ainda não dá destaque aos princípios do materialismo histórico, e em cima dele baseia toda a sua argumentação acerca da proximidade de uma revolução proletária de caráter socialista na Rússia. É como se o levante de

³²MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. *Obras Escolhidas*. São Paulo. Editora Alfa-Ômega, 1980. Volume 1, pag.47.

1848 na Alemanha, e a possível criação de condições políticas mais favoráveis fosse suficiente para que o proletariado deflagrasse o processo de revolução comunista internacional, sem levar em conta os pressupostos econômicos e políticos para que isso ocorra. Faz-se necessário analisar não apenas o aspecto político que não fez dessa revolução burguesa alemã um prenúncio para um levante socialista, mas descobrir justamente o grau de desenvolvimento das forças produtivas na época, o qual é o responsável imediato, embora não seja o único, pela não transformação da revolução burguesa numa revolução proletária. Lênin, apesar de sua análise vir muitos anos depois, como Marx fez em sua análise do levante de 1848 na Alemanha, não dá muita importância ao materialismo histórico, e leva-nos a pensar que uma “mudança tática” no discurso e condução política da revolução poderiam superar a falta de condições econômicas e sociais que nos levariam à uma revolução de cunho socialista. Entretanto, existe uma precedência lógica e histórica da base econômica sobre todas as outras instâncias da sociedade, embora exista uma mútua determinação entre elas. Em última instância, a superestrutura reflete a infra-estrutura, e são as condições materiais os primeiros elementos responsáveis pela superação de uma sociedade por outra. Ao tentar fazer um paralelo entre a Alemanha e a Rússia, Lênin contradiz mais uma vez o materialismo histórico, pois cada país tem uma realidade diferente e um nível próprio de desenvolvimento econômico, político e social. Tentar aplicar a mesma tese sobre duas sociedades com graus distintos de desenvolvimento das forças produtivas e de evoluções históricas também diferentes, é no mínimo, negligenciar particularidades culturais de cada realidade, além de não considerar características econômicas que modificam todo o caráter da sociedade em questão.

Como observa Haddad, ao fazer esse paralelo entre a Alemanha e a Rússia, o contexto de Lênin era 1905, vésperas da Revolução de 1905, que segundo este seria de cunho burguês. Só para

relembrar, nessa época eclodiram diversos levantes camponeses na Rússia, que se rebelavam contra a carga de impostos que recaía sobre eles; somaram-se a eles a crise de superprodução que assolava o país desde o início do século, e as greves que eclodiram nesse ano. Buscava-se derrubar o governo do Tzar, o direito de voto para todos, e maior liberdade, entre outras coisas, o que dava o caráter burguês à revolução iminente. Ainda não havia se desenvolvido nenhuma das condições necessárias à eclosão de um levante operário socialista, nem as condições objetivas (evolução da base econômica), nem as subjetivas (consciência e organização do proletariado).

Para Lênin, então, o caminho seria apostar numa estratégia de conscientização e mobilização do proletariado rumo ao socialismo, a fim de evitar o retrocesso acontecido na Alemanha motivado pela aliança da burguesia com a velha aristocracia. Embora ele enxergasse a necessidade de haver um desenvolvimento das condições econômicas objetivas, isto é, o desenvolvimento máximo das forças produtivas, ele prioriza o caráter político, que apesar da enorme importância dentro da aspiração revolucionária, é na verdade condicionado pela base econômica da sociedade. Se essa base não está plenamente desenvolvida, é difícil crer que existisse uma consciência política e uma mobilização amadurecida, já que o proletariado nem sequer representava a maioria da população, constituída por trabalhadores rurais.

Em suma, a proposta de Lênin se resumia em unir todas as forças oprimidas, camponeses, operários e burguesia contra o tzarismo, desenvolvendo uma revolução burguesa.

“(...) não estamos amadurecidos (...) para o socialismo, é cedo para introduzir socialismo, a nossa revolução é burguesa (...) não compreendem (se se consideram as bases teóricas de suas concepções) o que é o imperialismo, o que são os monopólios capitalistas, o que é o Estado, o que é a democracia revolucionária. Pois compreendendo

*isto, não se pode deixar de reconhecer que é impossível avançar sem ir para o socialismo”.*³³

Ao se mobilizar, o proletariado tomaria mais e mais consciência do seu conflito com a burguesia, e o desenvolvimento do capitalismo pós-revolução conduziria à sua própria superação. Lênin acreditava que só haviam duas possibilidades, caso a revolução não se efetivasse: ou a queda definitiva do tzarismo, pelas forças revolucionárias acima; ou a aliança entre a burguesia e o governo do Tzar, o que repetiria o anacronismo da Alemanha pós 1848. Caso vencesse o poder vigente na Rússia, estabeleceria-se a ditadura democrática do proletariado e do campesinato, na medida que ainda era preciso eliminar as reminiscências de capitalismo restantes na sociedade, onde somente essas duas classes conduziriam o processo revolucionário até o fim, qual seja, o comunismo.

Mas uma vez gostaríamos de destacar a ênfase dada por Lênin ao aspecto político da revolução. Mesmo sabendo que a Rússia não tinha um contexto histórico e econômico amadurecido para o advento da superação do capitalismo, ele insiste em afirmar que uma revolução de caráter burguês conduziria a uma revolução socialista, desde que o proletariado adotasse a política certa.

Ora, para Lênin o imperialismo, ao arrastar os países mais atrasados para uma organização sócio-econômica capitalista, produz a situação apropriada para que haja um encadeamento das revoluções burguesa e proletária, que se sucedem.

*“O proletariado deve levar até o fim a revolução democrática, atraindo a si a massa do campesinato, a fim de esmagar pela força a resistência da autocracia e paralisar a instabilidade burguesa. [No segundo momento] o proletariado devia levar a cabo a revolução socialista, atraindo a si a massa dos semi-proletários e paralisar a instabilidade do campesinato e da pequena burguesia”.*³⁴

³³ LÊNIN, V.I. *Obras Escolhidas*. São Paulo. Editora Alfa-Ômega, 1980, Volume II, pág.194.

³⁴ LÊNIN, V.I. *Obras Escolhidas*. São Paulo. Editora Alfa-Ômega, 1980, Volume I, pág.443.

É assim que a teoria marxista prolifera em países atrasados como a Rússia. Entretanto, diz Fernando Haddad (1992), não é porque a intelectualidade russa absorveu os anseios marxistas que esse país deixou de ser subdesenvolvido. Em quê se sustentaria, então, a defesa leninista da primeira revolução socialista eclodir num país onde o nível de desenvolvimento das forças produtivas era insuficiente para estabelecer uma sociedade sem classes? Lênin sustentava-se no apoio do campesinato e na vitória de uma revolução de proporções internacionais, já que só faz sentido se falar em mudança de modo de produção se as novas relações de produção se estabelecerem em todos os países; além do atraso das forças produtivas russas, problema que seria solucionado pelo desenvolvimento da revolução mundial.

Ora, mas a teoria marxista clássica considera o proletariado como a única classe capaz de levar o processo revolucionário socialista à frente, como vimos no capítulo anterior, por serem desprovidos de meios de produção e subsistência; por inexistirem outras formas de coerção que não a econômica, que provoca o surgimento de relações de classe impessoais e formais; por ser uma classe urbano-industrial, a sua organização política é mais fácil, permitindo a internacionalização do movimento operário. Então, a proposta de Lênin de unir o proletariado ao campesinato, e fazer com que o campesinato supra o papel revolucionário que era para ser exercido pelo operariado urbano é discutível. Primeiro, porque o campesinato não se opõe à burguesia, mas sim à aristocracia rural; segundo, o “semi-proletariado” não poderia fazer uma revolução, pois a consciência política e econômica do proletariado só surge com a generalização do processo de industrialização, onde se transforma de “classe em si” a “classe para si”.

Segundo Lênin, o nível das forças produtivas européias supriria a falta de condições objetivas nos países atrasados, e permitiria a consolidação da sociedade internacional sem classes. O

socialismo passa a ser nesta perspectiva, portanto, um projeto concebível somente em escala mundial. Mas a Revolução internacional não aconteceu, como já questionava Kautsky³⁵ naquela época, como então não questionar o caráter socialista da revolução bolchevique? Sem falar nos pressupostos marxistas do materialismo histórico, que conforme já argumentamos, foram deixados de lado.

A teoria trotskista acerca da viabilidade da revolução proletária socialista na Rússia não difere muito da argumentação de Lênin. Para Trotsky, o atraso russo derivava de condições históricas que deram à economia da Rússia um caráter primitivo. Além disso, o papel exercido pelo Estado caracterizou-se por emperrar o desenvolvimento industrial, e conseqüentemente do capitalismo e de toda a sua superestrutura. Além de consumir parte substancial do produto social, emperrando a evolução econômica do país, diante da sua inferioridade militar e da pressão dos países vizinhos, o Estado se viu obrigado a promover o desenvolvimento industrial, o qual, como já dissemos, não se deu de forma endógena como nos países capitalistas mais avançados. Entretanto, as medidas do governo em apoio ao desenvolvimento da indústria tinham seu efeito limitado pelas condições de sua sociedade, que ainda estava dando os primeiros passos na direção ao capitalismo. O conflito que surgia não era entre o proletariado e a burguesia, e sim entre esta e as velhas instituições políticas atrasadas, além do conflito com a burocracia inchada e repressora do desenvolvimento. Mesmo que a burguesia não se achasse capaz de enfrentar o poder do Estado czarista, para Trotsky a situação de conflitos chegaria a um tal ponto que uma revolução seria inevitável; e quanto maior a centralização do poder, mais radical seria este levante. Entretanto, como assegurar que essa

³⁵ "A revolução bolchevique baseava-se na hipótese de que serviria de ponto de partida para a revolução europeia geral; de que a iniciativa audaciosa da Rússia incitaria os proletários de toda a Europa a erguerem-se (...) a revolução na Europa, que traria o socialismo e o consolidaria, devia também tornar-se um meio para eliminar os obstáculos que o atraso econômico do país levantava à realização da produção socialista na Rússia. Tudo isso era muito lógico e bem fundamentado desde que se admitisse uma hipótese fundamental: que a revolução russa devia

revolução teria um caráter socialista? Assim questiona Haddad (1992). A nós parece que o conflito que surgia por esta época tornava mais próxima uma revolução burguesa, para estabelecer relações de produção capitalistas as quais desestragariam o desenvolvimento das forças produtivas do capitalismo. Tratava-se mais da consolidação do capitalismo que da sua superação.

Entretanto, Trotsky acreditava que no momento da revolução burguesa na Rússia, o proletariado era o sujeito principal e não a burguesia, já que esta mostrava-se sufocada pelo governo totalitário e pelo grande capital do ocidente, e o proletariado, segundo ele, era forte. Essa classe seria a única capaz de tomar o poder e resolver as contradições que se aguçavam tanto no campo quanto nas cidades. Quanto ao campesinato, Trotsky atribuía a ele o mesmo papel dado por Lênin, onde o proletariado faria uma certa “manipulação” para conduzi-los ao objetivo socialista.³⁶

Quanto à questão do grau de desenvolvimento das forças produtivas russas, indiscutivelmente aquém do necessário à superação do modo de produção capitalista, Trotsky tem argumentos semelhantes a Lênin. Embora sabendo que a Rússia não possuía a condição objetiva para atingir o socialismo, Trotsky afirmava que como as potências europeias atendiam a esse pré-requisito, uma revolução proletária europeia sustentaria a revolução socialista na Rússia. Além disso, a organização do proletariado russo e sua conscientização acerca da exploração burguesa, juntamente com sua união com os proletários europeus ajudaria no pleno sucesso da revolução. Mais uma vez nos valem dos argumentos de Kautsky que acabaram por se concretizar. Houve revolução, mas não na Europa ou no mundo. Além do que o aspecto político é mais uma vez tido como o mais

desencadear infalivelmente a europeia. Mas e se assim não acontecesse? Até agora não se confirmou esta hipótese”. KAUTSKY apud HADDAD, Fernando. *O Sistema Soviético*. São Paulo. Scritta Editorial, 1992, pag.39.

³⁶“*Tal como a democracia pequeno-burguesa das cidades se colocou à cabeça da nação revolucionária durante a Grande Revolução Francesa, também o proletariado, essa única democracia revolucionária das nossas cidades, deve encontrar um apoio nas massas camponesas e subir ao poder, se a revolução está no limiar da vitória”.* TROTSKY apud HADDAD, Fernando. *O Sistema Soviético*. São Paulo. Scritta Editorial, 1992, pag.46.

importante. Haddad ressalta que os argumentos trotskistas enxergavam ser possível atropelar a democracia burguesa, como foi possível pular os períodos do ofício e da manufatura, algo no mínimo questionável.

É importante ver que o impacto da Revolução de Outubro de 1917 não foi o de provocar a revolução internacional. Na verdade, o capitalismo passou por um período de reformulações, onde a política econômica liberal cedeu lugar a um maior intervencionismo do Estado, surge o *Welfare State*³⁷, que assume os setores de maior risco e passa a planejar melhor a economia³⁸.

Mesmo os marxistas mais modernos, como é o caso de Theotônio dos Santos, ainda defendem o caráter socialista da Revolução Russa de 1917. Apesar de estarem cientes do atraso econômico, social e político da Rússia, insistem em não questionar o cunho dessa revolução, afirmando que o materialismo histórico não é uma teoria linear e determinista, e sim dialética. Mas mesmo a dialética possui elementos que são precedentes de outros, no caso da mudança de um modo de produção, o desenvolvimento da estrutura econômica deve vir antes do desenvolvimento político e da posterior evolução histórica da sociedade. Não podemos afirmar que a revolução foi burguesa e não socialista, mesmo assim queremos insistir que, quando comparada aos pressupostos teorizados por Marx e Engels para a passagem do capitalismo à sociedade socialista, a Rússia de 1917 estava longe de apresentar de forma plenamente disseminada, as principais contradições e condições necessárias a essa passagem. Como então acreditar que possuía condições subjetivas, e que estas seriam suficientes para desencadear um processo de mudança no modo de produção?

³⁷Estado do bem-estar social.

³⁸"Do ponto de vista ideológico, a revolução keynesiana cumpriu a tarefa fundamental de conformar a superestrutura às exigências do momento". HADDAD, Fernando. *O Sistema Soviético*. São Paulo. Scritta Editorial, 1992, pag. 53.

CAPÍTULO 04 - O SOCIALISMO

“Para nós, não se trata de reformar a propriedade privada, mas de aboli-la; não se trata de atenuar os antagonismos de classes, mas de abolir as classes, não se trata de melhorar a sociedade existente, mas de estabelecer uma nova”.¹

4.1. INTRODUÇÃO

No segundo capítulo do presente trabalho, nos detivemos na análise das condições históricas necessárias à passagem do capitalismo para socialismo. Neste capítulo iremos tentar retomar, baseado na análise dos clássicos da teoria marxista, quais sejam, Marx, Engels e Lênin, os princípios básicos da doutrina socialista, para tentar explicitar o que é o socialismo e quais são suas estruturas. Esta análise é importante para demonstrar que existe um contraponto à sociedade em que vivemos, onde o homem se tornou mero coadjuvante do processo de auto-reprodução do capital. O socialismo é um modo de produção que se propõe a construir uma sociedade mais humana, onde o principal objetivo é a busca da satisfação e da dignidade humana.

Segundo a teoria marxista, após a revolução proletária tem início a formação de uma nova sociedade, onde não existirão mais classes sociais nem antagonismos decorrentes de sua existência; o proletariado assume o comando do antigo Estado burguês, instituindo uma nova ordem econômica, política e social. O socialismo é identificado na doutrina marxista como um novo modo

¹ MARX, Karl & ENGELS, Friedrich apud LÊNIN, V.I. *O Estado e a Revolução*. São Paulo. Editora Mucitec, 1978, pág.XV.

de produção, uma sociedade que sucede o capitalismo no tempo. O novo modo de produção é necessariamente superior ao antigo, pois vence as contradições inerentes ao capitalismo, após este haver esgotado sua missão histórica, qual seja, a de desenvolver as forças produtivas, levar a cabo a revolução industrial e homogeneizar as condições econômicas e sociais de todos os países. A sociedade socialista surge a partir da tomada do poder pelo proletariado, e o seu desenvolvimento provocará a depreciação das classes, e, conseqüentemente de seus antagonismos, como afirma Marx:

*“Em lugar da velha sociedade civil - escreve Marx na Miséria da Filosofia - a classe laboriosa, no curso do seu desenvolvimento, instituirá uma associação onde não existirão as classes nem os seus antagonismos...”*²

A citação acima resume muito bem o caráter da sociedade socialista, cujas bases nascem no seio do capitalismo. Ao contrário do que ocorreu nas outras transformações de modos de produção - onde o que mudou foi o caráter da propriedade privada - com a revolução operária socialista a mudança é muito mais radical, já que esta elimina a propriedade privada dos meios de produção, responsável última por todos os antagonismos de classes, e pela existência destas últimas enquanto elementos divisores da sociedade em ricos e pobres, exploradores e explorados. Na avaliação do socialismo, não só na teoria marxista, como também no socialismo utópico³, a propriedade privada é geradora das desigualdades, e, conseqüentemente, das classes e do Estado.

² MARX, Karl apud LÊNIN, V.I. *O Estado e a Revolução*. São Paulo. Editora Mucitec, 1978, pág.29.

³ Engels, em seu livro **Do Socialismo Utópico ao Socialismo Científico**, faz uma análise do pensamento dos grandes socialistas utópicos, e mostra como já nessa época a propriedade privada era vista como um grande mal. Ele diz: *“Filósofo materialista, Morelly via na propriedade privada o mal do mundo e pregava para resolver esse mal a propriedade coletiva do solo. “Onde não existir propriedade privada não pode existir nenhuma das suas funestas conseqüências”, escreveu Morelli”*. Em outra passagem, Engels se refere a outro pensador: *“Gabriel Bonnot de Mably (1709-1785) foi um comunista utópico assim como Morelly.(...) A propriedade privada era para Mably a fonte da desigualdade social, e para curar este terrível vício, o homem não tinha mais que se instruir e ter boa moral”*. ENGELS, Friedrich. *Do Socialismo Utópico ao Socialismo Científico*. Rio de Janeiro. Global Editora, 1988, pág.31.

Pois no momento em que um indivíduo (ou a grande minoria da população) detém a propriedade privada dos meios de produção, ele se torna dono da riqueza da sociedade, e se apropria dela sozinho. Não há, portanto, a repartição coletiva desta riqueza, e por isso surgem as desigualdades, as classes, e conseqüentemente os seus antagonismos.

O socialismo não rompe apenas com a estrutura capitalista, ele rompe com todas as estruturas sociais que o precedem. Isto porque o socialismo pressupõe a supressão da propriedade privada dos meios de produção, e, ao fazê-lo, elimina a origem dos antagonismos em todas as sociedades historicamente determinadas. Num contexto capitalista, a propriedade privada dos meios de produção conduz a economia à superprodução, e esta torna-se uma calamidade econômica. Por isto, o socialismo pressupõe a supressão de tal categoria. É por isso que o modo de produção socialista não surge naturalmente dentro da estrutura social que o precede. Como já dissemos em capítulo anterior, não é possível chegar ao socialismo sem uma atividade consciente do operariado e sem uma revolução dirigida por ele, e apoiada nas massas populares, já que a burguesia não abriria mão pacificamente da propriedade privada dos meios de produção e de sua condição de classe dominante e exploradora.

A base econômica do socialismo e de suas relações de produção é a propriedade social dos meios de produção, com uma expropriação tanto da propriedade privada quanto dos grandes proprietários dos meios de produção modernos, os quais seriam convertidos no sentido da satisfação das necessidades sociais, tanto materiais quanto culturais. O efeito de tal atitude seria, em primeiro lugar, a supressão do regime assalariado e da exploração do homem pelo homem. Tal supressão levaria à extinção das classe sociais antagônicas e da possibilidade de crise econômica (acaba a concorrência entre os produtores privados, guiados pela perspectiva do lucro, e com ela a anarquia

da produção capitalista). A anarquia da produção capitalista cede lugar a uma economia planificada, onde se buscaria a harmonia entre produção e consumo, eliminando a possibilidade de superprodução, pois um aumento na produção significaria necessariamente um aumento no poder de compra da população e conseqüentemente um aumento do consumo.

O que se coloca para o proletário que lidera a revolução é a supressão da máquina do Estado burguês e a sua substituição por um novo Estado, socialista⁴, o qual é historicamente superior pois suas formas de ação e organização estão submetidas aos interesses de todo o povo, e condicionadas à construção da sociedade comunista.



4.2. OS FUNDAMENTOS DA SOCIEDADE SOCIALISTA

4.2.1. ESTRUTURA SÓCIO-ECONÔMICA

“Quais são as conseqüências da supressão definitiva da propriedade privada?

Ao deixar aos capitalistas privados o usufruto de todas as forças produtivas e meios de comunicação, assim como o intercâmbio e a distribuição dos produtos, ao administrar tudo isso de acordo com um plano baseado nos recursos disponíveis e nas necessidades de toda a sociedade, esta suprimirá, em primeiro lugar, todas as conseqüências nefastas ligadas ao atual sistema de direção da grande indústria. As crises desaparecerão; a produção ampliada, que é, na sociedade atual, uma superprodução e uma causa tão poderosa da miséria, será então mais que insuficiente e deverá adquirir proporções muito maiores. Em lugar de engendrar a miséria, a produção superior às necessidades

⁴ Segundo Paul Singer, a sociedade socialista seria superior em três aspectos: “ (...) primeiro, a economia não estaria mais sujeita a crises, a desemprego, a desperdício de recursos, porque ela seria planejada, havendo um controle consciente por parte da coletividade sobre o processo social de produção e distribuição e, portanto, o indivíduo não seria mais dominado pelas forças imprevisíveis do mercado; segundo, a instauração da igualdade: a sociedade capitalista seria a última sociedade de classes, cuja evolução simplificaria a estrutura social ao máximo, transformando a grande maioria da população num proletariado mais ou menos homogêneo, que se defronta com uma camada privilegiada de capitalistas, muito poderosa e muito rica, mas muito pequena, de modo que bastaria a expropriação destes poucos capitalistas para se alcançar a sociedade sem classes. Como o fator que divide a sociedade em classes é a propriedade privada dos meios de produção, a sua abolição tornaria todos co-proprietários das fábricas, fazendas, ferrovias, lojas, etc., e portanto o fundamental da desigualdade social estaria eliminado; terceiro, o socialismo proporcionaria a todos os membros da sociedade um grau muito superior de bem-estar material e de liberdade”.⁴ SINGER, Paul. O Socialismo. In *Aprender Economia*. São Paulo. Editora Brasiliense, 1988, pág.158.

*peremptórias da sociedade permitirá satisfazer a procura de todos os membros desta, dará origem a nova procura e criará, por sua vez, os meios de a satisfazer. Será a condição e a causa de um maior progresso e levá-lo-á a cabo, sem suscitar, como antes, a desordem periódica de todo o sistema social.*⁵

Como já mencionamos anteriormente, as condições objetivas da passagem ao socialismo estão na base das transformações das relações de produção, de forma mais explícita, no desacordo entre elas e o caráter das forças produtivas que sobrevêm em determinado momento. É o capitalismo desenvolvendo suas forças produtivas, até o ponto em que elas entram em contradição com o próprio capitalismo, que fornece a base objetiva para a revolução socialista. Sem condições objetivas, ligadas a uma época histórica dada, não pode haver socialismo. É preciso criar bases para o socialismo. Na sua última fase, o capitalismo destrói as forças produtivas, já que o desenvolvimento anárquico das forças produtivas sob o capitalismo, aliado ao consumo restrito à elite burguesa, leva à insuficiência de tais forças produtivas para a satisfação das necessidades de uma sociedade socialista. Portanto, não pode existir tal sociedade sem um aumento consideravelmente grande da produção sob o capitalismo. O socialismo se propõe, então, não a uma generalização da carência, mas a uma generalização da abundância, que pressupõe aumento da produção, sendo para isso necessário promover o desenvolvimento dos meios de produção, com um conseqüente progresso qualitativo e quantitativo da nação em questão. Esta é uma exigência objetiva das novas relações de produção socialistas. Antes da revolução socialista, as forças produtivas exigem a mudança das relações de produção; depois da revolução socialista, as relações de produção exigem o desenvolvimento das forças produtivas.

⁵ ENGELS, Friedrich. Princípios do Comunismo. In MARX, ENGELS & LÊNIN. *A Sociedade Comunista*. São Paulo. Editorial Estampa, 1975, pág.22.

A função histórica do socialismo é a solução das contradições de todos as formações sociais anteriores, como já vimos, o que faz com que Marx e Engels afirmem que todos os modos de produção anteriores ao socialismo constituem a pré-história da humanidade.

A primeira contradição que o socialismo vem resolver é identificada por Engels como a contradição básica do modo de produção capitalista, entre o caráter social da produção e a forma privada de apropriação capitalista. O socialismo vem resolver esta contradição da seguinte forma: ao surgir, após a vitória da revolução proletária, a instauração dessa nova sociedade leva necessariamente, como já dissemos, à abolição da propriedade privada capitalista e à transformação dos meios de produção em propriedade social. A consequência imediata da abolição da propriedade privada é a extinção das classes sociais, e conseqüentemente da divisão do trabalho, responsável última pela divisão da sociedade em classes sociais. O socialismo seria chamado então de “fase inferior” do comunismo ou a primeira fase, pois erguendo-se sobre o capitalismo, o qual foi derrubado, mas não abolido completamente, ainda mantém as suas características e muitos estigmas desta sociedade, em sua economia, em sua moral, em seu desenvolvimento intelectual, análise que aprofundaremos ao longo deste trabalho.

*“Deste modo, a sociedade produzirá o suficiente para organizar a distribuição com vistas a cobrir as necessidades de todos os seus membros. Com isto tornar-se-á supérflua a divisão da sociedade em classes distintas e antagonicas. A dita divisão, mais que supérflua, será inclusivamente incompatível com o novo sistema social. A existência de classes deve-se à divisão do trabalho, e esta última sob a sua forma atual desaparecerá inteiramente, já que, para elevar a produção industrial e agrícola ao nível mencionado, não bastam só os meios auxiliares mecânicos e químicos. É preciso desenvolver correlativamente as aptidões dos homens que empregam estes meios”.*⁶

⁶ ENGELS, Friedrich. Princípios do Comunismo. In MARX, ENGELS & LÊNIN. *Op.cit.*, pág. 22.

O socialismo também vem para eliminar a segunda contradição do modo de produção capitalista, analisada no capítulo dois, entre a anarquia do mercado e a organização da produção na fábrica. Como? A anarquia do mercado é substituída pela economia planejada, o que elimina a luta pela existência individual, ou seja, a concorrência.

*“Quando a sociedade se apodera dos meios de produção, cessa a produção de mercadorias e, com ela, o império do produto sobre os produtores. A anarquia reinante no seio da produção social dá lugar a uma organização planificada e consciente. Cessa a luta pela existência individual. Com ela, num certo sentido, o homem separa-se definitivamente do reino animal, sai das condições animais de existência e entra numa condições de vida realmente humanas”.*⁷

Ao colocar os meios de produção nas mãos do Estado⁸, permite-se que a planificação da economia ocorra de forma racional, embora isso não seja suficiente. O Estado define: o que, como e quando produzir, e como se dará a distribuição desta produção (para quem produzir). Toda a economia passa a ser comandada pelo Estado. É o chamado redirecionamento das forças produtivas, voltando-as para a classe trabalhadora. Faz-se necessário um extenso trabalho de coleta de informações vindas dos locais de trabalho, a fim de que os sujeitos do plano, qual seja, os trabalhadores, dêem sua opinião e sugestões sobre o trabalho que executam, e tudo o que diz respeito a ele, já que, sem sua participação, provavelmente os erros serão maiores e mais numerosos. A possibilidade de planificar a produção é uma das principais vantagens da propriedade socialista. A planificação da produção é o meio mais eficaz de elevar sobremaneira a produção, de modo que esta passe a ser orientada no sentido da satisfação das necessidades básicas de todos os indivíduos da sociedade.

⁷ ENGELS, Friedrich. O Anti-Dühring. In MARX, ENGELS & LÊNIN. *Op.cit.*, pág.51.

*“A grande indústria, libertada dos travões da propriedade privada, desenvolver-se-á em tais proporções que, comparado com elas, o seu estado atual parecerá tão mesquinho como a manufatura ao lado da grande indústria moderna. Este avanço da indústria oferecerá à sociedade suficiente quantidade de produtos para satisfazer as necessidades de todos. (...) Deste modo, a sociedade produzirá o suficiente para organizar a distribuição com vistas a cobrir as necessidades de todos. (...) A indústria que funciona de modo planificado, graças ao esforço comum de toda a sociedade pressupõe com maior motivo homens com aptidões desenvolvidas universalmente, homens capazes de se orientarem em todo o sistema da produção”.*⁹

Nessa sociedade o trabalho é obrigatório e cada um ainda recebe de acordo com o que dá à sociedade, ou seja, segundo o seu trabalho; e à medida que o socialismo vai se desenvolvendo, vai eliminando os elementos negativos herdados do modo de produção capitalista. Não podemos nos esquecer que no socialismo inicia-se a construção de uma sociedade em que cada trabalhador passa a encarar seu trabalho como uma contribuição socialmente útil, na busca de uma estrutura econômica mais humana, e não se limita a considerá-lo apenas como um simples meio de subsistência. Existe, assim, um estímulo moral para o trabalho, além, é claro, do estímulo material¹⁰. Surge uma nova disciplina do trabalho que deixa de ser regida pela coerção, e passa a se basear na idéia de que existe um dever de cada indivíduo na construção da nova sociedade, e de que é de seu próprio interesse que os frutos de seu trabalho sejam cada vez mais elevados e de melhor qualidade, onde há ajuda mútua entre os trabalhadores, de modo que os mais eficientes auxiliam os que têm alguma dificuldade, com o objetivo último de incrementar a produção e de chegar ao progresso desejado.

No socialismo¹¹, cada trabalhador individual recebe da sociedade o que lhe dá, mas deduz-se daí a parcela que se constituirá nos fundos públicos, os quais assumem nessa estrutura social importância crescente. Uma parte destes recursos se destinará às empresas, para efeito de

⁸ HARNECKER, Marta. *Op.cit.*

⁹ ENGELS, Friedrich. *Princípios do Comunismo*. In MARX, ENGELS & LÊNIN. *Op.cit.*, pág. 23.

¹⁰ MINAYEV, L. *Origens e Princípios do Socialismo Científico*. São Paulo. Editora Argumentos, 1967.

substituição dos meios de produção consumidos, e para elevar o nível desta produção. Eles também são destinados a satisfazer as necessidades pessoais dos cidadãos, colocando a serviço da sociedade educação, assistência médica, asilos, bolsas de estudo, pensões, bibliotecas, instituições culturais, etc., além de sustentar os indivíduos que não trabalham para obter o seu próprio sustento, como idosos, inválidos, estudantes, crianças, entre outros.

“Tomemos, em primeiro lugar, as palavras ‘fruto do trabalho’ no sentido de produto do trabalho; então o fruto coletivo do trabalho será o produto social global.

Mas, daqui, temos que deduzir:

Primeiro: uma parte para repor os meios de produção consumidos.

Segundo: uma parte adicional para ampliar a produção.

Terceiro: o fundo de reserva ou de seguro contra acidentes, perturbações devidas a calamidades, etc.

(...) Mas antes que esta parte chegue à repartição individual, é preciso ainda deduzir dela:

Primeiro: os gastos gerais de administração, independentes da produção.(...)

Segundo: a parte que se destina à satisfação coletiva das necessidades, como escolas, instituições sanitárias, etc.

*Terceiro: os fundos para manter as pessoas incapacitadas para o trabalho, etc.; numa palavra, o que hoje está incluído na chamada beneficência oficial”.*¹²

A solução socialista para a terceira contradição básica do modo de produção capitalista, qual seja, entre excesso de produção e demanda limitada, surge a partir da socialização dos meios de produção e a planificação da economia, que ampliam as oportunidades de consumo, direcionando a produção para a satisfação das necessidades básicas de todos os indivíduos da sociedade. Amplia-se a renda, e conseqüentemente o consumo.

Com a socialização dos meios de produção é que são asseguradas as condições necessárias para o aparecimento de uma nova lei econômica fundamental, cujo objetivo é assegurar a

¹¹ MINAYEV, L. *Op.cit.*, pág.90

¹² MARX, Karl. Crítica ao Programa de Gotha. In MARX, ENGELS & LÊNIN. *Op.cit.*, pág. 38-39.

satisfação das necessidades materiais e culturais das massas. Ora, mas as exigências materiais e culturais do povo são crescentes, o que provoca o aparecimento de contradições inerentes à necessidade de suprir essa demanda que se eleva à medida que a sociedade civil se desenvolve, na busca de um crescimento ininterrupto da economia socialista. É preciso ter em mente que, como nesta sociedade os trabalhadores possuem conjuntamente os meios de produção, e, assim, também se apropriam do produto social, os frutos de seu velho trabalho vão para eles mesmos, o que demonstra existir um interesse por parte dos trabalhadores na constante evolução da produção da riqueza material, o que é feito graças à aplicação de novas tecnologias, até, é claro do trabalho coletivo, tendo como objetivo principal justamente suprir, da melhor forma, essas necessidades crescentes de toda a população, desenvolvendo-a como um todo.

O desenvolvimento da sociedade socialista exige a realização ativa e criadora das tarefas com que a humanidade se defronta. O socialismo constrói-se de forma consciente, pela atividade dos trabalhadores. Avançar nesta construção implica sempre ter que vencer contradições, destruir velhos modos de vida enraizados nos costumes, que em tempos desempenharam um papel positivo, mas que depois começaram a ser um entrave. As contradições do socialismo são, portanto, diferentes das do capitalismo. São contradições ligadas à elevação da economia socialista, ao aumento das exigências materiais e culturais do povo; contradições entre o velho e o novo, entre o avançado e o atrasado.

Na sociedade capitalista, a contradição entre forças produtivas e as relações de produção degenera em conflito que, segundo a teoria marxista, não pode ser resolvido nos quadros do capitalismo, e que leva este a desaparecer como regime. No socialismo, o domínio da propriedade social cria condições ao aumento das forças produtivas. Em que consistem, então, as contradições do modo de produção socialista? Em que à medida que se desenvolvem as forças produtivas socialistas,

determinados elos das relações de produção ficam atrasados. A sua substituição por outros não modifica a natureza das relações socialistas, antes as impulsiona dando-lhes um maior conteúdo. As contradições são resolvidas pela sociedade, que se eleva a um novo estágio no seu progresso. Não se superam, de modo algum, automaticamente, mas em luta contra o conservadorismo, a rotina e o atraso.

*“A associação geral de todos os membros da sociedade com o objetivo de utilizar coletiva e racionalmente as forças produtivas; o aumento da produção em proporções suficientes para cobrir as necessidades de todos; a liquidação do estado de coisas em que as necessidades de uns se satisfaçam à custa de outros; a supressão completa das classes sociais e do antagonismo entre elas; o desenvolvimento universal das faculdades de todos os membros da sociedade mercê da eliminação anterior da divisão do trabalho (...) serão os principais resultados da supressão da propriedade privada”.*¹³

4.2.2. SOCIALISMO: ESTRUTURA POLÍTICA

*“Entre a sociedade capitalista e a sociedade comunista medeia o período da transformação revolucionária da primeira na segunda. A este período corresponde também um período político de transição, cujo Estado não pode ser outro senão a Ditadura Revolucionária do Proletariado”.*¹⁴

O socialismo se caracteriza , então, por ser um período de transição, imprescindível para a construção de uma estrutura social realmente sem classes e sem dominação de espécie alguma, onde as antigas classes dominantes capitalistas ainda conservam algumas vantagens sobre o proletariado (as quais suscitam a esperança de uma volta do capitalismo), e continuam a usá-las

¹³ ENGELS, Friedrich. Princípios do Comunismo. In MARX, ENGELS & LÊNIN. *Op.cit.*, pág. 24.

¹⁴ MARX, Karl. Crítica ao Programa de Gotha. In *Obras Escolhidas*. São Paulo. Editora Alfa-Ômega, 1980, Volume Dois, pág.221.

contra o novo poder instaurado por ele, lutando para reconquistar o lugar que outrora ocupava uma estrutura social, embora desprovidas do poder político.

Assim, para fazer frente à resistência capitalista, os operários ao tomar o poder das mãos da burguesia necessitarão de um Estado que assuma uma forma diferente e especial, sendo ao mesmo tempo democrático e libertador para os proletários, e totalitário e ditatorial para os capitalistas. É a chamada Ditadura do Proletariado, um Estado dirigido pela liderança do proletariado, mas formado por todo o povo que protagonizou a tomada de poder das mãos da burguesia, sendo essa massa que constitui as instituições desse poder, onde se organiza a força de forma centralizada contra a minoria que ainda teima em resistir contra a nova ordem social. Entretanto, a ditadura do proletariado não se constitui apenas num instrumento de dominação e repressão da burguesia, mas é também um instrumento de aliança entre o proletariado, o campesinato trabalhador e as classes médias, segundo Lênin, numa luta contra a ideologia capitalista remanescente, na busca da construção de uma nova sociedade, uma nova cultura, enfim, na luta pela edificação do socialismo.

BSFEAC

*“O socialismo precisa do poder político, da organização centralizadora da força, da organização da violência, para reprimir a resistência dos exploradores e dirigir a massa enorme da população na edificação da economia socialista”.*¹⁵

Existe, então, a necessidade de um período de transição onde o operariado usaria o poder do Estado em suas mãos para rearrumar a sociedade e construir o sonho socialista. Em síntese, a sociedade socialista convive com os Aparelhos Repressivos¹⁶ (que na teoria marxista, como vimos no

¹⁵ LÊNIN, V.I. *O Estado e a Revolução*. São Paulo. Editora Mucitec, 1978, pág.33.

¹⁶ Para a teoria marxista do Estado, o Estado não é uma abstração. Além de envolver as relações de poder no âmbito das instituições políticas, o Estado também envolve os seus Aparelhos Repressivos e Ideológicos. Esta análise foi feita de forma mais detalhada no capítulo primeiro deste trabalho.

primeiro capítulo, compõem a estrutura física do Estado) e Ideológicos de Estado (em síntese, a sociedade civil - famílias, igrejas, etc), próprios do modo de produção capitalista, só que agora a serviço da emancipação do proletariado a caminho da sociedade comunista. Para Lênin, o grande desafio da sociedade socialista é justamente a transformação da estrutura ideológica da sociedade, e a supressão dos Aparelhos Ideológicos de Estado. Porque, na realidade, a ideologia da classe operária é uma ideologia dominada pela classe capitalista burguesa. Pressupõe-se, portanto, que no contexto de uma revolução socialista, o proletariado possui valores burgueses, valores esses que precisam ser revertidos. Assim, é importante se utilizar dos Aparelhos Repressivos de Estado para implantar novos Aparelhos Ideológicos de Estado.

“Do que se trata aqui não é de uma sociedade comunista que se desenvolveu sobre sua própria base, mas de uma que acaba de sair precisamente da sociedade capitalista e que portanto apresenta em todos os seus aspectos, no econômico, no moral e no intelectual, o selo da velha sociedade de cujas entranhas procede”.¹⁷

Queremos desmistificar aqui a idéia de que Marx defendia a estatização da sociedade, pela estatização. Pelo contrário, ele via o período do socialismo como uma fase de transição necessária ao desenvolvimento das forças produtivas que sustentariam o modo de produção comunista, a fim de destruir as bases em que se revela a exploração do homem pelo homem, transformando não só todos os elementos que compõem a sociedade de classes, como também as relações que se estabelecem entre os homens, dando-lhes um caráter de colaboração e solidariedade. Sempre acusam os marxistas de pretenderem uma sociedade centralizada e com um Estado grande e totalitário, onde seriam suprimidas todas as liberdades individuais, reinando um regime de terror para

toda a sociedade. Mas isso não é verdade. Embora se considere o Estado capitalista como o mais democrático sistema de todos os tempos, é preciso se observar que se trata de uma democracia para uma escassa minoria, sendo limitada, já que faz a maioria da população se submeter às vontades, interesses e decisões tomadas por essa minoria de capitalistas¹⁸. É, então, um sistema de democracia para a classe burguesa, mas de uma ditadura para a maioria do povo, que não tem direito sequer de questionar os princípios básicos que regem esta sociedade, sob o perigo de ver usado sobre si, todos os meios disponíveis para reprimir tais ações, inclusive a força física, a tortura e às vezes até a morte.

*“A sociedade capitalista, considerada nas suas mais favoráveis condições de desenvolvimento, oferece-nos uma democracia (...) na República Democrática. Mas, essa democracia é sempre comprimida no quadro estreito da exploração capitalista; no fundo, ela não passa nunca da democracia de uma minoria, das classes possuidoras, dos ricos”.*¹⁹

É preciso, então, que atentemos para o caráter transitório da Ditadura do Proletariado, a qual teria palco apenas durante um determinado período para assegurar as conquistas da revolução operária, evitando que a burguesia retome o poder, e também para poder construir uma nova sociedade em todos os aspectos, não apenas na economia, mas também na moral, na ideologia, no caráter do trabalho, na política, etc. Seria esta a base política do socialismo, na qual a Ditadura do Proletariado constitui apenas a transição para a abolição de todas as classes e para uma sociedade sem exploração. Ou seja, um novo Estado capaz de suprimir a propriedade privada dos meios de produção, que teria as seguintes tarefas principais:

¹⁷ MARX, Karl. Crítica ao Programa de Gotha. In *Obras Escolhidas*. São Paulo. Editora Alfa-Ômega, 1980, Volume Dois, pág.213.

¹⁸ HARNECKER, Marta. *Socialismo e Comunismo*. São Paulo. Global Editora, 1981.

¹⁹ LÊNIN, V.I. *O Estado e a Revolução*. São Paulo. Editora Mucitec, 1978, pág.107.

1. Arrancar o capital das mãos da burguesia;
2. Centralizar os instrumentos de produção nas mãos do Estado;
3. Desenvolver as forças produtivas;
4. Não suprime imediatamente toda a luta de classes, a qual permanece sob novas formas:

proletariado vitorioso versus burguesia vencida.

“O proletariado utilizará seu domínio político para arrancar pouco a pouco todo o capital à burguesia, para centralizar todos os instrumentos de produção nas mãos do Estado, ou seja, do proletariado organizado como classe dominante, e para aumentar mais o rapidamente possível a massa das forças produtivas.

Isso naturalmente só poderá ser realizado, no princípio, por uma intervenção despótica no direito de propriedade e nas relações burguesas de produção, isto é, por medidas que parecem economicamente insuficientes e insustentáveis mas que, no curso do movimento, ultrapassam a si mesmas e são inevitáveis como meio de revolucionar todo o modo de produção.

*Tais medidas, é claro, serão diferentes nos diferentes países”.*²⁰

Embora Marx não tenha definido claramente e de forma precisa o conceito de Ditadura do Proletariado, vemos na citação acima, no *Manifesto*, que os principais objetivos deste período foram explicitados por ele²¹. A Ditadura do Proletariado é a dominação da classe proletária sobre a burguesia capitalista, como um novo tipo de Estado em que há o domínio dos antigos explorados sobre os que outrora os exploravam - o chamado pelos marxistas mais fanáticos de “Reino dos Trabalhadores”. Cria-se uma nova legalidade, correspondente aos interesses da nação, e ampliam-se, de acordo com a teoria socialista, as liberdades democráticas dos trabalhadores. A ditadura do

²⁰ MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. *O Manifesto do Partido Comunista*. Petrópolis. Editora Vozes, 1993, pág.86.

²¹ Marx também sugeriu no *Manifesto* quais as medidas que poderiam ser tomadas pelos países desenvolvidos para se alcançar os objetivos pretendidos pela revolução proletária de caráter socialista. Entre as medidas sugeridas, estão a abolição do direito de herança; aplicação de um imposto fortemente progressivo sobre os capitalistas; centralização dos transportes nas mãos do Estado; trabalho obrigatório e igual para todos; educação pública e gratuita de todas as crianças e combinação da educação com a produção material, entre outras medidas. MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. *Manifesto do Partido Comunista*. Petrópolis. Editora Vozes, 1993, pág.87.

proletariado não é um instrumento de dominação somente, é um instrumento de aliança do proletariado, do trabalhador do campo e da classe média; seria a expressão da democracia para os trabalhadores. O fortalecimento da Ditadura do Proletariado se dá através do enfraquecimento dos traços “clássicos” do Estado, onde este aparece como centro dirigente do trabalho criador das massas tanto no domínio econômico quanto no cultural. É importante ressaltar que este é o novo papel do Estado, que agora se coloca na perspectiva da classe trabalhadora. Ao invés de atuar no sentido de estimular a reprodução ampliada do capital (reprodução do lucro) dentro da lógica capitalista, no socialismo o Estado passa a ser, segundo a teoria marxista, o provedor da melhoria das condições de vida da classe trabalhadora, tanto a nível do trabalho, como também no aspecto cultural. O desenvolvimento da individualidade humana não é mais um fenômeno restrito a alguns segmentos privilegiados da sociedade, como ocorre no capitalismo, mas ele passa a ser acessível a todos os indivíduos, através da ação do Estado, que dá a todos a oportunidade de se desenvolverem enquanto indivíduos, enquanto intelectualidade. Em outras palavras, o desenvolvimento da individualidade humana torna-se um fenômeno de massa.

Destacamos aqui que a principal tarefa deste período político transitório não é a violência, nem as atividades destrutivas e repressivas. Sua primeira preocupação é com organização e disciplina do operariado como um grupo dirigente na construção de um novo modo de produção e de uma nova estrutura social.

BSFEAC

4.3. AS DUAS FASES DA SOCIEDADE COMUNISTA

Na análise dos teóricos marxistas nos deparamos com uma certa confusão na definição das categorias teóricas socialismo e comunismo, e em qual desses momentos históricos teria lugar a ditadura do proletariado. Embora para alguns marxistas essa diferenciação não tenha maior importância²², Marx (e também Lênin, baseando-se nele)²³, fizeram uma divisão que consideráramos de suma importância para entendermos como se construiria a sociedade comunista. Antes de mais nada é preciso ter em mente que nem Marx e muito menos Engels definiram de forma detalhada como seria a sociedade socialista, chegando apenas a deixar muito claro que seria, antes de mais nada, uma negação do capitalismo. Era impossível definir quais formas seriam assumidas pela sociedade, já que essa definição só seria possível depois da eclosão da primeira revolução proletária e do desdobramento do processo histórico no qual a sociedade seria transformada pelo proletariado, o qual também acabaria por transformar a si mesmo.

Socialismo e Comunismo são conceitos que tendem, então, a se confundir. Na *Crítica ao Programa de Gotha*²⁴, Marx define que esses dois conceitos nada mais são que dois períodos de um mesmo modo de produção: o modo de produção comunista.

No socialismo a produção social ainda não alcançou um amadurecimento tal em que seja possível aplicar o princípio básico do comunismo elaborado por Marx, no qual enuncia : *De cada um segundo a sua capacidade, a cada um segundo as suas necessidades*, porque para isso se faz necessário um tal desenvolvimento das forças produtivas, que realmente permita que as necessidades básicas de todos os homens sejam satisfeitas. Durante esta fase cada um permanece recebendo de

²² No *Dicionário do Pensamento Marxista*, percebemos que ele admite ser coerente usar os termos socialismo e comunismo indiscriminadamente, dependendo da ênfase que se deseja dar aos objetivos revolucionários. Ver Socialismo em BOTTOMORE, Tom. *Dicionário do Pensamento Marxista*. Rio de Janeiro. Jorge Zahar Editor, 1988, pág.339.

²³ MARX, Karl. *Crítica ao Programa de Gotha*. In *Obras Escolhidas*. São Paulo. Editora Alfa ômega, 1980, volume dois; e LÊNIN, V.I. *O Estado e a Revolução*. São Paulo. Editora Mucitec, 1978.

acordo com a sua contribuição para a sociedade como um todo, e o princípio que rege a sociedade socialista é : *De cada um segundo a sua capacidade, a cada um segundo o seu trabalho*. Isso acontece não só porque o nível de produção ainda é insuficiente²⁵, mas também porque ainda não foi alcançado um nível de consciência social onde o trabalho assume um papel de necessidade vital e prioritária, onde os homens trabalhem por sua livre e espontânea vontade, de acordo com o que são capazes. O trabalho surge como elemento de libertação, criação e subsistência, e para que isso ocorra é preciso uma modificação absoluta das estruturas. Em outras palavras, a teoria socialista deseja a implementação do trabalho como prazer e realização.

*“Não há outro remédio senão destruir desde os alicerces até ao topo todo o antigo regime de produção, fazendo principalmente, com que desapareça a velha divisão do trabalho. O seu lugar deve ser ocupado por uma organização da produção na qual, por um lado, nenhum individuo possa livrar-se da sua parte no trabalho produtivo, que é condição natural da existência humana, atirando-a para cima de outros, e na qual, por outro lado, o trabalho produtivo deixe de ser um meio de escravização do homem, para converter-se em meio de emancipação que ofereça a todo o individuo a possibilidade de desenvolver e de exercitar em todos os sentidos todas as suas capacidades, tanto físicas como espirituais, transformando-as de fardo em prazer”.*²⁶

Um dos principais elementos do socialismo é a obrigatoriedade do trabalho, onde todas as pessoas aptas ao trabalho têm igualmente esse dever, e possuem igual direito de serem pagas de acordo com a sua produtividade, isto é, seu rendimento no trabalho. Tornar a atividade produtiva uma obrigação surge para evitar que surja os modelos de sociedades anteriores ao socialismo, nas quais sempre havia uma divisão social onde uma minoria exploradora levava uma vida recheada de privilégios e a custa de quase nenhum esforço, enquanto uma imensa maioria vivia de forma

²⁴ *Op.cit.*

²⁵ MINAYEV, L. *Origens e Princípios do Socialismo Científico*. São Paulo. Editora Argumentos, 1967, pág.83.

sacrificada, trabalhando apenas em troca de sua sobrevivência, a fim de sustentar tais privilégios das classes dominantes. Foi assim na sociedade escravista, no feudalismo, e também no capitalismo.

“Congruentemente com isto, nela o produtor individual obtém da sociedade - depois de feitas as devidas deduções - precisamente aquilo que deu. O que o produtor deu à sociedade constitui sua cota individual de trabalho. Assim, por exemplo, a jornada social de trabalho compõe-se da soma das horas dos trabalhos individuais; o tempo individual do trabalho de cada produtor em separado e à parte da jornada social de trabalho com que ele contribui, é sua participação nela (...). A mesma quantidade de trabalho que deu à sociedade sob uma forma, recebe-a desta outra forma diferente”.²⁷

Fica fácil de perceber que as desigualdades não desaparecem no socialismo com a supressão da propriedade privada e a socialização dos meios de produção; elas permanecem na medida em que cada trabalhador recebe de acordo com o que produz, sendo que os indivíduos são diferentes, possuem capacidades produtivas diversas, e os mais produtivos, e os mais inteligentes, os mais especializados e com famílias maiores receberão mais do que aqueles com produtividade do trabalho menor. As diferenças físicas e intelectuais geram diferenças na quantidade e qualidade de trabalho. Aplica-se um só padrão a pessoas diferentes, as quais obtém rendimentos distintos. Mas pode-se perguntar porque, então, não remunerar todos os indivíduos de maneira igual. Como já falamos, de acordo com a teoria marxista, nessa fase da sociedade socialista faz-se necessário elevar sobremaneira a produção, ainda insuficiente para suprir todas as necessidades do povo, dado que crescem continuamente, e como ainda não existe um nível superior de consciência social, pois os indivíduos ainda mantêm resquícios da ideologia burguesa liberal, faz-se necessário também oferecer benefícios aos trabalhadores como forma de elevar a eficiência e produtividade, o que encoraja os

²⁶ ENGELS, Fridrich. Anti-Dühring. In MARX, ENGELS & LÊNIN. *A Sociedade Comunista*. São Paulo. Editorial Estampa, 1975, pág.55.



trabalhadores a aprimorar sua capacidade de trabalho. Desaparecem as desigualdades de classe, mas permanecem as diferenças de rendimentos dos indivíduos. Embora isso represente um avanço substancial em relação à sociedade capitalista, Marx nos chama a atenção para o fato de que permanece o princípio que regula a sociedade produtora de mercadorias, onde se permutam quantidades iguais de trabalho, diferentes apenas na forma. Esse conceito de direito igual na verdade continua trazendo juntamente com ele os princípios do direito burguês²⁸, o direito da desigualdade.

“Este direito igual é um direito desigual para o trabalho desigual. Não reconhece nenhuma distinção de classe, porque aqui cada indivíduo não é mais do que um operário como os demais; mas reconhece, tacitamente, como outros tantos privilégios naturais, as desiguais aptidões dos indivíduos, e, por conseguinte, a desigual capacidade de rendimento. No fundo é, portanto, como todo direito, o direito da desigualdade. O direito só pode consistir, por natureza, na aplicação de uma medida igual; mas os indivíduos desiguais (e não seriam indivíduos diferentes se não fossem desiguais) só podem ser medidos por uma mesma medida sempre, e quando sejam considerados sob um ponto de vista igual, sempre e quando sejam olhados sob um aspecto determinado (...)

*(...) Estes defeitos, porém, são inevitáveis na primeira fase da sociedade comunista, tal como brota da sociedade capitalista, depois de um longo e doloroso parto. O direito não pode ser nunca superior à estrutura econômica nem ao desenvolvimento cultural da sociedade por ela condicionado”.*²⁹

Portanto, só haverá a superação dessa desigualdades quando as forças produtivas alcançarem um nível de desenvolvimento tal onde a produção será suficiente para suprir os anseios naturais do indivíduos, e quando os indivíduos encontrarem no trabalho um meio realmente eficaz de

²⁷ MARX, Karl. Crítica ao Programa de Gotha. In MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. *Obras Escolhidas*. São Paulo. Editora Alfa-Ômega, 1980, Volume Dois, pág.213.

²⁸ “Assim, na primeira fase da sociedade comunista, corretamente chamada socialismo, o “direito burguês” é apenas parcialmente abolido, na medida em que a revolução econômica foi realizada, isto é, apenas no que respeita aos meios de produção. O “direito burguês” atribui aos indivíduos a propriedade privada daqueles. O socialismo faz deles propriedade comum. É somente nisso que o direito burguês é abolido (...) Mas ele subsiste em sua outra função: como regulador da repartição dos produtos e do trabalho entre os membros da sociedade”. LÊNIN, V.I. *O Estado e a Revolução*. São Paulo. Editora Mucitec, 1978, pág.116.

²⁹ MARX, Karl. Crítica ao Programa de Gotha. In MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. *Obras Escolhidas*. São Paulo. Editora Alfa -Ômega, 1980, Volume Dois, pág.214.

se realizarem, como instrumento de criação e sobrevivência de todos, o que só ocorre no comunismo. Também não podemos nos esquecer de que a sociedade desta primeira fase de construção do comunismo traz consigo toda a bagagem superestrutural do capitalismo, e para transformar uma sociedade capitalista em socialista, e transformar toda a ideologia, a cultura, a política, enfim, a consciência das pessoas, é preciso ao mesmo tempo o amadurecimento das forças produtivas socialistas, e uma mudança na superestrutura, e conseqüentemente, no direito. Edificar a sociedade comunista é antes de mais nada criar a sua base material e técnica, conseguir um elevado grau de desenvolvimento qualitativo e quantitativo da produção que permita a aplicação dos princípios do comunismo.

As diferenças ainda permanecem porque ainda subsiste a distinção entre trabalho manual e trabalho intelectual, pois enquanto um pequeno grupo de pessoas tiveram acesso à qualificação e à educação, podem dedicar-se ao trabalho intelectual ou a um tipo de atividade mais complexa, enquanto que a maioria que não obteve esse acesso permanece nas atividades que exigem menor grau de especialização, as quais não correspondem necessariamente ao local de trabalho mais adequado para elas em termos de satisfação e mesmo de produtividade.

Apesar de persistirem diferenças sócio-econômicas na sociedade socialista, extingue-se a exploração de uma classe por outra, e todos se tornam iguais na sua relação com os meios de produção. Ainda permanecem distinções como de nível cultural, entre o campo e a cidade, e, como já mencionamos, entre o trabalho físico e o intelectual, as quais só serão eliminadas no transcorrer da passagem ao comunismo. A conseqüência da extinção das diferenças entre cidade e campo, e entre trabalho manual e intelectual, que se dá apenas no comunismo, será a supressão total das classes sociais e a instauração da igualdade e da fraternidade de todos os trabalhadores livres e conscientes.

O comunismo é, portanto, o período que se segue ao socialismo, sendo chamado de a “fase superior” do modo de produção comunista, e surge a partir do desenvolvimento das forças produtivas socialistas e a total supressão das características e estigmas da sociedade capitalista. Aqui o Estado desaparecerá, o trabalho assumirá uma nova conotação, e sua lei fundamental será : “*De cada um segundo sua capacidade, a cada um segundo as suas necessidades*”. Vale salientar que, como socialismo e comunismo constituem duas fases do desenvolvimento de uma mesma formação social, a transição do primeiro no segundo não é consequência de uma revolução política, mas do desenvolvimento gradual e metódico da produção socialista, o qual consolida essa estrutura de sociedade e possibilita a coerente aplicação de seus princípios, e a introdução de novas práticas comunistas sugeridas pela realidade.

Todas as classes e grupos sociais se veriam unidos em torno dos interesses, concepções e lutas para a solidificação de uma sociedade mais justa e igualitária, até que se atinja um grau de desenvolvimento tal em que o Estado não se faz mais necessário como instrumento de coerção. O Estado, então, desaparece, pois desaparecem a propriedade privada e as classes sociais, e assim, ele perde as suas funções de manutenção desta propriedade privada dos meios de produção e de manutenção da estrutura de classes. À medida que o modo de produção socialista se desenvolve, e caminha para o comunismo, há um definhamento gradativo do Estado, que acaba por desaparecer. O Estado é suprimido enquanto poder centralizado e instrumento de dominação e coerção. A bem verdade, o Estado socialista não é derrubado, ele desaparece por falta de função - para a teoria marxista. Surge, assim, a sociedade comunista, onde temos a verdadeira apropriação da natureza através do homem e para o homem.

“Quando o Estado se transformar, finalmente, em representante efetivo de toda a sociedade, será por si mesmo supérfluo. Quando já não existir nenhuma classe social que seja preciso manter na opressão; quando desaparecerem, juntamente com o domínio de classe, juntamente com a luta pela existência individual, gerada pela atual anarquia da produção, os choques e os excessos resultantes desta luta, não haverá já nada que reprimir nem fará falta, portanto, essa força especial de repressão, o Estado. O primeiro ato em que o Estado se manifesta efetivamente como representante de toda a sociedade: a tomada de posse dos meios de produção em nome da sociedade, é, ao mesmo tempo, o seu último ato independente como Estado. A intervenção da autoridade do Estado nas relações sociais tornar-se-á progressivamente supérflua, nos vários campos da vida social, e desaparecerá por si própria. O governo das pessoas é substituído pela administração das coisas e pela direção dos processos de produção. O Estado não será “abolido”; extingue-se”.³⁰

Toda teoria econômica é elaborada em cima de uma concepção da natureza humana, e em cima de uma concepção das ações que resultam desta natureza. A teoria econômica clássica e neoclássica é permeada pela existência de um homem individualista, egoísta, que em qualquer situação vai buscar primeiro seu próprio benefício, e, fazendo isto, acaba beneficiando indiretamente toda a sociedade. O elemento que socializa a economia, na teoria liberal, é o mercado, que possui os mecanismos auto-reguladores gerados pela concorrência, entre os indivíduos e entre as empresas (a “mão invisível” de Adam Smith). Assim, sendo o homem individualista, ele só trabalhará em benefício próprio, e o seu trabalho só se desenvolverá, gerando assim o desenvolvimento da sociedade como um todo, na medida em que ele é recompensado individualmente por isso, com melhores salários, bonificações, cargos elevados nas empresas, etc. Quanto maior a competitividade e o conflito entre os homens, mais a economia se desenvolve, pois os indivíduos passam a lutar para conseguir uma remuneração melhor, que é dada a partir da produtividade de cada um. Segundo a teoria liberal, a economia só se desenvolve a partir dessa dinâmica individualista, geradora última do “progresso”. E a grande crítica feita pelos liberais à teoria socialista é justamente o princípio de cada um receber de

³⁰ ENGELS, Friedrich. O Anti-Dühring. In MARX, ENGELS & LÊNIN. *A Sociedade Comunista*. São Paulo. Editorial

acordo com as suas necessidades, gerando assim uma homogeneização econômica, onde a remuneração dos indivíduos passa a não depender mais de sua produtividade, mas de suas necessidades. Segundo os liberais, portanto, não havendo o estímulo individual, os homens se acomodariam e não desenvolveriam o seu trabalho, e conseqüentemente, toda a sociedade ficaria num estágio de atraso econômico e social. Numa sociedade igualitária, portanto, não há progresso. Para a teoria econômica clássica e neoclássica, o homem é essencialmente mau.

Na teoria socialista, a revolução proletária é feita na busca de construir a felicidade e dignidade de todo ser humano. O ideal do socialismo é que os indivíduos vão ser motivados para trabalhar para a coletividade. O progresso e desenvolvimento econômico são feitos no sentido de beneficiar não a poucos indivíduos, mas de elevar o padrão de vida de toda a sociedade. A perspectiva socialista é que: se o indivíduo vive numa sociedade rica, ele é rico; quanto melhor a sociedade construída pelo indivíduo, melhor a sua vida. Quanto ao tão falado “progresso”, questionamos para quem se faz este progresso na sociedade capitalista. Quem se beneficia das inovações e do desenvolvimento econômico? Com certeza, apenas um número ínfimo de indivíduos, em detrimento de uma massa de trabalhadores desprovidos do básico necessário à uma existência digna enquanto seres humanos. No socialismo procura-se construir uma sociedade onde o trabalho seja instrumento de dignificação do homem, e não de exploração, onde o trabalho se torna instrumento de realização do indivíduo, o que fará com que ele mesmo se preocupe em cada vez mais incrementar este trabalho. Além disto, no socialismo, o indivíduo é parte de um todo social, e seu trabalho visa o bem-estar de toda a coletividade. Isto se contrapõe radicalmente à economia liberal, onde o homem não se realiza no seu trabalho, e além disso vê parte de seu trabalho sendo apropriado

pela classe dominante, que de modo algum está preocupada em melhorar as condições de vida de mais alguém a não ser dela própria. Numa sociedade planificada, primeiro se vê a perspectiva da sociedade, e por isto o desenvolvimento econômico seria muito maior. A abordagem socialista, portanto, é organicista, e existe uma influência da coletividade sobre o indivíduo; além disso, para o socialismo, o homem é de natureza essencialmente boa.

Esses questionamentos nos remontam às discussões sobre a verdadeira natureza do homem. Para Thomas Hobbes³¹, filósofo do século XVII, os homens têm uma tendência natural de se jogarem uns contra os outros na busca de poder, riquezas, propriedades, observando-se isso até quando eles viviam no estágio mais primitivo da humanidade. Para evitar que os homens se destruíssem, diz Hobbes, fazia-se necessário um contrato que constituísse um Estado que controle esse impulso egoísta e destrutivo dos homens em relação de uns com os outros. Quando nos detemos sobre a obra de Jean-Jacques Rousseau, que viveu no Séc. XVIII, temos uma concepção oposta à de Hobbes. Para ele, a natureza do homem é virtude, liberdade, igualdade e felicidade, e o que corrompe o indivíduo é a sociedade e a civilização. Os *“homens nascem livres e iguais, mas em todo lugar são acorrentados”*³², e Hobbes não teria descrito a natureza do homem, mas apenas o homem de sua época. O ser humano seria, então, essencialmente bom. Para o cristianismo, o homem é criado à imagem e semelhança de Deus, mas ao ser tentado no paraíso a ser igual ao Criador, perde sua inocência e o seu pecado original o mancha para sempre, presenteando-lhe com a tendência para o mal. O liberalismo, como vimos, ratifica a noção de Hobbes de que a natureza do homem é essencialmente má; ao contrário do socialismo, como já mencionamos acima, que enxerga a natureza do homem como essencialmente boa. Entretanto, o que percebemos é que a natureza do homem não

³¹ Ver GRUPPI, Luciano. *Tudo Começou com Maquiavel*. Porto Alegre. L & PM Editores, 1980.

é tão maniqueísta, onde só existe o lugar para o bom ou para o mal. Cada indivíduo engendra dentro de si uma complexidade tão grande, e suas atitudes e escolhas são boas ou más dependendo da situação analisada. O homem carrega dentro de si tanto de egoísmo como o que leva de generosidade, tudo vai depender de que indivíduo estamos falando, levando em conta seu habitat, sua formação, sua relação com os outros, etc. Como esperar, então, que o surgimento de um novo modo de produção necessariamente conduza o homem a priorizar o interesse coletivo em detrimento do seu próprio? A depender da circunstância, a sua face egoísta pode prevalecer sobre o seu desejo de construir uma nova sociedade, e se o Estado não subsiste como elemento de coerção, como evitar que a nova sociedade não entre em colapso? Tais questões muitas vezes são esquecidas nas discussões sobre a teoria marxista, e talvez os grandes erros cometidos pelos que conduziram o “socialismo real” foi o de não perceber que não se pode prever o comportamento dos homens como essencialmente altruísta só porque ele está em busca de um mundo melhor.

Um outro ponto que gostaríamos de levantar é a existência de um hiato entre o que é proclamado na teoria marxista acerca do socialismo ideal, e qual a estratégia que seria utilizada para se alcançar a construção desta sociedade, de valores e ideologia completamente opostos à ideologia capitalista, que precisou de mais de quinhentos anos para se firmar enquanto ideologia de um modo de produção dominante. O que observamos é que este é provavelmente o maior dilema socialista, e notamos uma falta de estudos que tentem responder à pergunta: como construir uma sociedade igualitária e solidária a partir de uma sociedade que prega o individualismo, e defende a propriedade privada como algo inerente ao homem?

³² GRUPPI, Luciano. *Tudo Começou com Maquiavel*. Porto Alegre. L & PM Editores, 1980, pág.18.

CAPÍTULO 05 - SOCIALISMO REAL?

“Como entender a derrocada dos países socialistas? Embora chegasse de surpresa, ela deu lugar a mais certezas do que dúvidas, e pareceu de fácil compreensão. Segundo a voz geral trata-se: a) da vitória do capitalismo, e b) da refutação do prognóstico histórico de Marx; ou ainda, da derrota do estatismo pelas sociedades de mercado.”¹

5.1. INTRODUÇÃO



Diante do exposto nos capítulos anteriores nos colocamos diante da questão central de nosso trabalho, qual seja, como caracterizar a sociedade soviética à luz dos pressupostos teóricos de Marx e Engels.

No capítulo três concluímos que a Rússia de 1917 estava longe de apresentar as condições históricas necessárias, segundo a teoria marxista clássica, à eclosão de uma revolução de caráter socialista. Como então caracterizar uma sociedade que durante mais de setenta anos se autodenominou socialista? Sabemos que tão logo o regime soviético caiu, o mundo apressou-se por declarar o “fim da história”, hora afirmando que a derrocada da URSS significava a vitória do capitalismo; hora declarando a derrota das sociedades comandadas pelo Estado pelas sociedades reguladas pelo mercado; ou então desacreditando totalmente a teoria e os prognósticos históricos de Marx. Entretanto, não se deu muita importância aos vários estudos que surgiram depois deste fato, os quais procuraram esmiuçar a estrutura da sociedade soviética, e, a partir da análise desta estrutura chegaram a conclusões diferentes daquelas que proclamavam a vitória incondicional do

¹ SCHWARTZ, Roberto. In KURZ, Robert. *O Colapso da Modernização*. Rio de Janeiro. Editora Paz e Terra, 1993, pág. 09.

capitalismo. Estes estudos tinham como referencial a teoria marxista, seus pressupostos e suas categorias.

Muitas são as teses que surgiram após a Segunda Guerra Mundial para tentar definir a base sobre a qual se formou a União Soviética, mas nos deteremos em algumas das hipóteses defendidas por Robert Kurz², por entendermos que sua base de argumentação é mais consistente ao manter uma fidelidade às categorias marxistas. Procuramos, portanto, acompanhar a seqüência de argumentos apresentada por ele em seu livro, o qual se tornou uma fonte básica na elaboração deste capítulo.

5.2. A TESE DE KURZ

No início de seu livro, Kurz observa que o colapso do socialismo real gerou uma série de comentários que declaravam o fim de uma era, onde o grande vencedor seria o regime econômico capitalista, com seus princípios de propriedade individual e de uma economia de mercado baseada na concorrência. O marxismo caiu em descrédito, e com ele seus ideólogos, suas categorias, enfim, tudo o que de uma maneira ou de outra lembrasse o terrível regime das economias do Leste Europeu.

Entretanto, Kurz chama a atenção para o fato de que a aparente vitória do mundo ocidental, e de seu regime de livre mercado é declarada tomando como referencial a luta que se travava entre os sistemas do ocidente e do oriente, a chamada Guerra Fria, e não tomando como ponto de partida a teoria marxista sobre a qual teriam se erguido os sistemas do chamado socialismo real. Faltou, portanto, uma análise crítica que se utilizasse das categorias marxistas

² KURZ, Robert. *O Colapso da Modernização*. Rio de Janeiro. Editora Paz e Terra, 1993.

para, a partir destas categorias, que foram as que fundamentaram as estruturas das experiências do socialismo real, diagnosticar o “fim da história”.

Ora, para Kurz, nem mesmo os declarados vencedores tinham noção do que se passava nos regimes do Leste, e foram surpreendidos com o seu colapso tanto quanto os próprios representantes das sociedades do socialismo real. É como se ambos os sistemas tivessem sido vencidos por processos sociais que surgem como aparentes fenômenos naturais.

A hipótese de Kurz é que ambos os sistemas em conflito - capitalista e socialista - tinham traços fundamentais em comum, e que a crise do socialismo real seria, na verdade, a manifestação do início de uma crise mundial, a qual ameaçava também os países ocidentais capitalistas, pretensamente vencedores. Não se trataria, portanto, de uma vitória da economia de mercado sobre a sociedade controlada pelo Estado, pois Mercado e Estado seguem uma lógica básica social, que se identifica como sociedade de trabalho. O colapso histórico ocorrido dentro do contexto mundial poderia ser visto como uma crise desta sociedade de trabalho. Nosso objetivo é analisar ao longo deste capítulo esta tese de Robert Kurz.

5.2.1. O TRABALHO ABSTRATO E A SOCIEDADE PRODUTORA DE MERCADORIAS

Segundo Kurz, a propagação da crise da sociedade do trabalho parece ter-se originado do “pressentimento dessa metacrise”³, que envolveria tanto o mundo socialista quanto o capitalista. A questão inicial de Kurz é caracterizar a categoria trabalho, que estaria inserida na referida crise. Para ele, tanto o marxismo do movimento operário, quanto a ideologia burguesa,

³ KURZ, Robert. *O Colapso da Modernização*. Rio de Janeiro. Editora Paz e Terra, 1993, pág.21.

ao se referirem a sociedade do trabalho, não se reportam a referida categoria como instância supra-histórica, vinculada a todos os modos de produção.



*“Pois o trabalho como tal, considerado dessa forma seca e abstrata, não é nada supra-histórico. Em sua forma especificamente histórica o trabalho nada mais é do que a exploração econômica abstrata, em empresas, da força de trabalho humana e das matérias-primas. Nesse sentido, só faz parte da modernidade, e como tal foi aceito como pressuposto não questionado por ambos os sistemas conflitantes do pós-guerra, sem distinção. Mas o trabalho, nessa estranha forma abstrata, pode ser definido também como atividade que, de maneira igualmente estranha, traz sua finalidade em si mesma. É precisamente esse caráter, de finalidade inerente, que igualmente caracteriza o sistema burguês do Ocidente e o movimento operário moderno: revela-se no ‘ponto de vista do trabalhador’ e no ethos de trabalho abstrato aquela idolatria fetichista do maior e mais intenso dispêndio possível de força de trabalho, além das necessidades concretas subjetivamente perceptíveis”.*⁴

Trata-se de uma sociedade constituída sobre o trabalho abstrato⁵, e quando trabalho assume esta forma abstrata, ele não é essencial ao homem, mas é sim uma forma historicamente definida, própria da modernidade, que se traduz na exploração econômica abstrata da força de trabalho humana e da natureza, dentro das empresas. Quando assume a forma abstrata, o trabalho revela-se um fim em si mesmo. É justamente nesse caráter abstrato, que assume o trabalho na modernidade, que se revela a semelhança entre a ideologia burguesa do Ocidente e o movimento operário moderno.

Em outras palavras, o homem não vive mais em função de sua sobrevivência e bem-estar, mas tudo passa a girar em torno de mais e melhor trabalho. Apesar de constituir um dos pilares da economia capitalista, Kurz ressalta que em nenhum outro lugar se utilizou tanto desta característica ideológica e histórica do capitalismo quanto nas sociedades do socialismo real.

⁴ KURZ, Robert. *O Colapso da Modernização*. Rio de Janeiro. Editora Paz e Terra, 1993, pág.22.

⁵ “Todo trabalho é, de um lado, dispêndio de força humana de trabalho, no sentido fisiológico, e, nessa qualidade de trabalho humano igual ou abstrato, cria o valor das mercadorias. Todo trabalho, por outro lado, é dispêndio de força humana de trabalho, sob forma especial, para um determinado fim, e, nessa qualidade de trabalho útil e concreto, produz valores-de-uso.” MARX, Karl. *O Capital*. Rio de Janeiro. Editora Bertrand Brasil, 1989. Livro I, Volume I, pág.54.

Como vimos no capítulo anterior, a teoria marxista realmente sobrevaloriza o trabalho, mas o objetivo final do trabalho, no socialismo das idéias, é o aumento do bem-estar do homem e a satisfação de suas necessidades pessoais, enquanto o que se observa no socialismo real é a manutenção do princípio capitalista de dispêndio abstrato de força de trabalho, o qual só ocorre quando o trabalho passa a ser um fim em si mesmo. Há, no socialismo do movimento operário, uma verdadeira divinização do trabalho, que fez deste sistema o executor histórico deste princípio capitalista.

É somente quando a sociedade se torna uma máquina destinada ao dispêndio de força de trabalho, e que o trabalho se transforma numa finalidade em si mesma, é que se pode reconhecer o trabalho da modernidade como um fenômeno especificamente histórico, e não essência supra-histórica do homem. É a esta categoria trabalho abstrato, fenômeno comum nas economias socialista e capitalista, que está no cerne da crise da sociedade de trabalho.

Nas formações sociais anteriores da história, o trabalho aparece em sua forma concreta, como produtor de valores de uso⁶, e embora ocupasse uma parcela significativa da vida da maioria das pessoas, isso se devia ao baixo grau de desenvolvimento das forças produtivas, que obrigava os indivíduos a ocupar-se completamente do trabalho para satisfazer suas necessidades pessoais básicas, não havendo, portanto, nenhum dispêndio abstrato de força de trabalho.

Com o desenvolvimento das forças produtivas e o advento do modo de produção capitalista, essa lógica de trabalho que busca a satisfação das necessidades básicas do indivíduo é

⁶ “A utilidade de uma coisa faz dela um valor-de-uso. Mas, essa utilidade não é algo aéreo. Determinada pelas propriedades materialmente inerentes à mercadoria, só existe através delas. A própria mercadoria, como ferro, trigo, diamante, etc., é, por isso, um valor-de-uso, um bem. Esse caráter da mercadoria não depende da quantidade de trabalho empregado para obter suas qualidades úteis. Ao se considerarem valores-de-uso, sempre se pressupõe quantidades definidas, (...). Os valores-de-uso constituem o conteúdo material da riqueza, qualquer que seja a forma social dela. Na forma da sociedade que vamos estudar, os valores-de-uso são, ao mesmo tempo,

invertida, e o próprio capital passa a criar no homem necessidades, as quais se apresentam a ele como uma ‘segunda natureza’, nos termos utilizados por Kurz, embora tenham uma origem puramente social. Além disso, observa-se que nas sociedades anteriores ao capitalismo, apesar de se produzirem mercadorias, estas se destinavam à troca de produtos concretos, a fim de satisfazer necessidades concretas; em outras palavras, buscava-se a troca de valores de uso. Com o sistema produtor de mercadorias moderno, a produção não objetiva a criação de valores de uso para a satisfação das necessidades do indivíduo. Seu principal objetivo é a transformação de uma certa quantidade de trabalho abstrato, em uma outra quantidade maior de trabalho abstrato, que se traduz numa auto-reprodução do dinheiro, como equivalente geral de todas as mercadorias⁷, e a sua acumulação, que aqui assume a forma de capital. Em outras palavras, é a busca desenfreada do lucro o cerne da produção capitalista moderna, que se faz possível através da maior exploração do trabalho humano, além do necessário à sua subsistência e reprodução, e a apropriação do excedente deste trabalho, a mais-valia, pelos capitalistas. Como observa Kurz, é justamente assim que o trabalho se transforma num fim em si mesmo. Nas palavras do autor:

“Os recursos humanos e materiais (força de trabalho, instrumentos, máquinas, matérias-primas e materiais) deixam de ser simples componentes do “metabolismo entre os homens e a natureza”, que serve para a satisfação das necessidades. Passaram a servir apenas para a auto-reflexão tautológica do dinheiro como “mais dinheiro”. Necessidades sensíveis somente podem ser satisfeitas, portanto, pela produção não sensível de mais-valia, que se impõe cegamente como produção abstrata, em empreendimentos industriais, de lucro. A troca do mercado deixa de servir para a mediação social de bens de uso, servindo, ao contrário, para a realização do lucro, isto é, para a transformação de trabalho morto em dinheiro, e a

os veículos materiais do valor-de-troca”. MARX, Karl. *O Capital*. Rio de Janeiro. Editora Bertrand Brasil, 1989. Livro I, Volume I, pág. 42.

⁷ *“A forma equivalente geral é, em suma, forma de valor. Pode, portanto, ocorrer a qualquer mercadoria. Por outro lado, uma mercadoria só assume forma equivalente geral, por estar e enquanto estiver destacada como equivalente por todas as outras mercadorias. E só a partir do momento em que esse destaque se limita, terminantemente, a uma determinada mercadoria, adquire a forma unitária do valor relativo do mundo das mercadorias, consistência objetiva e validade social universal.*

Então, mercadoria determinada, com cuja forma natural se identifica socialmente a forma equivalente, torna-se mercadoria-dinheiro, funciona como dinheiro. Desempenhar o papel de equivalente universal torna-se sua função social específica, seu monopólio social, no mundo das mercadorias”. MARX, Karl. *Op.cit.*, pág. 77-78.

*mediação dos bens de uso passou a constituir somente um fenômeno secundário deste processo essencial que se realiza na esfera monetária”.*⁸

As economias do socialismo real foram construídas, segundo Kurz, tomando por base essa lógica de ascensão do trabalho abstrato, não eliminando, portanto, as categorias capitalistas que dão movimento a essa atividade que traz em si sua própria finalidade, qual sejam, salário, preço e lucro. Na verdade, o socialismo real não representou, segundo Kurz, uma real ruptura com o sistema produtor de mercadorias burguês, mas revelou-se como uma fase de desenvolvimento histórico, dentro desta formação social capitalista, que procura alcançar os níveis de modernidade atingidos pelo ocidente desenvolvido.

5.2.2. O ESTADO SOCIALISTA COMO PROMOTOR DE ESTRUTURAS CAPITALISTAS

A forte presença do Estado dentro das economias do Leste europeu parece ser um dos elementos através dos quais se identificaria o caráter não capitalista do socialismo real, onde toda a estrutura econômica está submetida a decisões políticas anteriores. Entretanto, Kurz chama a atenção para o Estado do bem-estar social de Keynes, fundamentado numa estrutura capitalista, mas com forte comando estatal sobre a esfera econômica; e também para os primórdios da economia capitalista, quando o mercantilismo se desenvolveu dentro de uma estrutura política absolutista. Segundo o autor, isto se repete nas estruturas do socialismo real, onde o Estado aparece como o sujeito absoluto da sociedade e de sua economia, só que num nível mais elevado, tendo como objetivo primordial a busca de uma modernização recuperadora e desenvolvimentista nas estruturas de sua sociedade, que, como já vimos, era extremamente atrasada. A presença do

⁸ KURZ, Robert. *O Colapso da Modernização*. Rio de Janeiro. Editora Paz e Terra, 1993, pág.28.

Estado em economias capitalistas fez parte da história deste modo de produção. Foi decisiva no processo de acumulação primitiva de capital, e sempre volta a ocorrer nos momentos de crise. Para Kurz, a lógica do intervencionismo estatal do Leste Europeu é equivalente à do Estado interventor sob o modo de produção capitalista.



“Como na violenta época primitiva do mercantilismo, a pretensão extrínseca do Estado, por incapacidade de socialização intrínseca, repete-se nas formações do socialismo real, que assim revela-se como regime modernizador protocapitalista de sociedades burguesas atrasadas. Isso manifesta-se em vários fenômenos descobertos pela glasnost, os quais, do ponto de vista ocidental, representam antes fraquezas antediluvianas na potência de intervenção social do Estado”.⁹

Como observa Kurz, a Revolução de Outubro, que como observamos no capítulo três aconteceu numa fase clara de acumulação primitiva de capital, pode ser comparada com as revoluções burguesas ocorridas anteriormente, como a Revolução Francesa, onde o Estado aparece sempre como impulsionador dos surtos de modernização do sistema produtor de mercadorias. Entretanto, o socialismo real surgiu munido de uma ideologia que se dizia contrária aos objetivos de submissão da sociedade à lógica do trabalho abstrato, e, portanto, ocultou a verdadeira realidade econômica e social que podia se encontrar na Rússia pós-revolucionária. Além disso, é preciso ter em mente que o nível de desenvolvimento do sistema produtor de mercadorias do Ocidente era relativamente alto, se comparado ao atraso das forças produtivas russas, e qualquer impulso de modernização tinha que assumir um caráter de modernização recuperadora, onde o poder do Estado deveria ser muito mais rigoroso do que aquele dos primórdios capitalistas da chamada acumulação primitiva de capital clássica, já que iria travar uma luta desigual de concorrência com o Ocidente muito mais desenvolvido. Ora, mas no capítulo três, ao analisar a economia da Rússia anterior à Revolução de Outubro, identificamos que este

⁹ KURZ, Robert. *O Colapso da Modernização*. Rio de Janeiro. Editora Paz e Terra, 1993, pág. 31.

país vivenciava, já nesta época, um processo de acumulação primitiva de capital, e o Estado exercia um papel que equivalia ao papel histórico do Estado capitalista ocidental, quando da época clássica de acumulação primitiva de capital. E este papel de promotor da acumulação primitiva não se modificou após a tomada de poder pelos bolcheviques, como observa Kurz.

Kurz também compara o socialismo real com o idealismo burguês alemão, na pessoa de Fichte. O “Estado racional” de Fichte compreendia uma produção planejada, onde a propriedade é definida como direito ao trabalho, em que o Estado tem o monopólio do comércio exterior. No socialismo estatal soviético podemos encontrar todas essas características do ideal mercantilista: tanto o planejamento do mercado, cujo fracasso só denota a falibilidade da ideologia mercantilista alemã, e não da economia política de Marx; também o direito ao trabalho, que se traduz como dever de trabalhar sob direção estatal; e uma economia que só se relaciona com o exterior com a mediação do Estado. O mais interessante de observar é que justamente esses elementos acima descritos, os quais foram apregoados por Fichte como necessários para o desenvolvimento de uma economia mercantil, são postos em evidência como características fundamentais e decisivas para destacar o caráter não capitalista do socialismo real. Entretanto, no período que precede imediatamente o capitalismo, são tais elementos que marcam o nascimento histórico da economia burguesa e que a estruturam nos seus primeiros anos. Diz Kurz:

“O socialismo do movimento operário nem podia colocar em prática o programa da crítica da economia política de Marx, cujo tempo ainda não chegara (o próprio Marx iludia-se sistematicamente quanto a esse tempo). Em vez disso, o socialismo real repetiu e “realizou” as idéias mercantilistas tardias de Fichte. Fazendo isso, tinha necessariamente que concentrar sua atenção e seus interesses no Estado moderno, produto e máquina do sistema produtor de mercadorias, acreditando poder instrumentalizar essa última mediante uma simples inversão do sinal de “classe”, para a libertação da classe trabalhadora.”¹⁰

¹⁰ KURZ, Robert. *Op.cit.*, pág.45.

Ora, para desenvolver uma sociedade baseada na produção de mercadorias, a Rússia se utilizou de elementos de intervenções estatais do início da era moderna, que começou antes até da Revolução de Outubro, ainda com as políticas industrializantes implementadas no tzarismo. Vale ressaltar que toda a violência de que se fez valer o Estado soviético na sua formação explica-se no esforço de empreender um processo de desenvolvimento e modernização, o qual tinha a difícil missão de concentrar todas as etapas pelas quais tiveram que passar as nações do Ocidente desenvolvido, em mais de duzentos anos, num só passo, para alcançar o capitalismo em sua fase imperialista. Daí, mostra-nos Kurz, o alto nível de investimentos na área militar e de defesa.

Esse violento processo de busca da modernização burguesa, que trazia um invólucro ideológico muito forte o qual atribuía ao regime soviético a denominação de modo de produção socialista, na verdade se tratava de um reflexo de um processo violento de acumulação primitiva de capital, só que numa versão mais moderna, entretanto com qualidades semelhantes àquelas que caracterizaram esse processo na Inglaterra da industrialização. Como vimos, este processo se iniciou muito antes da Revolução de Outubro, ainda na gestão do governo tzarista. Kurz observa que só foi possível atribuir o rótulo de “socialista” à sociedade russa, porque o materialismo histórico e a crítica da economia política de Marx foram esquecidos. A luta de classes aparece como razão última da socialização, onde as condições objetivas necessárias à transformação de um modo de produção em outro foram esquecidos, além de inexistir uma crítica severa à sociedade produtora de mercadorias e a todos os seus elementos constituintes. Problemas que eram provenientes de uma tentativa de modernização burguesa recuperadora, foram taxados de problemas do “socialismo real”.

“O partido, ao fundir-se com a economia de guerra burocrático-estatista, em parte já existente, em parte por ele criada, podia justificar, como vigário da classe trabalhadora na Terra, praticamente todas as suas ações, até as mais absurdas,

*sangrentas e repressivas. O partido que “sempre tem razão” criou assim uma nova sociedade socialista de acordo com sua autoconcepção, que na verdade nada mais é que o recrutamento coativo recuperador de uma classe trabalhadora moderna, sob a direção do Estado”.*¹¹

É preciso ter em mente, destaca Kurz, que a União Soviética não podia dispor dos recursos de que se valeu a Europa ocidental desde o século XVI, obtidos através da expansão colonial, e que constituíram uma parte importante na histórica acumulação primitiva de capital. Além disso, o caráter recuperador dessa modernização reforçava uma necessidade inicial de recursos maiores do que na acumulação primitiva do Ocidente. Então, como obter tais recursos? Através de uma sistemática e rigorosa exploração da força de trabalho humana do próprio país, que seria transformada numa máquina produtora de mais-valia, ou seja, de riqueza abstrata. Nesse processo, o papel do Estado é fundamental, pois atua como sujeito desse processo de acumulação que se utiliza do povo soviético na obtenção de “lucros” abstratos na forma-dinheiro, que vão muito além de todas as necessidades essenciais concretas do indivíduo. Vale ressaltar também que, por se tratar de um processo de desenvolvimento de caráter recuperador, o regime adotado pelo Estado deveria ser bem mais rigoroso e centralizador do que até o próprio absolutismo, e mais militarizado que uma economia de guerra. Achamos importante transcrever uma citação de Stálin, que Kurz destaca em seu livro, na qual fica demonstrada a ingenuidade em que aquele líder descreve a lógica do sistema produtor de mercadorias, como se este se tratasse de um sistema econômico socialista.

“E na União Soviética foram encontrados esses recursos. Na União Soviética foram encontradas fontes da acumulação que não conhece nenhum Estado capitalista. O Estado soviético dispunha de todas as empresas e terras que a Revolução Socialista de Outubro tirou aos capitalistas e latifundiários, dos meios de transporte, do comércio, dos bancos não eram mais usados para o consumo por parte da classe parasitária dos capitalistas, mas sim para a ampliação da indústria. (...) De todas

¹¹ KURZ, Robert. *O Colapso da Modernização*. Rio de Janeiro. Editora Paz e Terra, 1993, pág.50.

*essas fontes de renda dispunha o Estado soviético. Podiam render centenas de milhões e até bilhões de rublos para a criação da indústria pesada”.*¹²

5.2.3. SOCIALISMO REAL: CONCORRÊNCIA E CIRCULAÇÃO

Como já vimos em ítems anteriores, quando se fala do colapso do socialismo real, em especial da realidade soviética, deixa-se de lado a crítica de Marx à economia capitalista, e à sua estrutura baseada na acumulação de trabalho abstrato. Por isso, freqüentemente se confunde a economia estatista de comando, que se baseia na produção de mercadorias, e o sistema socialista idealizado por Marx e Engels, que rompe com a lógica da mercadoria e do capital.

Durante muito tempo supôs-se que a grande diferença entre os regimes do Leste e os dos países capitalistas ocidentais seria a economia estatal, com o grande poder e controle vindo do Estado. Ora, o estatismo se faz presente tanto nas sociedades “socialistas” em crise, quanto no Ocidente, a depender da necessidade que o modo de produção tenha para se manter - como já vimos - sendo o principal objetivo da interferência estatal o aumento na riqueza nacional abstrata, sujeitando todas as necessidades humanas a esse fim, que por si mesmo é sem sentido. Portanto, não é a presença maciça do Estado que diferencia sistemas supostamente antagônicos, como socialismo real e o capitalismo, mas a ausência, no primeiro, de uma economia permeada pela concorrência do mercado, apesar de ser uma economia monetária, em que o dinheiro se revela como elemento do sistema produtor de mercadorias da modernidade. Nas palavras de Kurz, “o congelamento da ação recíproca com o elemento monetarista, formal e basicamente também presente”.

Ora, mas é justamente a eliminação desse elemento funcional característico da economia capitalista, a concorrência, um dos elementos de que se orgulham os ideólogos e

¹² STÁLIN, Josef W. In KURZ, Robert. *Op.cit.*, pág.61.

mentores do socialismo real. Isso porque o movimento operário, numa interpretação equivocada dos escritos de Marx, sempre olhou a concorrência como um elemento extremamente negativo, seja por motivos morais ou econômicos, cuja abolição deveria levar necessariamente à emancipação da classe trabalhadora. Entretanto, esquecem-se tais ideólogos de perceber que a classe trabalhadora só é eliminada quando deixa de existir a lógica de reprodução do trabalho abstrato, o que não acontece na URSS, e nem nos outros países do chamado socialismo real. Nestes países a eliminação da concorrência não levou à emancipação social dos trabalhadores, mas estes, muito mais do que antes, têm sua força de trabalho explorada, seguindo a lógica de uma atividade que traz em si sua própria finalidade, o acúmulo de trabalho morto na forma de dinheiro, ou mais especificamente, de capital.



“É estranho que o socialismo real, seus ideólogos e apologistas sempre se orgulharam de terem eliminado esse mecanismo funcional. Na ideologia do antigo movimento operário, a concorrência figurava como algo puramente negativo: por um lado, por motivos morais, como princípio social-darwinista e destrutivo da “luta de todos contra todos, e por outro lado, por motivos econômicos, como aquela famosa anarquia do mercado que tinha que ser substituída por um planejamento racional. Essa crítica econômica, apoiada em considerações morais, do princípio da concorrência, não penetrou, no entanto, na base do sistema produtor de mercadorias, e sobretudo excluiu sistematicamente a questão da emancipação social daquela “classe trabalhadora” que, segundo Marx, deveria ter-se comportado no sentido de sua auto-supressão, enquanto o movimento operário marxista real, muito ao contrário, chegou à auto-afirmação conseqüente do trabalhador.”¹³

Uma outra ilusão criada a partir da eliminação da concorrência é de que isto teria conduzido à abolição da circulação. Entretanto, Kurz mais uma vez nos chama a atenção de que a circulação só desapareceria na medida em que também fossem extintos o dinheiro e o sistema produtor de mercadorias, e conseqüentemente também, a necessidade e a possibilidade do Estado. Ora, mais justamente o Estado é a força que impõe, seja em qual for a sociedade, uma vontade global que reúne os homens em torno da acumulação sem sentido de riqueza nacional abstrata,

cuja forma aparente é o dinheiro, o qual só existe no contexto da circulação e do mercado. Na verdade, há uma tentativa de planejar a circulação, e não de extingui-la, já que a finalidade de acumulação não subsiste sem a presença do elemento circulação.

“Essa ilusão, porém, não é apenas irmã gêmea da idéia positiva de um possível “mercado planejado”, como também de sua atual variação negativa, que compreende a aparente ausência da concorrência no “mercado planejado” como pura economia distribuidora estatista (economia não-monetária, comunismo imediato), sem circulação alguma. Aqui manifesta-se mais uma vez aquela estranha cegueira teórica que confunde a existência não propriamente dita das categorias de mercado com a inexistência destas. De fato, a tentativa de planejar a circulação não significa, de modo algum, a mesma coisa que sua abolição.

A abolição efetiva da circulação, pela lógica, deveria ser idêntica à abolição do dinheiro e da instituição do mercado, como tal. Mas então, conseqüência igualmente lógica, acabaria também a necessidade, e até a possibilidade, do Estado, pois este, no processo de modernidade, nada mais é que o elemento contraditório imanente do sistema produtor de mercadorias.(...)

*Se esse Estado quisesse mesmo abolir o dinheiro e a circulação, teria que destruir sua própria finalidade”.*¹⁴

Como sabemos, a concorrência surge da luta entre os capitalistas para realizar a mais-valia¹⁵, que é resultante ao mesmo tempo da lógica e da contradição inerente ao capitalismo entre a produção dessa mais-valia, em sua forma concreta, ainda como valor de uso, e sua realização no âmbito da circulação, como valor de troca¹⁶, que transforma-se em dinheiro, ou seja, riqueza abstrata. É preciso ter em mente que isso ocorre pois a lógica do mercado capitalista é a do auto-

¹³ KURZ, Robert. *Op.cit.*, pág. 70.

¹⁴ KURZ, Robert. *Op.cit.*, pág. 73-74.

¹⁵ “A extração da mais-valia é a forma específica que assume a exploração sob o capitalismo, a diferencia específica do modo de produção capitalista, em que o excedente toma a forma de lucro e a exploração resulta do fato da classe trabalhadora produzir um produto líquido que pode ser vendido por mais do que ela recebe como salário. Lucro e salário são as formas específicas que o trabalho excedente e o trabalho necessário assumem quando empregados pelo capital. Mas o lucro e o salário são, ambos, DINHEIRO e, portanto, uma forma objetificada do trabalho que só se torna possível em função de um conjunto de mediações historicamente específicas onde o conceito de mais-valia é crucial”. BOTTOMORE, Tom. *Dicionário do Pensamento Marxista*. Rio de Janeiro. Jorge Zahar Editor, 1988, pág.227.

¹⁶ “O valor-de-troca revela-se, de início, na relação quantitativa entre valores-de-uso de espécies diferentes, na proporção em que se trocam, relação que muda constantemente no tempo e no espaço. Por isso, o valor-de-troca parece algo casual e puramente relativo, e, portanto, uma contradição em termos, um valor-de-troca inerente, imanente à mercadoria”. MARX, Karl. *O Capital*. Rio de Janeiro. Editora Bertrand Brasil, 1989. Livro I, Volume I, pág.43.

movimento do dinheiro, e não a da satisfação das necessidades humanas, por isso não há qualquer garantia de que as mercadorias conseguirão ser realizadas, enquanto valores de troca, no mercado. A maior ou menor apropriação de mais-valia vai depender de uma mais alta ou mais baixa produtividade, ou seja, a capacidade de produzir mais, em menor tempo e com o mínimo dispêndio de trabalho vivo. Ora, mas essa concorrência para realizar a produção no mercado dá origem a uma luta constante dos capitalistas por aumentar a produtividade, sob pena da ruína da unidade produtiva. Isso gerou, no capitalismo, tendo início, mais especificamente, em meados do século XX e acelerando-se com a revolução tecnológica iniciada nos anos 1970, uma elevação da produtividade jamais vista antes na história dos modos de produção.

Kurz observa que Marx, na sua crítica da economia política, enxerga a concorrência como elemento dinamizador das economias baseadas na produção de mercadorias, necessária na medida em que impulsiona o desenvolvimento das forças produtivas, gerando um aumento da composição orgânica do capital, na busca de elevar a produtividade como forma de manter a taxa de lucro, como vimos no capítulo dois. Portanto, a concorrência gera conseqüências positivas, mas também negativas.

“Precisamente esta dinâmica é o ‘sentido’ secreto da concorrência. A crítica da economia política de Marx aponta isso claramente. Marx está muito longe de uma condenação apenas externa, em parte moral, em parte social-tecnológica, da concorrência, tal como era corriqueira nas idéias do movimento operário. Pois para Marx, a concorrência no sistema produtor de mercadorias era historicamente necessária para iniciar, numa forma a princípio ainda inconsciente e fetichista, a emancipação humana dos fundamentos puramente naturais, do trabalho como labor, como sofrimento com o ‘suor do rosto’.

*Pois nas formações sociais pré-capitalistas não existia nenhum motivo impulsor para desenvolver as forças produtivas; ao contrário, os métodos de produção estavam muitas vezes expressamente fixados, com ameaça penal para toda tentativa de modificá-los. (...) Somente a concorrência, como ‘coação muda’(Marx) do sistema produtor de mercadorias, nascida e atuando ‘atrás das costas’ dos sujeitos, podia pôr em movimento de modo tão enérgico as forças produtivas, ainda que em contradições gritantes de destruição e emancipação”.*¹⁷

¹⁷ KURZ, Robert. *O Colapso da Modernização*. Rio de Janeiro. Editora Paz e Terra, 1993, pág.79.

Kurz aponta as conseqüências positivas e negativas da concorrência para demonstrar que uma estrutura econômica como a da União Soviética, baseada na produção de mercadorias, ao extinguir a concorrência, estaria necessariamente fadada ao atraso sócio-econômico. Kurz destaca como pontos positivos da concorrência os seguintes aspectos: primeiro, a concorrência provoca a emancipação humana, na medida em que libera o homem do trabalho pesado, proporcionando mais tempo para o seu desenvolvimento individual e para o seu lazer. Em segundo lugar, a concorrência amplia o consumo das massas pela redução dos preços, em função do aumento da composição orgânica do capital. Esta tese é questionável, pois esse aumento da composição orgânica do capital, como vimos no capítulo dois, gera também desemprego, elevando o exército industrial de reserva, e pressionando os salários para baixo, o que pode vir a gerar uma queda no padrão de vida dos trabalhadores. Um outro ponto positivo da concorrência, segundo Kurz, é que ela elimina as formas de trabalho oriundas das relações estamentais de dependência pessoal, transformando o homem em sujeito, ao desmascarar e destruir as formas de domínio resultantes das coerções extra-econômicas, sejam elas de conteúdo religioso ou social-tecnológico. E finalmente, o homem passa a ter controle quase absoluto sobre a natureza, dado os avanços nas forças produtivas provocados pela concorrência.

*“Pois a concorrência priva o homem de todo sossego, mas também desacredita a inflexibilidade e estupidez em baixo nível; destrói grande número de existências, mas também torna obsoleta toda relação existência estamental e grosseira, toda relação de dependência pessoal; priva massas humanas, em escala cada vez maior, da satisfação de suas necessidades, mas também desenvolve, em escala cada vez maior, as necessidades das massas e ‘barateia’ (Marx) certos bens até então reservados para o consumo de luxo de alguns poucos, incorporando-os ao consumo das massas; desumaniza os homens, fazendo deles meras máscaras do dinheiro, mas ao mesmo tempo os humaniza, transformando-os em sujeitos (por enquanto abstratos, condicionados, constituídos), ao destruir todos os fetiches naturais e poderes institucionais, sob os quais as massas vegetaram como mero acessório da propriedade territorial, sem serem sujeitos”.*¹⁸

¹⁸ KURZ, Robert. *Op.cit.*, pág. 80.

Ao mesmo tempo que a concorrência traz benefícios ao desenvolvimento da sociedade, ela traz muitos problemas. Primeiro de tudo, a concorrência destrói existências, ao acabar com postos de trabalho, através também do aumento da composição orgânica do capital, e destrói capitais, pois à medida que o capitalismo se desenvolve, só os grandes conglomerados capitalistas sobrevivem à necessidade constante de elevação da produtividade, como vimos no capítulo dois, o que desencadeia os outros efeitos negativos da concorrência, pois ela amplia as desigualdades sociais, excluindo os trabalhadores da satisfação de suas necessidades, na medida em que provoca a redução de salários e desemprego, como mencionamos anteriormente. Além disso, transforma os homens em apêndices do dinheiro. Os surtos de produtividade provocados pela necessidade de sobreviver à concorrência no mercado, geram a supressão gradativa do trabalho, gerando o desemprego tecnológico. Assim, o desenvolvimento das forças produtivas, proporcionado mediante a dinâmica da concorrência, dentro dos estudos de Marx, provoca a supressão do trabalho abstrato, que somente cria valor, abolindo, assim, a própria razão de ser da dinâmica capitalista. Em outras palavras, esse desenvolvimento conduz ao ponto onde se torna obsoleto o princípio básico da sociedade do trabalho. A consequência imediata disto é a crise da sociedade do trabalho.

“Sobretudo, porém, força e chicoteia a concorrência dos homens ao dispêndio abstrato de sua força de trabalho, sendo ao mesmo tempo o princípio dinâmico que tendencialmente suprime o ‘trabalho’ e o torna obsoleto mediante sua outra tendência, igualmente implacável, a cada vez novos surtos de produtividade e cientificismo; transforma as forças produtivas em forças destrutivas, mas eleva ao mesmo tempo a apropriação da natureza pelo homem a um nível nunca visto. Marx nunca deixou de ver o lado positivo, progressista, emancipatório da concorrência, chamando-o de ‘missão civilizatória do capital’.(...)”

Na verdade, a crítica da economia política de Marx somente tem em conta a ambigüidade da dinâmica capitalista. Apesar de sua força destrutiva frente aos homens e à natureza, a máquina da concorrência é ao mesmo tempo emancipação negativa, por alcançar inevitavelmente, mediante desenvolvimento ininterrupto das forças produtivas, o ponto de uma ‘abolição do trabalho’, isto é, do trabalho de

produção abstrato, repetitivo, somente destinado a 'criar valores'; com isso, no entanto, suprime também sua razão de ser, fazendo-se obsoleta a si mesma".¹⁹

Na União Soviética, e nos países do dito “socialismo real”, a lógica de produção capitalista, que gira em torno do acúmulo de riqueza abstrata, e suas contradições, não foi suprimida. Quando da Revolução de 1917, instituiu-se na Rússia um novo paradoxo, decorrente da necessidade de uma modernização burguesa recuperadora, onde se instaurou um moderno sistema produtor de mercadorias eliminando-se seu principal elemento dinamizador - a concorrência. Em seu lugar instituiu-se o comando estatal.

“Desse modo, o elemento dinamizador da concorrência apresenta-se como escândalo moral, como princípio puramente negativo e a ser imediatamente abolido. O movimento operário marxista nunca compreendeu que ele mesmo libertou os trabalhadores assalariados não da concorrência, mas sim para ela; por outro lado, o que é paradoxal, pretendia parar e abolir a concorrência justamente pela elevação a fenômeno absoluto de um segmento dessa concorrência que, como tal, somente podia surgir na concorrência e por meio dela, a saber, a classe trabalhadora”.²⁰

A justificativa levantada por Kurz para a constituição de um sistema produtor de mercadorias sem concorrência é a seguinte: quando da eclosão da Revolução de Outubro, no início do século, a Rússia se caracterizava como um país pouco desenvolvido, fato que pudemos constatar no capítulo três. Para tentar alcançar o desenvolvimento do Ocidente, e para poder sobreviver à concorrência dos países mais desenvolvidos e de economia mais forte, era preciso que o Estado assumisse o comando, eliminando a concorrência interna, necessária para a “instalação recuperadora de uma economia nacional baseada na sociedade de trabalho”²¹. Os recursos, as massas de mais-valia da acumulação interna, foram então transferidos para os setores centrais das indústrias básicas e da infra-estrutura.

¹⁹ KURZ, Robert. *Op.cit.*, pág. 80-81.

²⁰ KURZ, Robert. *O Colapso da Modernização*. Rio de Janeiro. Editora Paz e Terra, 1993, pág. 82.

É bem verdade que a economia de comando estatal teve seus méritos na construção de uma infra-estrutura, que se fazia necessária no início da construção do Estado soviético no caminho de uma sociedade mais desenvolvida. Entretanto, após a Segunda Guerra Mundial o mundo se viu frente a grandes transformações nas forças produtivas, com a inserção cada vez maior das ciências na produção, e a introdução da micro-eletrônica e da automação, que deram origem a um novo paradigma tecnológico, que eleva sobremaneira a composição orgânica do capital, em detrimento do dispêndio de força de trabalho. Tudo isto foi impelido pela alta concorrência que surge de uma mundialização maior do mercado. De acordo com Kurz, há uma intensificação na produção de mais-valia como nunca vista antes.

“Somente no apogeu fordista do capital definitivamente amadurecendo a um sistema mundial total, essa situação mudou fundamentalmente. A concorrência, depois de alcançar um grau mais alto de desenvolvimento e de libertar-se da economia de guerra e de crise, impeliu, sob a égide da Pax Americana, a novos surtos enormes o desenvolvimento das forças produtivas e a penetração das ciências, até a introdução mais recente da micro-eletrônica e dos computadores com seus potenciais de automatização antes inimagináveis em todos os setores da reprodução social. Para as unidades empresariais esse processo significa uma “coação muda” da concorrência, cada vez mais ligada no mercado mundial, que obriga à intensificação do processo de produção, isto é, uma coação que atua no sentido de uma racionalização a cada vez renovada, penetração das ciências e automatização”²².

Ora, mas a Rússia, juntamente com os demais países do socialismo real, eliminou a concorrência. Além disso, toda a produção soviética baseava-se numa intensificação no dispêndio de força de trabalho humana. E ao eliminar o elemento dinamizador de uma economia baseada no sistema produtor de mercadorias - a concorrência - o sistema soviético e todos os demais foram conduzidos à estagnação. Pois, como vimos anteriormente, é a concorrência o elemento que contraditoriamente impulsiona o desenvolvimento das forças produtivas, conduzindo a sociedade no sentido da eliminação do trabalho abstrato. Isto se dá na medida em que a concorrência torna

²¹ KURZ, Robert. *Op.cit.*, pág. 86.

o trabalho obsoleto, por meio de sua tendência a provocar sempre novos surtos de produtividade e cientificismo, que acaba por resultar num aumento constante da composição orgânica do capital²³. Portanto, como conceber uma economia que se sustenta na produção de mercadorias, sem o seu elemento dinamizador (a concorrência), e que, além disso, baseia-se numa economia que se utiliza da força de trabalho de forma intensiva, quando o paradigma internacional é a utilização intensiva de capital constante, às vezes com uma total eliminação do homem dentro da unidade produtiva? A tendência seria mesmo a de não acompanhar o desenvolvimento dos países capitalistas do Ocidente. Segundo Kurz, é justamente a extinção da concorrência que provoca a crise e o colapso do socialismo real.

5.2.4. SUBSTITUIÇÃO DA CONCORRÊNCIA PELO PLANEJAMENTO: EFEITOS ECONÔMICOS

E como analisar qual foi o efeito concreto da substituição da concorrência pelo controle estatal? É preciso que nos transportemos ao mercado, como faz Kurz, para explicitar o efeito da concorrência sobre a circulação de mercadorias.

Como já foi visto anteriormente, num regime econômico baseado na forma-mercadoria, onde há produção mais-valia, a existência da circulação é imprescindível, já que é no mercado que a mais-valia se realiza e assume a forma-dinheiro. A circulação se coloca entre a produção e o consumo de bens de uso concretos, uma divisão que se reflete nos próprios indivíduos, que assumem dois papéis, o de produtor e o de consumidor. Como produtor, o indivíduo tem como objetivo primordial a transformação do trabalho em dinheiro; como consumidor, busca a satisfação de necessidades concretas, na forma de um valor de uso material.

²² KURZ, Robert. *Op.cit.*, pág. 85.

²³ Substituição de capital variável por capital constante.

Ao se encontrarem no mercado, produtores e consumidores mantêm uma oposição constante e recíproca. O produtor procura, portanto, elevar a sua produção sem levar em conta o valor de uso de cada mercadoria, procurando reduzir custos e elevar a apropriação da mais-valia; e o consumidor vai ao mercado em busca de um valor de uso específico, de preferência melhor e mais barato.

Esse impasse é amenizado pela concorrência, a qual equilibra um pouco melhor essa luta de interesses que se opõem. Como se daria isso? Ora, a concorrência no mercado faz com que o indivíduo, no papel de produtor, tenha de se preocupar com o valor de uso que está oferecendo aos consumidores, para fazer frente aos outros produtores que almejam esse mesmo mercado.



Ao substituir a concorrência pelo controle do Estado, como ocorreu na União Soviética e nos demais países do socialismo real, nem se rompeu com a lógica do capital, nem tampouco se manteve o elemento dinamizador que impulsiona o desenvolvimento das forças produtivas, e que dava aos produtores uma certa obrigação de se preocupar com a qualidade dos valores de uso que estavam sendo produzidos para o consumo. Ao contrário do que se apregoava na ideologia do movimento operário, o socialismo soviético não mantinha uma produção de valores de uso para a satisfação de necessidades. Para tentar evitar que os produtos tivessem uma péssima qualidade, existiam uma série de códigos e regulamentações, que assumiam a forma de uma fiscalização estatal que freqüentemente podia ser contornada e enganada, afinal não se tratava das leis coativas da concorrência.

“Assim, dirige-se aos sujeitos econômicos de todos os níveis, desde os trabalhadores até os gerentes das empresas, a exigência de desempenharem, por um lado, o papel social de produtores de mercadorias, dotados com os interesses correspondentes, mas, por outro lado, a de não se comportarem conseqüentemente como tais. Uma vez que, com a eliminação do princípio da concorrência, desaparece também a coação objetiva de observar os critérios de valor de uso, precisa-se apelar

aos produtores de “coágulos de trabalho”, privados de suas qualidades sensíveis, em campanhas eternamente repetidas que vacilam entre remuneração e castigo, para que assumam uma atitude “sensível” frente a seus produtos; precisa-se apregoar bom senso incessantemente às mônadas-dinheiro constituídas pelo fetichismo, o que obviamente não adianta em nada”.²⁴

A incoerência e as contradições da economia de comando estatista, em especial a União Soviética, geradas pela eliminação da concorrência, se agravam ainda mais, pois o objetivo central dessas economias é a criação e acumulação de valor, como forma de riqueza nacional abstrata, o que só torna mais acentuado o desinteresse dos produtores de mercadorias no valor de uso dos bens que produzem.

Ao observar a economia soviética, Kurz percebe que existe uma prática, baseada numa definição do valor em Marx que afirma que quanto menor a produtividade, tanto maior é o tempo de trabalho necessário para a fabricação de uma determinada mercadoria, e tanto maior o seu valor e o seu preço.

“Quanto maior a força produtiva do trabalho, tanto menor é o tempo de trabalho exigido para a fabricação de determinado artigo, tanto menor a quantidade de trabalho nele cristalizada e tanto menor o seu valor. Ao contrário, quanto menor a força produtiva do trabalho, tanto maior é o tempo de trabalho necessário para a fabricação de determinado artigo, e tanto maior o seu valor”.²⁵

A burocracia estatal soviética, numa interpretação literal das palavras de Marx, passou a dar vantagens às empresas que produzissem maior valor, pois quanto maior o valor, maior o tempo de trabalho necessário à fabricação das mercadorias, e assim, mais pessoas seriam empregadas. Isto porque o objetivo era absorver o máximo de mão-de-obra, o que gerou, por outro lado, uma baixa produtividade. Esta prática da burocracia acabou fazendo com que as empresas trabalhassem no sentido de um máximo desperdício de força de trabalho e material,

²⁴ KURZ, Robert. *O Colapso da Modernização*. Rio de Janeiro. Editora Paz e Terra, 1993, pág.96.

alcançando, dessa forma, o mínimo de produtividade do trabalho, e, conseqüentemente, criação de um valor maior, que não mais é regido pela concorrência. Essa prática também provoca uma desconsideração do valor de uso, fazendo com que sua qualidade caia ainda mais; além da produtividade, que por sua vez também se torna a cada dia mais baixa. O limite que poderia ser imposto a essa prática seriam os mecanismos controladores da concorrência, já que na economia soviética não foram eliminadas as contradições de um sistema produtor de mercadorias, o que elimina a obrigação pela produtividade e economia. Na verdade, as empresas que eram beneficiadas pelo Estado eram aquelas que trabalhavam devagar, desperdiçavam força de trabalho e material e pouco se importavam com o valor de uso de seus produtos.

O que podemos observar é que o socialismo real não reproduz em nada a estrutura social, política e ideológica do socialismo das idéias. A lógica da produção, no socialismo ideal, é uma produção planejada, voltada para a satisfação crescente das necessidades básicas de todos os indivíduos da sociedade, necessidades essas que por sua vez crescem continuamente. Ou seja, onde o desenvolvimento das forças produtivas teria por objetivo a construção de uma sociedade igualitária e melhor, superior à sociedade capitalista. Como crer, então, que uma estrutura social que nem sequer alcançou as contradições que conduzem à supressão do capitalismo poderia ser a concretização dos ideais socialistas de Marx e Engels?

Todas essas contradições descritas acima se refletem, dentro da economia soviética, numa dificuldade de instituir uma política de preços. Todas as tentativas de estabelecimento de um sistema de preços acabou por fracassar na tentativa de superar as incoerências geradas por um sistema produtor de mercadorias desligado da concorrência.

Na sua crítica à economia política, Marx mostra que a transformação de valores em preços de produção resulta do movimento social da mais-valia, e de sua transformação nas

²⁵ MARX, Karl. In KURZ, Robert. *Op.cit.*, pág. 100.

diversas formas de lucro que serão apropriadas pelas empresas individuais, através do jogo da concorrência. Na ausência deste elemento, não se podem formar os preços de produção, os quais indicam uma relação de escassez de capacidade e rentabilidade social de produção.

Esse fracasso em estabelecer um sistema de preços mostra a dificuldade de se transformar valor em preço simplesmente através de um controle burocrático dos mesmos. Isso porque, como tanto os custos das empresas quanto o acréscimo de lucro, que constituem os preços de produção, são fixados pelo comando estatal e não pelo jogo concorrencial, a transformação de valor em preço torna-se fruto de decisões arbitrárias que apenas refletem os interesses da classe burocrata e das empresas.

Além disso, a lógica de se beneficiar as empresas que produzem maior valor - que, como vimos anteriormente, foi a prática adotada nos países do socialismo real - faz com que os custos das empresas aumentem, o que se reflete também na elevação do custo social global, já que não há a obrigação, imposta pela concorrência, de elevar-se a produtividade e, assim, baixar custos. Dado que esses custos se elevam constantemente, isso desencadeia um processo de elevação também contínua dos preços, cuja consequência inevitável é uma hiperinflação correspondente. Para tentar contornar o problema, e tornar a situação pelo menos suportável, restou ao Estado uma política de subvenção permanente e crescente dos preços. Entretanto, não existem receitas públicas suficientes para fazer frente a essa subvenção de preços que se eleva a cada dia, e a solução encontrada é a emissão de moeda para cobrir tais despesas, o que pressiona o nível de preços a se elevar mais ainda, realimentando, assim, o processo de inflação. É o prenúncio de um colapso das finanças públicas e do sistema monetário.

5.3. A CRISE DO SOCIALISMO REAL

Como já vimos, numa economia que segue a lógica e a perspectiva de mercado, a concorrência induz o desenvolvimento das forças produtivas pelo aumento da composição orgânica do capital. Nas economias do socialismo real a concorrência sofre uma transformação, onde ela passa de motor do desenvolvimento das forças produtivas, a entrave da expansão dessas forças produtivas. A concorrência passa a ser um fator indutor de competição, entre as empresas estatais, por matérias-primas, equipamentos, etc., junto ao governo. Ao invés da luta entre as empresas induzir a um aumento na produtividade, ela leva, na verdade, a um desperdício de recursos por parte destas empresas. Isto se evidencia, segundo Kurz, pois o socialismo real tornou-se uma economia de escassez, que incita o que ele chama de concorrência negativa, onde empresas roubam umas as outras, e fazem todo o jogo sujo típico de uma sociedade baseada na produção de mercadorias, só que o resultado da concorrência é distinto daqueles que se observa nos países do Ocidente capitalista.

“O resultado lógico do socialismo real é uma extensa economia de escassez que penetra todos os setores e determina a vida social e individual. Nesse nível desenvolve-se então necessariamente uma concorrência negativa entre as empresas, que açambarcam material, roubam umas das outras, aliciam mão-de-obra alheia, etc.

*As empresas concorrem com o Estado na absorção dos lucros e nas cotas do plano, as empresas, os ramos e as regiões concorrem entre si na obtenção de fundos e material, os produtores e os consumidores concorrem nos preços e valores de uso dos bens. A rigor, não se pode falar, por isso, de uma liquidação total ou da simples inexistência da concorrência; ao contrário, a ‘concorrência negativa’ do estatismo baseado na economia de guerra nada mais é que uma concorrência invertida, de acordo com o sistema, em comparação àquela do capitalismo ocidental. Realmente eliminada foi apenas a função da concorrência de aumentar a força produtiva, mas não a rivalidade abstrata entre as instâncias sociais e os indivíduos”.*²⁶

Na verdade, o sistema de trabalho abstrato traz imbutido uma restrição tanto a nível do consumo, no caso das economias do socialismo real, quanto da produção, nas economias

²⁶ KURZ, Robert. *Op.cit.*, pág. 119.

capitalistas. Assim, podemos constatar que a economia de escassez caracteriza tanto o socialismo real quanto as economias capitalistas ocidentais, apenas essa escassez se manifesta de forma oposta nas duas realidades. Nos países do Ocidente, o que observamos é uma crise que se evidencia na dificuldade do produtor de realizar as mercadorias na esfera da circulação. É a crise de venda ou crise de superprodução, que resulta da anarquia do mercado. O que podemos constatar, a partir desta análise de Kurz, é que os países capitalistas desenvolvidos vivenciam a crise de realização da produção, definida por Engels como resultado das contradições básicas do capitalismo que o conduziriam à sua supressão, que analisamos no capítulo dois. Na economia soviética, e nas demais do socialismo real, o que se observa é a impossibilidade do consumo devido à oferta insuficiente de produtos, manifestando-se uma crise de abastecimento ou crise de subprodução, que resulta da anarquia do abastecimento. Entretanto, são apenas as faces opostas de uma mesma moeda, onde a diferença está na presença ou não do elemento monetarista da concorrência.



Além do que explicitamos acima, nas economias de escassez do Leste o que se pode constatar é o fornecimento consciente, entre as empresas, de produtos defeituosos, que acabam por se acumular nelas quando se tornam inúteis, seja por necessidade de simples conserto ou de remoção. A economia de escassez também cria uma necessidade das empresas de pedir materiais (matérias-primas, equipamentos, etc) ao governo de forma aleatória e sem qualquer critério mais rigoroso, com a desculpa de ser uma prevenção à essa mesma escassez, o que resulta na subutilização de máquinas, equipamentos e matérias-primas, pois estes materiais acabam por se acumular nas empresas, sem necessidade. É aqui que se manifesta a concorrência negativa, resultando numa acumulação, por parte das empresas, de materiais em parte inúteis. No lado do consumidor individual, cresce a insatisfação e a pobreza geral, manifestando-se o fenômeno do subconsumo. A principal causa disto é a baixa produtividade, que conduz a salários também

baixos, demonstrando que a economia soviética segue a lógica de uma sociedade produtora de mercadorias. Isso demonstra que a sociedade da URSS não se coaduna com os princípios de uma sociedade socialista, que de modo algum se regula pelos preceitos de mercado nem pela produtividade, mas antes se preocupa com a satisfação e dignidade do homem.

Ora, a oferta insuficiente de produtos, associada a um declínio constante do poder de compra do trabalhador, por causa dos baixos salários, reflete uma economia de escassez permanente. O resultado disso foi o aparecimento de diversos mercados paralelos, onde a população teve de acostumar-se com complicados negócios de troca em espécie. Um outro elemento que surge num contexto de economia de escassez é o mercado negro, que transaciona mercadorias, muitas vezes coisas banais, a preços exorbitantes, chegando até a usar a moeda internacionalmente mais aceita, o dólar. Esse fenômeno se tornou um importante fator econômico na União Soviética, tanto para as empresas quanto para os indivíduos. Vale ressaltar que no mercado negro era possível se encontrar produtos vindos do Ocidente capitalista, que eram contrabandeados e comercializados dentro da URSS e dos demais países do socialismo real, entretanto só estavam acessíveis àqueles indivíduos e empresas que tinham acesso à divisas, e que fossem privilegiados dentro da estratificação social soviética.

*“Um problema enorme representa (...) a economia paralela”: o mercado clandestino, controlado por gangues organizadas e com um movimento comercial avaliado em 150 bilhões de rublos, é um fator de poder notável”.*²⁷

Quem não pode competir no mercado negro sai prejudicado dentro desta economia de escassez, que são justamente aqueles indivíduos mais fracos da sociedade, os quais não possuem agilidade suficiente, ou não têm condições de arranjar divisas; são sobretudo os velhos, as

crianças de asilos, os deficientes e enfermos, as camadas mais pobres da população, etc, como constata Kurz. Além disso, todos os indivíduos impossibilitados de trabalhar, seja qual for a razão, são considerados pela burocracia como parasitas sociais, apesar de todo o discurso social e supostamente marxista. Ao invés de se preocupar com as pessoas inválidas e necessitadas, como previa Marx ao sugerir a criação de um fundo social para estes fins, não, a burocracia estatal soviética os trata da mesma forma que o capitalismo ocidental. Quem não pode trabalhar de nada serve, aparece apenas para sugar da máquina estatal e dos indivíduos “produtivos”. O valor de um homem se resume a quanto podem dar no processo de acúmulo de trabalho abstrato.

“Não nos surpreende que as conseqüências da estrutura estatista congelada, que se manifestam numa economia de escassez, atingem primeiro e de forma mais grave os fracos da sociedade, que não podem faltar em tal sistema, isto é, sobretudo os aposentados, os enfermos, os deficientes, as crianças de asilos etc.: todos que não têm agilidade suficiente, que não podem e que não são capazes de competir no mercado negro. Acrescenta-se ainda a circunstância de que também a burocracia, fixada em crescimento, acumulação de valores abstratos e construção de pirâmides, apesar de todo o palavrório social, considera todos os ‘improdutivos’ parasitas, e isso tanto mais quanto mais precária se torna a situação das finanças públicas.

*Enquanto nas épocas pré-modernas a crueldade contra os fracos, velhos e enfermos se devia ainda parcialmente à força produtiva insuficiente e à dependência da ‘primeira natureza’, resulta ela nos sistemas produtores de mercadorias unicamente do fato de que os homens são apenas válidos na medida em que, sem consideração dos recursos reais, podem cumprir o imperativo do trabalho abstrato”.*²⁸

Isso se contrapõe diretamente ao ideal socialista, desenvolvido por Marx e Engels, onde a preocupação central é com a satisfação das necessidades humanas e com a elevação do seu bem-estar e de seu padrão de vida. Os indivíduos não trabalhariam sob a ótica do trabalho abstrato, procurando o simples acúmulo de valores, mas, como vimos no capítulo anterior, necessária a produção de mercadorias juntamente com sua lógica e suas contradições, e o trabalho seria uma atividade cujo fim último seria a realização do homem e o desenvolvimento de suas

²⁷ Citação do *Frankfurter Rundschau*, feita por KURZ, Robert. *O Colapso da Modernização*. Rio de Janeiro. Editora Paz e Terra, 1993, pág. 128.

²⁸ KURZ, Robert. *Op.cit.*, pág. 129.

potencialidades. O socialismo real não segue essa lógica, pois, como vimos anteriormente, não rompeu com o sistema produtor de mercadorias, levando ao extremo suas contradições e sua lógica, esquecendo-se da teoria marxista clássica, que primava pela construção de uma sociedade mais humanitária e mais justa.

Porém somente essas contradições internas não seriam suficientes, segundo Kurz, para desencadear o colapso das economias “socialistas” iniciado pela abertura da URSS. A análise centrou-se no intercâmbio entre o Leste Europeu e os países capitalistas. Não fosse a mudança na conjuntura econômica capitalista mundial, talvez pudesse ter-se sustentado uma estrutura social desgastada e atrasada, que baseava-se no autoritarismo burocrático. A partir dos anos 70, como analisamos anteriormente, houve uma mudança radical na produção capitalista, com a introdução da microeletrônica e com a automatização das indústrias, provocada pela revolução dos computadores. Como dissemos, o paradigma tecnológico mudou e o impacto dessa mudança gerou novos surtos de racionalização e de aumento na produtividade como nunca visto antes na história econômica mundial.

Com esse desenvolvimento das forças produtivas observado a partir dos anos 1970, os regimes econômicos que se baseavam na forma-mercadoria passaram a demandar um pleno intercâmbio comercial e tecnológico entre os países. A troca de conhecimentos torna-se imprescindível para acompanhar as mudanças crescentes na produção. E o fato da União Soviética, e seus vizinhos do socialismo real, serem monopólios estatais não os eximia da concorrência externa, a cujas leis seus produtos precisam sujeitar-se. A principal destas leis é a da elevação constante da produtividade, e a adaptação de todos os países e de suas respectivas indústrias aos padrões produtivos dos países de produtividade mais alta, sob a pena de serem excluídos, como é o caso dos países do Terceiro Mundo, que ficam à margem do capitalismo internacional. Os países do socialismo real, que até então estavam conseguindo suportar o atraso

na produtividade de sua economia, com a perspectiva de que poderiam contornar esse atraso e alcançar o desenvolvimento do Ocidente, viram-se diante de uma transformação que selaria sua ruína. Isto porque não era mais possível acompanhar o desenvolvimento ocidental das forças produtivas, cujo motor era a concorrência (ausente no socialismo real). Ao eliminar a concorrência, os países de comando estatal desenvolveram contradições que os conduziram a uma reprodução interna vagarosa e estagnante, que não pôde acompanhar esses surtos de desenvolvimento.

Essas economias caminharam, assim, para o seu colapso, cujo grande marco é a queda do Muro de Berlim em 1989. Já existia uma série de contradições e a iminência de crises internas, o que só se agravou com a pressão do mercado mundial, cuja produtividade estava além das possibilidades do socialismo real. A partir dos anos 80 esta crise se agrava, com a elevação dos níveis de violência, o que culminou no que o mundo chamou de “fim da história”.

Na verdade, como observou Kurz, a sociedade soviética e os demais países do socialismo real não romperam com a lógica de produção capitalista. Os ideais socialistas de construção de novos valores, nova economia, novo trabalho só apareceram como bandeira política, ou quando se fazia necessário algum tipo de coação psicológica da população. A produção era planejada, mas não se tratava de um planejamento social, preocupado com a constituição das bases econômicas do comunismo. A estrutura política mantinha bases ditatoriais e arbitrárias, tudo em nome de um suposto socialismo que na verdade não estava sendo construído.

CONCLUSÃO

O principal objetivo deste trabalho foi analisar o contraste entre o socialismo das idéias e o socialismo real. Iniciamos este trabalho, para mostrar que existe um descompasso entre o teoria socialista e o socialismo da prática, analisando, no primeiro capítulo, a ciência da história desenvolvida por Marx e Engels.

No materialismo histórico, o desenvolvimento da história humana está ligado ao modo de produção dos homens e de reprodução de seu ser natural; e o processo de evolução histórica que leva as sociedades a constantes transformações é explicado pelas mudanças que ocorrem no modo de produção da vida material dos homens. O modo pelo qual os homens obtém seus meios de existência é a força que resulta na transformação dos modos de produção, que se sucedem historicamente. A teoria da história de Marx pressupõe que a transformação da base econômica se dá num momento onde as forças produtivas atingem um certo grau de desenvolvimento que as faz entrar em contradição com as relações de produção existentes. As relações de produção passam de impulsionadoras do desenvolvimento das forças produtivas, a entrave dessa expansão. Neste momento, ocorre o processo de mudança da base econômica, que acaba por resultar numa alteração da superestrutura jurídica, política e ideológica. Há, então, a transformação de um modo de produção em outro. Ao estudarmos a teoria materialista da história de Marx, constatamos também que um modo de produção não é suprimido até que se desenvolvam todas as forças produtivas que podem existir dentro daquela formação social.

Para analisar o conflito entre forças produtivas e relações de produção na sociedade capitalista, nos utilizamos do estudo feito por Engels¹. No capitalismo, este conflito se revela através de três contradições básicas, as quais conduzem o modo de produção capitalista à sua extinção. A primeira contradição se dá entre o caráter social da produção e a forma privada de apropriação capitalista, onde ocorre a apropriação do fruto do trabalho alheio por parte dos proprietários dos meios de produção, fazendo com que esta contradição assuma a forma de antagonismo entre burguesia e proletariado. Esta é a contradição básica da sociedade capitalista, da qual resultam as outras. A segunda contradição encerra o antagonismo entre a organização da produção dentro da fábrica e a anarquia do mercado. As conseqüências dessa contradição, como vimos, são: a conversão da imensa maioria dos homens em proletários; a necessidade de elevar constantemente a produtividade, o que acaba por resultar em desemprego, e conseqüentemente, numa redução dos salários e no empobrecimento do operariado. A anarquia do mercado gera também, pela necessidade de manter a taxa de lucro estável, a concentração dos capitais, e o mercado torna-se monopolista. O Estado passa a intervir diretamente como agente produtivo, passando a instrumento de manutenção econômica da classe capitalista dominante. O proletariado passa a se organizar enquanto classe, e a burguesia, com o advento das sociedades anônimas, passa a ser supérflua. A terceira contradição, que resulta das duas primeiras se revela como excesso de produção, que se eleva constantemente dado os surtos de produtividade, e a demanda limitada, já que o proletariado está sofrendo um processo contínuo de pauperização. Surgem as crises de superprodução, que levam à paralisação do modo de produção, e conseqüentemente, à sua superação, e ao surgimento do modo de produção socialista.

¹ ENGELS, Friedrich. *Do Socialismo Utópico ao Socialismo Científico*. Rio de Janeiro. Global Editora, 1988.

Quando passamos ao capítulo três, analisamos as condições sócio-econômicas da Rússia antes da Revolução de Outubro de 1917, para descobrir se a economia russa engendrava as contradições descritas na teoria marxista clássica como pressupostos à passagem do modo de produção capitalista ao modo de produção socialista. A conclusão chegada é que a Rússia ainda vivenciava uma fase de acumulação primitiva de capital, e que ainda dava os primeiros passos na direção do capitalismo, já bastante desenvolvido no Ocidente. Concluímos que esta revolução baseou-se muito mais numa vontade política da elite intelectual russa, do que na maturidade de seu desenvolvimento econômico. A Rússia de 1917 estava longe de apresentar de forma plenamente disseminada, como descreve a teoria marxista, as principais contradições e condições necessárias à mudança para o modo de produção socialista, vez que era um país eminentemente agrário e extremamente atrasado, tanto do ponto de vista sócio-econômico, quanto político. Em outras palavras, a Revolução Russa de Outubro de 1917 não foi uma revolução operária de cunho socialista, embora se autodenominasse assim. O que mostramos foi que um dos maiores pressupostos para a eclosão de uma revolução socialista - a existência de uma economia numa fase de capitalismo desenvolvido, basicamente monopolista - não era observado na Rússia pré-revolucionária. Ao contrário, como já dissemos, o Estado estava, na verdade, promovendo o processo de acumulação primitiva de capital, já tardio.

Passamos, então, à análise das principais estruturas que compõem o modo de produção socialista, segundo a teoria marxista clássica. Mostramos que a base econômica do socialismo e suas relações de produção é a propriedade social dos meios de produção, onde ocorre a expropriação tanto da propriedade privada quanto dos grandes proprietários dos meios de produção. Há a supressão do regime assalariado, da divisão do trabalho, e conseqüentemente da exploração do

homem pelo homem. Daí resulta a supressão das classes sociais antagônicas, e a anarquia da produção no mercado dá lugar a uma economia planificada pelo Estado, e o principal objetivo desta produção é a satisfação das necessidades básicas de todos os indivíduos. Há, portanto, um redirecionamento das forças produtivas. O trabalho passa a ser obrigatório, e cada um recebe de acordo com o que dá à sociedade. O trabalho passa a ser visto como socialmente útil, negando o individualismo capitalista, além de se tornar instrumento de criação, dignificação, e sobrevivência dos indivíduos. Quanto à estrutura política, a principal característica que mostramos é que o Estado está a serviço dos trabalhadores, e se constitui numa ditadura para os antigos proprietários dos meios de produção, mas é uma democracia para a classe operária que participa diretamente da constituição e das decisões deste Estado, dentro do ideal socialista. É a chamada Ditadura do Proletariado. O socialismo se constituiria na primeira fase, ou fase inferior do modo de produção comunista, onde se constituiria uma sociedade igualitária, construindo-se o comunismo, onde cada um recebe de acordo com suas necessidades. A luta pela construção do comunismo é imprescindível para caracterizar a sociedade socialista, pois à medida que se desenvolvem as forças produtivas socialistas, cessam as divisões entre trabalho intelectual e manual, e entre o campo e a cidade, e o Estado vai gradativamente perdendo suas funções, até que não tenha mais função alguma e se extinga.

Finalmente, analisamos a tese de Robert Kurz acerca das economias do socialismo real, para verificar se estas se coadunam com o ideal socialista de Marx e Engels. O que concluímos, a partir deste estudo, foi que a propriedade privada dos meios de produção não transformou-se em propriedade social, mas passou às mãos do Estado, mais especificamente às mãos da burocracia estatal, que usufruía destes meios de produção como bem entendia. O Estado não se constituía numa democracia para a classe trabalhadora, mas se caracterizou como uma ditadura autoritária para todos.

A lógica da produção do socialismo real, mais especificamente da URSS, não se coaduna com a lógica descrita no socialismo ideal, já que a estrutura sócio-econômica soviética mantém os pressupostos de uma sociedade produtora de mercadorias, e com ela sua lógica e suas contradições. Para Marx, quando a sociedade se apodera dos meios de produção, cessa a produção de mercadorias. No contexto soviético, isto não acontece, como pudemos observar a partir das análises de Kurz, e concluímos que na verdade a economia da URSS não era socialista. Robert Kurz, afirma, por outro lado, que a estrutura econômica russa é capitalista, pois não rompeu com o sistema produtor de mercadorias e com sua lógica de acumulação de capital. Entretanto, as estruturas soviéticas apresentam um caráter contraditório, vez que convivem de forma antagônica um processo de acumulação primitiva de capital, com uma tentativa de desenvolvimento recuperador da economia para adaptá-la às exigências do mercado mundial. Entretanto, seguem a lógica do trabalho abstrato, uma atividade que é um fim em si mesmo, e cujo principal objetivo não é a satisfação das necessidades de todos os indivíduos, mas a acumulação de riqueza nacional abstrata. Não havia, no socialismo real, uma preocupação de construir uma sociedade voltada para a satisfação, dignificação e crescimento do homem, objetivos primordiais do socialismo das idéias. A preocupação primordial era com a modernização recuperadora, que gerava uma exploração do trabalho humano não mais pelos capitalistas, mas agora pelo Estado, que se torna o grande capitalista. Além disso, não se procurou construir na União Soviética uma sociedade da abundância e da satisfação, e o resultado foi o surgimento de uma sociedade da miséria e da escassez, comparável ao Terceiro Mundo capitalista. Contraditoriamente, portanto, ao invés do socialismo real seguir os pressupostos do socialismo das idéias, impulsionando o desenvolvimento das novas forças produtivas socialistas, ocorreu o oposto. Isto porque, como vimos, por ocasião da Revolução Russa de 1917 o Estado impulsionava um

processo de acumulação primitiva de capital, e tentava criar as bases de sedimentação do capitalismo. A revolução, apesar de se autodenominar socialista, não criou novas forças produtivas socialistas, e nem novas relações de produção socialistas. Na verdade, o Estado continuou a atuar no sentido de desenvolver uma economia baseada na produção de mercadorias, para fazer frente às potências capitalistas do Ocidente. Este Estado soviético, ao invés de ir gradativamente perdendo suas funções e tornando-se desnecessário, não, foi gradativamente aumentando suas funções e se fazendo cada vez mais necessário, contrariando o ideal socialista de construção do comunismo.

Por tudo o que analisamos no presente trabalho, concluímos que a prática socialista não se coaduna com o socialismo ideal, desenvolvido por Marx, Engels e Lênin. Ao contrário do que afirmam muitas pessoas, a economia política marxista não está ultrapassada. Como pudemos analisar ao longo deste trabalho, ela continua a explicar muito bem as contradições do modo de produção capitalista, e precisa ter sua importância reconhecida.

BIBLIOGRAFIA

- ABRAMOVAY, Ricardo. Paradigmas do Capitalismo Agrário em Questão. Rio de Janeiro. ANPOCS, 1992.
- ALTHUSSER, Louis. Ideologia e Aparelhos Ideológicos de Estado. Lisboa. Editora Presença, 1980.
- BADIOU, Alain & ALTHUSSER, Louis, Materialismo Histórico e Materialismo Dialético. Segunda Edição. São Paulo. Global Editora, 1986;
- BOTTOMORE, Tom, Dicionário do Pensamento Marxista. Rio de Janeiro. Jorge Zahar Editor, 1988;
- BRÉMOND, Janine & GÉLÉDAN, Alain, Dicionário das Teorias e Mecanismos Econômicos. Lisboa. Livros Horizonte, 1988;
- Ciência da Sociedade. Moscow. Edições Progresso, 1979;
- ENGELS, Friedrich, Do Socialismo Utópico ao Socialismo Científico. Rio de Janeiro. Global Editora, 1988;
- ENGELS, Friedrich. O Anti-Dühring. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1979;
- ENGELS, Friedrich & MARX, Karl. Manifesto do Partido Comunista. Petrópolis. Editora Vozes, 1993.
- FIORAVANTE, Eduardo & outros, Conceito de Modo de Produção. Coordenação e produção GEBRAN, Philomena. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1978;
- GERSCHENKRON, A. Russian Agrarian Policies an Industrialization: Russia 1861-1917. In The Cambridge Economic History of Europe. Cambridge. Cambridge University Press, 1966. Volume VI, The Industrial Revolutions and After;
- GRUPPI, Luciano. Tudo Começou Com Maquiavel. Porto Alegre. L & PM Editora, 1980;
- HADDAD, Fernando. O Sistema Soviético, Relato de uma Polêmica. São Paulo. Scritta Editorial, 1992.
- HARNECKER, Marta, Os Conceitos Elementares do Materialismo Histórico. São Paulo. Global Editora, 1983;

- HARNECKER, Marta. *O Capital: Conceitos Fundamentais*. São Paulo. Global Editora, 1978, Coleção Bases
- HARNECKER, Marta & URIBE, Gabriela. *Capitalismo e Socialismo*. São Paulo. Global Editora, 1980;
- HARNECKER, Marta. *Socialismo e Comunismo*. São Paulo. Global Editora, 1981;
- HUNT, E.K. *História do Pensamento Econômico*. Rio de Janeiro. Editora Campus, 1989;
- KURZ, Robert, *O Colapso da Modernização*. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1993;
- LÊNIN, V.I. *Imperialismo, Fase Superior do Capitalismo*. São Paulo. Global Editora. 1987;
- LÊNIN, V.I. *O Estado e a Revolução*. São Paulo. Editora Mucitec, 1978;
- LÊNIN, V.I. *As Três Fontes e as Três Partes Constitutivas do Marxismo*. São Paulo. Global Editora, 1988;
- LÊNIN, V.I. *Obras Escolhidas*. São Paulo. Editora Alfa-Ômega, 1980. 3 Volumes;
- MACKENSIE, Norman, *Breve História do Socialismo*. Rio de Janeiro. Zahar, 1967;
- MARX, Karl, *Prefácio à Contribuição Para a Crítica da Economia Política*. Lisboa. Estampa, 1977;
- MARX, Karl, *A Guerra Civil na França*. São Paulo. Global Editora, 1986;
- MARX, Karl. *O Capital*. Rio de Janeiro. Editora Bertrand Brasil S/A, 1989. Livro I, Volume I e II.
- MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. *A Ideologia Alemã*. Lisboa. Editorial Presença, s/d.
- MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. *Obras Escolhidas*. São Paulo. Editora Alfa-Ômega, 1980, 3 Volumes;
- MARX, ENGELS & LÊNIN. *A Sociedade Comunista*. São Paulo. Editorial Estampa, 1975;
- MARX, Karl. *Trabalho Assalariado e Capital*. São Paulo. Global Editora, 1987;
- MATHIAS, Gilberto & SALAMA, Pierre. *O Estado Superdesenvolvido*. São Paulo. Editora Brasiliense, 1983, Capítulo I;

- MINAYEV, L. *Origens e Princípios do Socialismo Científico*. São Paulo. Editora Argumentos, 1967;
- NARCUSE, Herbert, *Idéias Sobre uma Teoria Crítica da Sociedade*. Rio de Janeiro. Zahar, 1972;
- OLIVEIRA, Fabrício Augusto de. Notas Sobre a Constituição do Capitalismo na Rússia. In *Revista de Economia Política*. São Paulo. Editora Brasiliense, 1984;
- POLITZER, Georges & outros, *Princípios Fundamentais de Filosofia*. São Paulo. Editora Fulgor, 1967;
- PORTAL, Roger. The Industrialization of Russia. In *The Cambridge Economic History of Europe*. Cambridge. Cambridge University Press, 1966. Volume VI, The Industrial Revolutions and After;
- SANTOS, Theotônio dos, *Forças Produtivas e Relações de Produção*. Petrópolis. Vozes, 1984;
- SINGER, Paul, O Socialismo. In *Aprender Economia*. São Paulo. Editora Brasiliense, 1988, capítulo seis;
- SPINDEL, Arnaldo, *O Que é Socialismo*. São Paulo. Editora Brasiliense, 1989, Coleção Primeiros Passos;
- TROTSKY, L., *A Revolução Desfigurada*. São Paulo. Global Editora, 1981.
- VILLELA, Aníbal. *The Industrial Development of Russia - 1860-1913*. In Revista Brasileira de Economia. Rio de Janeiro. FGV Serviço de Publicações, 1970, Volume 24.